



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

JUAREZ RODRIGUES DE OLIVEIRA

**A ÉTICA PROTESTANTE E OS DISCURSOS DO
MISTICISMO UTILITÁRIO PÓS-MODERNO**

JOÃO PESSOA

2011

JUAREZ RODRIGUES DE OLIVEIRA

**A ÉTICA PROTESTANTE E OS DISCURSOS DO
MISTICISMO UTILITÁRIO PÓS-MODERNO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a Maria Otilia Telles Storni

**JOÃO PESSOA
2011**

O48a Oliveira, Juarez Rodrigues de

A ética protestante e os discursos do misticismo utilitário pós-moderno / Juarez Rodrigues de Oliveira – João Pessoa, 2011.

126f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Maria Otilia Telles Storni

Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – PPCR - Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões/ CE - Centro de Educação/ UFPB - Universidade Federal da Paraíba.

1. Ética protestante 2. Misticismo utilitário 3. Religiosidade pós-moderna
I. Título.

CDU:2+17(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

“A ÉTICA PROTESTANTE E OS DISCURSOS DO MISTICISMO UTILITÁRIO PÓS-MODERNO”.

Juarez Rodrigues de Oliveira

Dissertação apresentada à banca examinadora constituída pelos seguintes professores:



Profa. Dr^a. Maria Otília Telles Storni
Orientadora



Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva
Membro



Prof. Dr. Severino Celestino da Silva
Membro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais José Rodrigues de Oliveira (em memória) e Zulmira Teófilo de Oliveira.

À minha irmã mais velha, Zuila Rodrigues de Oliveira.

À minha esposa Anny Margareth P. de Oliveira.

À minha filha Jeanne de Oliveira Leite e seu esposo Jerônimo Leite.

À minha filha Jeísa de Oliveira Domingues e seu esposo Marco Antônio Domingues.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria Otília Telles Storni.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Triúno, pela sua maravilhosa obra da criação e redenção: Deus Pai, por me ter escolhido desde a eternidade para a salvação; Deus Filho, por haver consumado a obra da salvação na cruz do calvário; Deus Espírito Santo, por me conduzir em uma vida piedosa até o dia da glorificação eterna.

Aos meus pais José Rodrigues de Oliveira (em memória), e Zulmira Teófilo de Oliveira, por terem forjado em mim um caráter cristão.

À minha irmã mais velha, Zuila Rodrigues de Oliveira, por me ter incentivado à leitura desde a mais tenra idade. A ela eu devo o gosto pelos estudos.

A minha esposa Anny Margareth P. De Oliveira pelo cuidado sempre presente, especialmente nos momentos de maior necessidade.

Às minhas filhas Jeanne e Jeísa, pelo apoio e encorajamento à continuidade desta pesquisa, sempre atentas às minhas limitações de saúde.

A todos os professores, colegas e funcionários do PPGCR, que contribuíram para o meu crescimento intelectual, e como ser humano.

Aos membros da minha igreja, pela compreensão, em especial aos presbíteros Daniel Ferreira e Iremar Fernandes, que, juntamente com o irmão Josias Pires, ministraram aulas cobrindo as minhas ausências.

Aos doutores Carlos André e Celestino, pelas suas observações e sugestões na Banca de Qualificação.

Aos doutores Celestino e Jomar, pela sua colaboração como membros da Banca Examinadora.

À minha querida orientadora, Prof^a Dr^a Maria Otília Telles Storni, a minha gratidão especial pela sua orientação constante, pela sua disponibilidade, pelo seu carinho, pela sua força e encorajamento à continuidade da pesquisa, diante da possibilidade de desistência por motivo de saúde, e, principalmente, pela sua idoneidade que me transmitiu plena segurança no curso dos trabalhos.

É sem dúvida o nosso tempo... prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser... Ele considera que a *ilusão* é sagrada, e a *verdade* é profana. E mais: a seus olhos o sagrado aumenta à medida que a verdade decresce e a ilusão cresce, a tal ponto que, para ele, o *cúmulo da ilusão* fica sendo o *cúmulo do sagrado*.

Feuerbach (Prefácio da segunda edição de *A essência do cristianismo*)

RESUMO

Neste trabalho de pesquisa buscamos mostrar a influência do fenômeno religioso massificado da pós-modernidade sobre as igrejas protestantes reformadas tradicionais como a Presbiteriana. O principal objetivo deste trabalho foi: Analisar as relações dos cristãos com o sagrado nas concepções discursivas, práticas utilitárias e espetaculares de religiosidade pós-moderna em uma igreja cristã protestante tradicional Presbiteriana. Os sujeitos desta pesquisa qualitativa foram os líderes desta instituição religiosa, especialmente os pastores e presbíteros. Constatamos pelas entrevistas e observações, que muitos adeptos da Igreja Presbiteriana estão envolvidos ou se mostram contraditórios na aceitação das práticas espetacularizadas e de misticismo utilitário em sua vivência religiosa. Em resumo, eles praticam a religiosidade pós-moderna pelo fato de pensar e vivenciar a religião como produto de consumo. Esta influência da massificação religiosa sobre eles nos levou a perceber a quebra frequente da ética religiosa estabelecida na Confissão de Fé de Westminster e na Constituição Interna dos Presbiterianos por parte de grande número de adeptos desta instituição. Partimos da obra clássica de Weber (1998), *A ética protestante e o espírito do capitalismo* e recorremos também a outros teóricos como Bauman (1997), Lipovetsky (2007), Frankl (1994; 1997), Pierucci (2006), Prandi e Pierucci (1996), Eliade (1978; 1992), Debord (1997) e outros que nos inspiraram nesta pesquisa.

Palavras-chave: Ética protestante. Misticismo utilitário. Religiosidade pós-moderna.

ABSTRACT

In this research we seek to show the influence of massive religious phenomenon of Post modernity on the traditional reformed Protestant churches as the Presbyterian. The main goal of this work was: Analyze relations of Christians with the sacred in the discursive, practical utilitarian and spectacular conceptions of postmodern religiosity in a traditional Presbyterian Church Protestant Christian. The subject of this survey, which was qualitative, were the leaders of this religious institution, especially pastors and priests. We verify, by interviews and observations, which many followers of Presbyterian Church are involved or are contradictory in the acceptance of spectaculars practices and of utilitarian mysticism in its religious experience. In summary, they practice postmodern religiosity by the fact they think and live the religion as a consumer product. This influence of the massive religious about them has led us to see the frequent breaking of religious ethics established within the Westminster Confession of Faith and the Internal Constitution of Presbyterians from many followers of this institution. We start from the classic work of Weber (1998), *the Protestant ethic and the spirit of capitalism* and resorted to other theorists as Bauman (1997), Lipovetsky (2007), Frankl (1994 and 1997), Pierucci (2006), Prandi and Pierucci (1996), Eliade (1978 and 1992), Debord (1997) and others who have inspired us in this research.

Keywords: Protestant ethic. Utilitarian mysticism. Post modern religiosity.

SUMÁRIO

<i>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO METODOLÓGICA</i>	9
1.1 INTRODUÇÃO	11
1.2 JUSTIFICATIVA.....	13
1.3 OBJETIVOS DE PESQUISA	13
1.3.1 Objetivo Geral.....	13
1.3.2 Objetivos Específicos.....	14
1.4 METODOLOGIA	14
1.5 DESCRIÇÃO DA PESQUISA	16
 <i>CAPÍTULO 2 - O SAGRADO E O CONSUMO DA RELIGIOSIDADE</i>	 19
2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
 <i>CAPÍTULO 3 - ÉTICA, RELIGIOSIDADE, DISCURSOS</i>	 38
3.1 DADOS DOCUMENTAIS E EMPÍRICOS	39
3.2 DADOS DOCUMENTAIS	41
3.2.1 A História, os Símbolos de Fé e a Ética Presbiteriana	41
3.3 DADOS EMPÍRICOS: ENTREVISTAS.....	47
3.4 DADOS EMPÍRICOS: OBSERVAÇÕES.....	70
3.4.1 Sobre as quebras mais frequentes dos regulamentos.....	70
3.4.2 Sobre os conflitos éticos causados por interesses financeiros e de poder	73
3.4.3 Sobre a migração inter e intra-igrejas.....	74
 <i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	 77
 <i>REFERÊNCIAS</i>	 81
 <i>APÊNDICES</i>	 85
 <i>ANEXOS</i>	 88
ANEXO A - CE-2007- Doc. 187	89
ANEXO B - SC-2006- Doc. 148	90
ANEXO C - e.mail recebido	91
ANEXO D - CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER.....	92

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

“...a mentalidade religiosa hoje é assim: você esfrega a Bíblia, sai uma fumacinha, e Deus aparece, e diz: qual é o seu desejo?”

(Visão crítica de um pastor presbiteriano entrevistado nesta pesquisa)

APRESENTAÇÃO

Este é um estudo sobre os principais contornos dos discursos da religiosidade transformada pela pós-modernidade, os quais são expressos por líderes e frequentadores de uma igreja protestante tradicional, a Igreja Presbiteriana, onde esta pesquisa foi concentrada. Como pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, percebemos o que pode ser a caracterização das mudanças dos discursos sobre a religiosidade pós-moderna, e também a forma como os líderes e frequentadores desta igreja têm buscado a Deus.

Iniciamos o trabalho apresentando, no capítulo 1, a introdução metodológica, com a justificativa, os objetivos e a metodologia da pesquisa. No capítulo 2, “O sagrado e o consumo da religiosidade”, apresentamos a fundamentação teórica voltada para a temática do consumo capitalista apropriado por consumidores de religiosidade. No capítulo 3, “Ética, religiosidade, discursos”, tratamos dos dados documentais e empíricos a partir da análise de documentos importantes da Igreja Presbiteriana fundamentados na Bíblia, e de entrevistas com líderes e frequentadores desta igreja protestante tradicional, além das observações de campo. As conclusões da nossa pesquisa estão elencadas nas considerações finais.

1.1 INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa está vinculada ao estudo sobre os discursos e falas que líderes e devotos cristãos de uma denominação protestante tradicional, a Igreja Presbiteriana, têm sobre as formas de religiosidade e suas relações com o sagrado. Em outras palavras, pretendemos analisar as mudanças de expressão e envolvimento religioso de líderes e membros desta igreja na atualidade, com a intensificação da secularização, individualismo e as incontáveis conseqüências do surgimento da tecnologia da pós-modernidade na subjetividade das pessoas.

Estas questões nos interessam porque, antes de pesquisador temos um envolvimento existencial com a igreja Presbiteriana, que é uma denominação protestante tradicional. Antes de nos tornarmos pastor da referida igreja tivemos algumas experiências seculares como bancário, executivo de uma grande empresa e empresário. Mas, a volta para a igreja passou a ser imperiosa, por uma questão de chamado vocacional e por sermos de uma família oriunda da denominação religiosa mencionada, que tem, hoje, quatro irmãos pastores, seguindo os ensinamentos recebidos de nosso pai.

Esse sentido da espiritualidade tornou-se então essencial para nossa vida, embora não consigamos vislumbrar, hoje, o mesmo envolvimento por parte dos freqüentadores da nossa igreja. De acordo com a nossa percepção, existe um distanciamento que aparentemente tornou-se definitivo para grande número daqueles que são ligados a uma instituição religiosa, e, por isso, buscamos aprofundar nos estudos sobre a ética das mudanças e da expressão da espiritualidade que estamos observando.

O envolvimento espiritual dos protestantes, que antes era coletivo, fortemente pautado pela Bíblia Sagrada e pelos valores cristãos a ela inerentes, passou a ser diferente e, aparentemente, é manipulado para solucionar problemas materiais, orgânicos e outros dos fiéis, que se inserem na estrutura econômica capitalista. Este contexto, por sua vez, traz desigualdades e exclusão às camadas sociais mais carentes, estimulando o desejo de busca de riqueza e felicidade nas pessoas. Pretendeu-se então fazer, através das falas dos líderes e devotos, uma análise detalhada para confirmar estas novas percepções do sagrado na igreja supracitada.

De modo geral temos observado também que têm surgido, inclusive, algumas denominações religiosas novas – as do neo-pentecostalismo – que vêm se especializando nessas trocas e negociações de bênçãos por dinheiro e nos questionamos: estariam essas práticas influenciando os protestantes tradicionais? Prandi (1996) evidenciou que os dados de

uma pesquisa sobre as principais causas da conversão dos fiéis para a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD -, por exemplo, foi a busca para conseguir casa própria ou emprego. A IURD é uma dessas igrejas onde ocorrem as referidas trocas, e, segundo esse mesmo autor, é uma confissão religiosa onde se paga (caro) para “louvar” a Deus. Ressalte-se que para esses templos ocorrem multidões de fiéis que, segundo Storni e Estima (2010), nem sempre são batizados ou freqüentadores assíduos, por isso nos perguntamos: Até que ponto estas idéias estão atraindo os presbiterianos?

Nesta pesquisa percebemos que não é somente nos templos neo-pentecostais que se observa essa tendência para a negociação de orações e dinheiro por benefícios, e sim, é uma tendência geral que tem atingido denominações religiosas, tradicionais ou não. Nem sequer este fenômeno é típico da pós-modernidade, se bem que nos tempos atuais ele tenha assumido proporções mais elevadas.

De acordo com os dados do texto bíblico, é comum se encontrar o homem buscando a Deus com motivações aparentemente equivocadas. Os evangelhos dão a conhecer o episódio da multiplicação dos pães, milagre realizado por Jesus para satisfazer a necessidade da multidão que o seguia. Supõe-se que todas aquelas pessoas tinham uma motivação equivocada, e Jesus sabia disso, como se pode ver no capítulo 6 do Evangelho de João. Ele sabia que se tivesse saciado o desejo da multidão por mais milagres, sinais mágicos e pão, teria sido aclamado rei, e teria o povo ao seu lado. Porém, por conhecer as suas intenções, Jesus preferiu ter poucas pessoas que o seguiam pelos motivos espirituais, a ter uma vasta multidão que o fazia por motivos aparentemente equivocados. Pode-se interpretar essa passagem bíblica supondo que Jesus preferiu um punhado de discípulos verdadeiros a uma multidão de consumidores manipuláveis.

A mensagem contemporânea que supostamente dá grande audiência nos templos religiosos e atrai as massas é a pregação da prosperidade e dos “milagres”. Parece que as pessoas estão cada vez mais ávidas pelo sobrenatural expresso nessas formas de religiosidade, e estão pouco ou nada empenhadas em viver de acordo com os valores espirituais desinteressados das mazelas materialistas como prescreve a ética cristã. Observamos com freqüência os pedidos de saúde e sucesso aqui e agora, e é esse fenômeno de consumo religioso que objetivamos analisar nesta dissertação.

1.2 JUSTIFICATIVA

Nesta dissertação a nossa motivação é pautada pela percepção e caracterização das mudanças dos discursos sobre a religiosidade e nas formas como os cristãos buscam a Deus na Igreja Protestante Presbiteriana.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de focalizar devotos de uma igreja cristã protestante tradicional, a Presbiteriana, principalmente líderes que aparentemente vêm se distanciando dos ensinamentos mais ortodoxos próprios da mesma. Cabe então verificarmos se o misticismo utilitário¹ dentro dessas novas práticas e discursos da pós-modernidade está ou não ganhando terreno neste contexto.

A nossa preocupação será a de analisar as concepções sobre a religiosidade para verificar se e até que ponto estão calcadas nas negociações simbólicas de benefícios. A contribuição deste trabalho consiste em captar, em uma igreja protestante tradicional, as diferentes formas e dimensões da religiosidade com base nos parâmetros da negociação de troca entre práticas religiosas e benefícios individuais dos freqüentadores da igreja, o que inclui a análise dos argumentos usados por eles para justificar a escolha dessas relações com o sagrado.

Também foi dimensionada a questão dos valores éticos (e/ou ausência deles) em termos de alguns princípios espirituais universais tais como a solidariedade e a vida comunitária que se contrapõem às idéias individualistas típicas da pós-modernidade especialmente em contextos religiosos. Com base nestas reflexões apresentaremos, a seguir, os objetivos de pesquisa:

1.3 OBJETIVOS DE PESQUISA

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar as relações dos cristãos com o sagrado nas concepções discursivas e práticas utilitárias e espetaculares de religiosidade pós-moderna em uma igreja protestante tradicional² Presbiteriana.

¹ De acordo com Storni e Pereira (2007), a expressão “misticismo utilitário” se refere à prática religiosa imediatista e apoiada nas trocas de mercado simbólico-religioso. Aprofundaremos esta questão do capítulo 2 desta dissertação.

² Entende-se por igreja protestante tradicional aquela oriunda da Reforma Protestante, como a Igreja Presbiteriana, na qual esta pesquisa foi realizada.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Apresentar os principais dados documentais da ética bíblica que foram ressaltados na Confissão de Fé de Westminster e na Constituição Interna Presbiteriana, que delimitam os regulamentos confessionais-comportamentais presbiterianos;
- Detectar os discursos e observações sobre a ética da religiosidade expressos pelas pessoas vinculadas à denominação cristã protestante tradicional Presbiteriana;
- Interpretar as diversas expressões discursivas e dados das observações dos valores éticos e algumas práticas religiosas dos membros da igreja protestante tradicional Presbiteriana envolvida nesta pesquisa;
- Comparar estas expressões discursivas em suas contradições com as delimitações da Constituição Presbiteriana, da Confissão de Fé de Westminster e dos teóricos da religiosidade clássica e pós-moderna.

1.4 METODOLOGIA

No desenvolvimento do nosso estudo foi utilizada a metodologia de natureza qualitativa com base nas técnicas da entrevista semi-estruturada e da observação. No curso da pesquisa foram entrevistados líderes – pastores, presbíteros e seminaristas – reunidos em concílio do Presbitério da Paraíba, órgão jurisdicionante de igrejas da capital e do interior do Estado. Depois, foram entrevistados outros membros de igrejas Presbiterianas da Capital.

A escolha de freqüentadores de várias igrejas Presbiterianas se deve à possibilidade de compreender o fenômeno de forma mais abrangente do que se fosse de uma só comunidade e sob a mesma liderança. É também uma forma de termos acesso a dados que podem ser comparáveis entre si. No entanto, o escopo da nossa pesquisa não ultrapassou os limites da denominação Presbiteriana.

Os autores que inspiraram a técnica de entrevista semi-estruturada foram Bogdan e Biklen (1994), os quais enfatizam que a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Foram feitas entrevistas semi-estruturadas, e sobre essa técnica os autores citados lembram que “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos

interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 134). Esses mesmos autores esclarecem:

Nas entrevistas semiestruturadas fica-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre os vários sujeitos, embora se perca a oportunidade de compreender como é que os próprios sujeitos estruturam o tópico em questão. Se bem que esse tipo de debate possa animar a comunidade de investigação, a nossa perspectiva é a de que não é preciso optar por um dos partidos. A escolha recai num tipo particular de entrevista, baseada no objectivo da investigação. Para além disso, podem-se utilizar diferentes tipos de entrevista, em diferentes fases do mesmo estudo. Por exemplo, no início do projecto pode parecer importante utilizar a entrevista mais livre e exploratória, pois nesse momento o objectivo é a compreensão geral das perspectivas sobre o tópico. Após o trabalho de investigação, pode surgir a necessidade de estruturar mais as entrevistas de modo a obter dados comparáveis num tipo de amostragem mais alargada. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 135-136).

A observação das mudanças nos discursos dos devotos da Igreja protestante tradicional Presbiteriana motivou a observação sistemática das suas formas de religiosidade, que foi orientada pelos teóricos desta pesquisa e também confrontada com a ética da Confissão de fé de Westminster adotada pela Igreja como sistema de doutrina, e da sua Constituição Interna. Sobre a observação Laville e Dione (1999, 176, grifo do autor) afirmam:

A observação como técnica de pesquisa não é contemplação beata e passiva; não é também um simples olhar atento. É essencialmente um olhar ativo sustentado por uma questão e por uma hipótese cujo papel essencial – é um *leitmotiv* desta obra [...] Não é, pois, surpreendente que a observação tenha também um papel importante na construção dos saberes, no sentido em que a expressão é entendida em ciências humanas. Mas para ser qualificada de científica, a observação deve respeitar certos critérios, satisfazer certas exigências: não deve ser uma busca ocasional, mas ser posta a serviço de um objeto de pesquisa, questão ou hipótese, claramente explicitado; esse serviço deve ser rigoroso em suas modalidades e submetido a críticas nos planos da confiabilidade e da validade.

Tanto para as entrevistas semi-estruturadas como para as observações, seguindo a orientação dos autores citados, utilizamos os roteiros transcritos no Apêndice. É importante notificar que este roteiro de entrevista nem sempre foi seguido no decorrer das mesmas, já que é semi-estruturado e por isso mesmo flexível.

De posse dos dados coletados nas entrevistas e nas observações, utilizamos a análise de conteúdo para ajudar na sistematização das falas. Segundo Bardin (1997), o verdadeiro fim da análise de conteúdo é a inferência, na medida em que permite a passagem da descrição à interpretação, enquanto atribuição de sentido às características do material que serão

levantados, enumerados e organizados. O material sujeito à análise de conteúdo é concebido como resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao analista construir um modelo capaz de permitir inferências sobre uma ou várias dessas condições de produção.

Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização e atribuição de traços de significação que deve manter uma estreita vinculação com a teoria escolhida pelo investigador a fim de cumprir com os objetivos propostos em sua pesquisa (VALA, 1986). Segundo Pais (2003), a análise de conteúdo não se limita à superfície textual das entrevistas transcritas. As realidades semânticas (as idéias e seus significados) e pragmáticas (as dos usos) em relação às quais essa superfície textual adquire sentido e constitui, justamente, o conteúdo de um texto.

Esse mesmo autor sugere que se destaque pequenos fragmentos de texto que se estabelecem como unidades básicas de relevância - unidades de registro, às quais também denominamos de *unidades de sentido* -, a um nível elementar, partindo de palavras que condensam conteúdos semânticos. Essas unidades, por sua vez podem ser concentradas em conteúdos – chave do processo de análise – técnica em que, aliás, se utiliza sob o nome genérico de palavras-chave ou *key-word in context* como indica Pais (2003, p. 116, grifo do autor).

O objetivo é articular as constelações de palavras-chave ou unidades de registro com os respectivos enquadramentos contextuais. Estas se revelam como marcos interpretativos que podem expressar os sentidos secretos que estão nas entrelinhas das entrevistas. Em suma, esses foram os procedimentos de análise que desenvolvemos.

1.5 DESCRIÇÃO DA PESQUISA

O universo desta pesquisa foi composto por líderes membros de várias igrejas presbiterianas, uma denominação protestante tradicional. Foram feitas entrevistas semi-estruturadas seguindo um roteiro pré-estabelecido, porém, dinâmico, enriquecido de acordo com o desenvolvimento de cada encontro com os entrevistados. As observações foram feitas em visitas a igrejas e depois anotadas em um diário de campo. Nas entrevistas cada presbiteriano foi inteirado de que se tratava de uma pesquisa científica através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

No referido Termo constava o nome completo do pesquisador e da professora orientadora, o título da pesquisa, além do nome da Universidade Federal da Paraíba à qual

está vinculada. No Termo constava, ainda, a autorização dos entrevistados para publicação dos resultados da pesquisa em livros e/ou revistas científicas, além da informação de que os seus nomes estarão omitidos no corpo da dissertação. Este termo de consentimento foi assinado por todos os entrevistados. Ver nos apêndices uma cópia em branco deste termo. Ressaltamos que, no decorrer da análise das entrevistas, verificou-se a conveniência de alterar o título da pesquisa para: “A Ética Protestante e os Discursos do Misticismo Utilitário Pós-moderno”.

Aproveitamos a oportunidade da nossa participação em um concílio do Presbitério³ da Paraíba em que estavam presentes os líderes vinculados àquele Presbitério. Naquela ocasião, durante três dias e noites, nos intervalos das atividades conciliares, foram entrevistados pastores, presbíteros e seminaristas, líderes de diversas igrejas Presbiterianas jurisdicionadas pelo Presbitério da Paraíba, tanto da Capital como da Zona do Brejo Paraibano. Estas entrevistas foram devidamente gravadas e depois desgravadas e digitadas. No entanto, algumas tiveram partes que não foram aproveitadas neste trabalho, portanto, permanecem no arquivo da pesquisa junto com os documentos de consentimento assinados.

Após a reunião do Presbitério, em outras ocasiões foram feitas visitas para observação sistematizada e mais entrevistas com membros de igrejas Presbiterianas da Capital, tanto os antigos, mais ortodoxos, como os mais novos, avessos à ortodoxia. As entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados, e os dados gestuais e de expressão dos mesmos foram anotados numa caderneta e registrados em diário de campo. Foram também registradas as falas expressas após o desligamento do gravador. Notamos então que houve diferenças entre a forma de discurso para o aparelho e fora dele. Percebemos que algumas falas para o gravador estavam mais parecidas com uma pregação formal e teórica, tentando expressar uma situação ideal. Fora desta circunstância as expressões eram informais e coloquiais, mais consentâneas com a realidade.

As temáticas do roteiro das entrevistas serviram de base, no entanto, por vezes, foram modificadas durante a pesquisa de campo. O número de pessoas entrevistado também não foi definido porque o levantamento empírico foi considerado terminado quando os entrevistados começaram a repetir o conteúdo das respostas. Ao final conseguimos aproveitar em parte ou integralmente treze entrevistas entre o material coletado na pesquisa.

³ Presbitério é o segundo concílio da Igreja Presbiteriana. O primeiro é o Conselho de Presbíteros e Pastor(es) de cada Igreja; o Presbitério, que é o segundo, jurisdiciona as igrejas de uma determinada zona; o terceiro é o Sínodo, que jurisdiciona os Presbitérios; o quarto e último é o Supremo Concílio, que jurisdiciona toda a Igreja Presbiteriana do Brasil.

Após a organização de todos os dados, as entrevistas desgravadas foram juntadas às observações anotadas no diário de campo, e depois submetidas a uma seleção para serem processadas através da análise de conteúdo segundo os ensinamentos de Bardin (1977), Vala (1986) e Machado Pais (2003).

CAPÍTULO 2 - O SAGRADO E O CONSUMO DA RELIGIOSIDADE

O espetáculo é a conservação da inconsciência na mudança prática das condições de existência. Ele é seu próprio produto, e foi ele quem determinou as regras: é um pseudo-sagrado.

Debord (1997, p. 21)

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em sua obra clássica “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Weber (1985 e 2004), desde o início do século XX, assinalou que o desenvolvimento do capitalismo estava intimamente ligado ao protestantismo. De acordo com a sua pesquisa, enquanto os filhos dos católicos eram levados a escolher carreiras profissionais humanísticas, os protestantes escolhiam as carreiras técnicas. A santificação da vida cotidiana, a vocação para a qual foram chamados, conforme entendiam os protestantes, envolvia dedicação ao aprimoramento ético, intelectual e profissional.

Estudando alguns representantes históricos do protestantismo ascético, como o calvinismo, o pietismo, o metodismo e as seitas que se derivaram do movimento [ana]batista, este autor se concentra na influência daquelas sanções psicológicas que, originadas na crença religiosa e da prática da vida religiosa, orientavam a conduta e a ela prendiam o indivíduo.

O primeiro grupo abordado é o calvinismo, associado principalmente a João Calvino, para quem a vocação deve ser levada em conta, como ensina em suas Institutas da Religião Cristã (2006, p. 186, 187, v.3):

Finalmente, de levar-se em conta é isso: que o Senhor a cada um de nós em todas as ações da vida ordena atentar para Sua vocação. Pois, [Ele] sabe com quão grande inquietude efervesça o engenho humano, de quão inconstante volubilidade seja levado para cá e para lá, quão ávida lhe seja a ambição em abraçar diversas cousas a um só tempo. Portanto, para que através de nossa estultice e temeridade de cima a baixo se não misturem todas as cousas, [Deus] ordenou a cada um os seus deveres em distintos gêneros de vida. E para que não ultrapasse alguém temerariamente os seus limites, a essas modalidades de viver chamou vocações. Logo, para que não sejam levados em volta às cegas pelo curso da vida, foi pelo Senhor atribuída a cada um, como se fora um posto de serviço, sua forma de viver. [...]. Daqui também insigne consolação surdirá: que, desde que obedechas à tua vocação, nenhuma obra tão ignóbil e vil haverá de ser que diante de Deus não resplandeças e sejas tida por valiosíssima.

O calvinismo é o sistema doutrinário adotado pela Igreja Presbiteriana, ambiente desta pesquisa. No entendimento de Weber (1985; 2004), a doutrina calvinista da predestinação estabelecida principalmente no sínodo de Westminster, era considerada seu dogma mais característico. Segundo a doutrina calvinista da predestinação, aos fiéis impunha-se um dever absoluto de cada um considerar-se escolhido e de combater todas as dúvidas e tentações do demônio, já que a falta de autoconfiança era o resultado da falta de fé, e, portanto, de graça imperfeita. A exortação do apóstolo Pedro de fortalecimento da própria vocação, conforme

registrado na sua segunda epístola (capítulo 2, versículo 10), é interpretada como um dever de obter certeza da própria dedicação e justificação na luta diária pela vida.

Então, na interpretação weberiana desta doutrina, uma intensa atividade profissional era recomendada, como o meio mais adequado para alcançar a autoconfiança. Foi a ética calvinista que deu ao trabalho um caráter religioso. Antes, o trabalho fazia parte das atividades pertencentes à vida material, e se impunha porque, de uma forma ou outra, não se podia dispensá-lo. Porém, como atividade temporal, nenhuma relação tinha com a salvação eterna ou com a vida espiritual. Para o calvinismo, ao contrário, o trabalho, considerado uma vocação, torna-se atividade religiosa. Importa trabalhar, custe o que custar, haja ou não necessidade de prover seu sustento, porque trabalhar é uma ordem de Deus.

Por isso, os protestantes, em função do tipo de educação religiosa propiciada pela atmosfera do lar e da família, preencheram as camadas superiores da mão-de-obra especializada e as posições administrativas mais elevadas, demonstrando uma tendência específica para o racionalismo econômico, consequência da sua ética, segundo a qual o enriquecimento era uma forma de louvar a Deus.

Se Deus vos aponta um meio pelo qual legalmente obtiverdes mais do que por outro (sem perigo para a vossa alma ou para a de outro), e se o recusardes e escolherdes um caminho menos lucrativo, então estareis recusando um fim de vossa vocação, e recusareis a ser o servo do Deus, aceitando suas dádivas e usando-as para Ele, quando Ele assim o quis. Deveis trabalhar para serdes ricos para Deus, e, evidentemente, não para a carne ou para o pecado (BAXTER, 1845, I: 378, *apud* WEBER, 1985, p. 116).

Note-se que o mandamento é o de trabalhar do modo mais árduo possível, para se ganhar o máximo possível de dinheiro, em obediência ao desígnio de Deus. Perder tempo ou dinheiro é recusar ser um servo de Deus. A conclusão de Weber (1985) é que esta moralidade prática de base ascética levou os protestantes ao ardor pelo trabalho e a um sistemático desprezo pelo gozo que a riqueza pode proporcionar. Como os protestantes recusavam-se a gozar os benefícios da riqueza e o perigo da ociosidade, o resultado dessa ética é a acumulação de bens. Assim, segundo a interpretação deste autor, a ética protestante age no desenvolvimento do capitalismo de duas maneiras convergentes e extremamente eficazes: sua moral do trabalho e do ativismo prático que acumula a produção e força o enriquecimento; seu ascetismo, porém, oposto a todas as formas de luxo e de prazeres inúteis, freia o consumo de riquezas adquiridas e conduz ao acúmulo de capital.

O resultado da ética protestante é a racionalidade metódica no trabalho que, na interpretação weberiana, parece ter sido também a gênese da concepção de que o trabalho deve ser igualmente uma atividade organizada e dirigida para o lucro. O enriquecimento certo a que a ética protestante conduz é uma consequência quase inevitável que deságua na compulsão ascética à poupança, visto que as restrições impostas ao uso da riqueza adquirida só poderiam levar a seu uso produtivo como investimento de capital. A disciplina ascética estabelece que o dinheiro auferido dessa maneira não deve ser gasto em divertimento ou conforto, mas diretamente investido para gerar mais dinheiro, e as virtudes cardeais passam a ser a frugalidade, a laboriosidade, a pontualidade nos pagamentos e a fidelidade nos acordos, todas as quais aumentam o crédito e habilitam a fazer uso do dinheiro dos outros.

Com a finalidade de corroborar o espírito do capitalismo organizado e racional dos protestantes, Weber (2004, p. 46-47) faz várias citações de Benjamim Franklim, cuja ética evidencia virtude e eficiência: “tempo é dinheiro”, o que nos diz que qualquer tempo em que não se está trabalhando custa o dinheiro que poderia ter sido ganho; “crédito é dinheiro”, lembrando que o crédito possibilita a geração de dinheiro com o dinheiro conseguido por empréstimo, já que dinheiro pode gerar dinheiro, e seu produto gerar mais, e assim por diante; “aquele que desperdiça o valor de um *groat* de seu tempo por dia, um dia após o outro, desperdiça o privilégio de usar cem libras a cada dia”, ratificando a afirmação de que tempo é dinheiro, além de muitas outras máximas bastante conhecidas, que são o núcleo central da ética de Benjamim Franklin.

Para Weber (2004, p. 48), a peculiaridade desta filosofia da avareza parece ser o ideal de um homem honesto, de crédito reconhecido que, acima de tudo, tem o dever com relação ao aumento de seu capital, tomado como um fim em si mesmo. Em seu entendimento, não se trata de uma simples técnica de vida, mas sim uma ética peculiar dos protestantes, cuja infração não é tratada como uma tolice, mas como um descumprimento do dever. Não se trata de mero bom senso comercial dos protestantes, e sim do seu próprio modo de ser, em obediência a Deus.

No protestantismo o lucro não é visto como pecado resultante da usura como diziam os católicos romanos, e sim encarado com naturalidade, como fruto do esforço do cristão para agradar a Deus por meio do seu trabalho. Em seu entendimento desta filosofia, Weber (2004) destaca que ganhar dinheiro dentro da ordem econômica moderna e, enquanto for feito legalmente, é o resultado e a expressão de virtude e de eficiência em uma vocação divina, como os protestantes a concebiam.

Assim, diante de uma oportunidade de lucro, os protestantes não hesitavam, já que, segundo a sua ética, tudo procede de Deus, que lhes concedeu tal dádiva segundo o seu propósito, qual seja o seu próprio louvor. Convém lembrar que essa dádiva de Deus tem a forma de mandamento, uma vez que a vocação da providência divina deve ser obedecida por todos, tanto pobres quanto ricos, não lhes sendo lícito, no entanto, usufruírem de suas riquezas para obtenção de bens de consumo, especialmente o consumo de luxo.

Portanto, se a ética do protestantismo condenava a ânsia da riqueza qualificando-a como uma tentação da carne, e, por outro lado, incentivava o enriquecimento como uma forma de louvar a Deus. Weber (2004, p. 123) concluiu que:

[...] o infatigável, constante e sistemático labor vocacional secular, como o mais alto instrumento de ascese, e, ao mesmo tempo, como o mais seguro meio de preservação da redenção da fé e do homem, deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida, que aqui apontamos como “espírito” do capitalismo.

De acordo com este autor, ainda que essa visão protestante pudesse expressar um tipo de sentimento que estava inteiramente ligado a convicções religiosas, o “caminho mais lucrativo” também proporcionava maior capacidade de consumo, o que envolve o indivíduo em um sistema de relações de mercado e o induz a se conformar às regras das ações capitalistas.

Dessa forma, a cultura do consumo foi se estabelecendo aos poucos através das festas religiosas, que passaram a ser tanto vetor quanto alvo do consumismo capitalista. Segundo Storni e Pereira (2007), festas como Natal e Páscoa, por exemplo, passaram a ter grande importância nas relações de mercado, pelo desenvolvimento da cultura de dar presentes, bem vestir para ir à igreja, lautas refeições, embelezamento de igrejas, casas e até logradouros públicos.

O que era uma vocação divina foi se conformando às regras de ações capitalistas, de sorte que os valores éticos do protestantismo foram cedendo lugar ao consumismo. Seguindo a tendência capitalista da produção e consumo, com o desenvolvimento urbano e industrial surgiram novas necessidades, e os indivíduos, com novas oportunidades de trabalho que aumentaram seu poder aquisitivo, passaram a consumir de acordo com os seus desejos, agora transformados em “necessidades” de sobrevivência.

A forma de viver das pessoas passou então a ser então “ditada”, de forma evolutiva, pelas leis de produção e consumo, símbolos do capitalismo, que envolveram, transformaram e absorveram todas as formas de organização social urbana, inclusive as organizações

religiosas. Com o aumento da produção industrial e o desenvolvimento urbano, uma nova visão de mundo baseada na oferta de bens de consumo, que atraía e fascinava, favoreceu a um novo estilo consumista nas pessoas. Como consequência a cultura do consumo foi tomando o lugar dos valores éticos do protestantismo, sendo possível observá-la atualmente tanto em *shoppings centers* como em igrejas, influenciando substancialmente as práticas religiosas tradicionais.

Segundo Featherstone (1995), esse novo estilo de vida, que sugere a mudança de uma época para outra, envolve a emergência de uma nova totalidade social, com seus princípios organizadores próprios e distintos. Ainda segundo suas citações de Featherstone (1995, p. 20), Baudrillard e Lyotard admitem um movimento em direção a uma era pós-industrial:

Baudrillard (1983a) destaca que novas formas de tecnologia e informação tornam-se fundamentais para a passagem de uma ordem social produtiva para uma reprodutiva, na qual as simulações e modelos constituem o mundo, de modo a apagar a distinção entre a realidade e a aparência. Lyotard (1984) discorre sobre a sociedade pós-moderna, ou era pós-moderna, cuja premissa é o movimento para uma nova ordem pós-industrial. Seu interesse específico reside sobre os efeitos da “computadorização da sociedade” sobre o conhecimento, e ele argumenta que não se deveria lamentar a perda de sentido na pós-modernidade, visto que ela assinala uma substituição do conhecimento narrativo pela pluralidade de jogos de linguagem e do universalismo pelo localismo.

Nessa nova ordem pós-industrial, nas sociedades pós-modernas em que as simulações e modelos constituem o mundo é que emerge uma forma de religiosidade individual e autônoma distante das tradições religiosas, ainda que estas estejam presentes de forma fragmentada e não sejam observadas com fidelidade.

Desde a Modernidade a religião perdeu o monopólio da cosmovisão e do sentido para a existência, quando o homem e a sua razão passaram a representar os únicos referenciais possíveis. Entre os diversos fatores que contribuíram para o surgimento desse fenômeno pode-se destacar: a filosofia do humanismo liberal que colocava a humanidade no centro de todas as coisas; o racionalismo científico com seu encorajamento à autonomia da pessoa racional; a revolução industrial com seu impacto no crescimento econômico e nos padrões de vida; o desenvolvimento da tecnologia e a ilusão de um poder quase ilimitado do ser humano sobre todas as coisas, o que gerou uma espécie de “ateísmo social” decorrente dessa autoconfiança do ser humano em sua própria capacidade.

Como consequência, Deus tornou-se aparentemente irrelevante para o ser humano no mundo moderno, ainda que se pudesse encontrar um sentido de propósito e ordem racional no

universo. Porém, o otimismo sobre as possibilidades de realização humana da Modernidade feneceu diante de inúmeros fatores negativos que criaram um sentimento de frustração nas expectativas humanas sobre os “milagres” da tecnociência.

Na Pós-modernidade, mesmo com o inegável desenvolvimento tecnocientífico, parece que o mundo capitalista tornou-se mais caótico, aleatório e mesmo anárquico. Se na Modernidade as ciências suplantaram o poder de influência da religião, nas sociedades pós-modernas aparentemente são os meios de comunicação massivos, e não as ciências ou a religião, que condicionam a percepção do mundo e das coisas nas pessoas. Desapareceram as distinções claras, especialmente no aspecto moral entre as noções do certo e do errado. No nosso entender, parece que a teoria da relatividade passou a ser aplicada a todas as coisas abarcando inclusive a ética, e a questão da verdade transformou-se em algo subjetivo, interiorizado e experiencial.

Sem a direção da religião e sem solução satisfatória das ciências, fragmentado e desencantado, o homem então passou a buscar respostas na alternância de suas emoções, nos estilos de vida, no misticismo, na intuição, no hedonismo ou em qualquer coisa que possa, por um momento que seja, produzir respostas. Surge uma nova busca pelo transcendente com a multiplicação do misticismo e da magia, e os cristãos passam a julgar o texto bíblico e a doutrina da igreja pela sua experiência, em lugar de julgar a sua experiência pelo texto bíblico e tradição da fé.

Esse distanciamento das práticas religiosas tradicionais, segundo Featherstone (1995), provocou nas sociedades pós-modernas ocidentais a tendência de transformar a religião em produto de consumo. Para esse autor:

[...] a cultura do consumo é apresentada como algo extremamente destrutivo para a religião, em termos de sua ênfase no hedonismo, na busca do prazer aqui e agora, na elaboração de estilos de vida expressivos, no desenvolvimento de tipos narcísicos e egoístas de personalidade (FEATHERSTONE, 1995, p. 159).

Sobre o conceito de cultura e de mercado, segundo Retondar (2007), o avanço da lógica social da modernidade mostrou que tanto a esfera econômica quanto a cultural se tornaram indispensáveis à modernização. O resultado deste processo foi o surgimento da ressignificação do conceito de cultura relacionado ao de mercado. Mercado passa a abranger a significação do campo das relações de troca, e cultura, de acordo com o conceito alemão *kultur*, definido por Norbert Elias (apud RETONDAR, 2007, p. 25), reporta-se a produtos que expressam a “individualidade de um povo”. Cultura e mercado passam então a ter uma

relação de complementaridade e contradição, que vão se radicalizar no desenvolvimento do século XX.

Retondar (2007, p. 25, grifo do autor) lembra que o elo central entre o mercado e a cultura, nesta linha de significação individualista, foi a *esfera do consumo*, a qual concentrou boa parte desta tensão que envolve os processos de racionalização e a orientação racional do consumo. Este foi um processo de reencantamento que incluiu o controle do dispêndio das rendas das pessoas, que por sua vez foi cada vez mais voltada para a prática do *consumo conspícuo*. Em outras palavras, trata-se do prazer do consumo de luxo como “prova de riqueza” (VEBLEN, 1987, p. 35), ou então a difusão massificada desta cultura, como lembra Baudrillard (2000, p. 206, grifo do autor):

O consumo não é nem uma prática material, nem uma fenomenologia da ‘abundância’, não se define nem pelo alimento que se digere, nem pelo vestuário que se veste, nem pelo carro que se usa, nem pela substância oral e visual das imagens e mensagens, mas pela organização de tudo isto em substância significante; é ele a totalidade virtual de todos os objetos e mensagens constituídos de agora então em um discurso cada vez mais coerente. O consumo, pelo fato de possuir um sentido, é uma atividade de manipulação sistemática de signos.

Como veremos mais adiante, se nos tempos de Jesus já havia essa prática do consumo, da busca pelo significado, que já era também questionada por ele, é notório que, entre os cristãos hodiernos, predomina uma mentalidade bem semelhante à das multidões que acompanhavam o Mestre em seus dias, só que com elementos culturais novos. Influenciados pela febre do individualismo, da busca de prazeres e disposição para consumir, que se alastram nas sociedades capitalistas, muitos têm aparentemente assumido uma postura de consumidores de religião, e as igrejas, para atendê-los, também aceitaram essa mentalidade de seus “fiéis”.

Observamos que as programações das igrejas, a forma e conteúdo das pregações, a escolha das músicas, o tipo de liturgia e outras “atrações” têm o objetivo de espetacularizar a religião (DEBORD, 1997), para satisfazer necessidades de euforias comocionais físicas e de lazer das pessoas. Os métodos são justificados na medida em que se prestam para atrair mais freqüentadores, e torná-los mais “felizes”, mais “satisfeitos” e dispostos a continuar freqüentando as igrejas. Aqui nos perguntamos: De onde vêm essas necessidades e motivações desses “fiéis-consumidores” de religião? Por que não seguem as regras da religião que abraçaram? Esta ética estaria se tornando desatualizada por ser menos atraente?

Como as igrejas estão cada vez mais repletas de pessoas na pós-modernidade, então nos cabe hipotetizar: essa audiência aumentada seria resultado de novas buscas de sentido para a vida, de alívio para as suas ansiedades imediatas e preocupações várias, ou simplesmente é busca de diversão e entretenimento através da religiosidade superficial e espetacularizada? Será que muitas delas estão apenas “passeando” pelas igrejas, como quem passeia pelas lojas de um *shopping center*, escolhendo produtos que lhes agradem?

Storni e Pereira (2007) chamam algumas destas práticas de *misticismo de resultados*. Como este tipo de misticismo imediatista se expressa e é detalhado nos discursos, falas e justificativas dos devotos? Com as constantes migrações de devotos por diversos templos e denominações, quais são os critérios de escolha das igrejas? Seriam as práticas que satisfazem as suas necessidades individuais? Ou a busca de uma relação com o sagrado que as faça crescer no conhecimento de Deus e no amor para com os outros, conforme o ensino mais ortodoxo das igrejas protestantes tradicionais, como a Presbiteriana?

Featherstone (1995), Canclini (1995; 1997) e Retondar (2007), entre outros, observam que desde o século XIX vem ocorrendo profundas transformações sociais capazes de mudar a concepção do mundo, as pessoas, o tempo e o espaço. A produção em massa pelo uso da máquina no processo industrial, o crescimento da população urbana e o desenvolvimento dos meios de transporte, proporcionaram maior mobilidade para as pessoas. Com o espaço relacional cada vez mais populoso, as cidades ficaram mais agitadas, e o próprio tempo já não era mais só da natureza, dos ciclos naturais, e sim medido, marcado, quantificado em função da jornada de trabalho e da mais-valia da produção. Em suma, desenvolveu-se, assim, a cultura do lucro, da acumulação de bens e da competitividade que apontam para o futuro do mundo capitalista.

Na concepção de Lipovetski (2007, p.28), o capitalismo do consumo desenvolveu-se em três fases distintas: na primeira fase, em função da produção industrial em grande escala e das infra-estruturas modernas de comunicação e transporte, o comércio desenvolveu-se na mesma proporção, permitindo o escoamento de quantidades maciças de produtos. Porém, segundo este autor, “o capitalismo do consumo não nasceu mecanicamente de técnicas industriais capazes de produzir em grandes séries mercadorias padronizadas. Ele é também uma construção cultural que requereu a ‘educação’ dos consumidores [...]”.

Com essa finalidade, ainda na primeira fase do capitalismo de consumo, paralelamente ao desenvolvimento da produção de massa, inventou-se, também, o *marketing* de massa, com a criação da marca dos produtos, o acondicionamento e a publicidade, capazes de criar um

vínculo com o consumidor moderno no ambiente dos grandes mercados nacionais e magazines, que tomaram o lugar dos pequenos mercados locais.

Com a tripla invenção da marca, do acondicionamento e da publicidade, apareceu o consumidor dos tempos modernos, comprando o produto sem a intermediação obrigatória do comerciante, julgando os produtos a partir do seu nome mais que a partir da sua composição, comprando uma assinatura no lugar de uma coisa (LIPOVETSKY, 2007, p. 30).

Assim, o estilo luxuoso dos magazines foi concebido com o objetivo de encantar o consumidor, estimulando e criando a sedução do consumo e a distração pelo consumo. Acompanhando esta evolução, no contexto religioso a indústria publicitária gera os primeiros espetáculos de pregadores famosos nos Estados Unidos como lembrou Fausto Neto (2001). Sobre este fenômeno, Featherstone (1995) aponta a transformação da frequência aos templos como forma de lazer.

Na segunda fase do capitalismo, o consumo ganhou mais fôlego a partir dos produtos mais emblemáticos da sociedade, como automóvel, televisão e aparelhos eletrodomésticos. “Pela primeira vez as massas têm acesso a uma demanda material mais psicologizada e mais individualizada, a um modo de vida (bens duráveis, lazeres, férias, moda) antigamente associado a elites sociais” (LIPOVETSKY, 2007, p. 33). É nesta fase que se consolida a cultura do consumo supérfluo, criada a partir da diversificação de produtos de vida útil reduzida, a serem substituídos sistematicamente por outros de estilos e modelos mais modernos. A partir desta fase,

Há algo mais na sociedade de consumo além da rápida elevação do nível de vida médio: a ambiência de estimulação dos desejos, a euforia publicitária, a imagem luxuriante das férias, a sexualização dos signos e dos corpos. Eis um tipo de sociedade que substitui a coerção pela sedução, o dever pelo hedonismo, a poupança pelo dispêndio, a solenidade pelo humor, o recalque pela liberação, as promessas do futuro pelo presente (LIPOVETSKY, 2007, p. 35).

Na sociedade de consumo as pessoas não mais fazem escolhas e se comportam de acordo com o que são. Se antes a identidade das pessoas era definida por questões como classe social, raça ou religião, o que também determinava as suas escolhas, na sociedade de consumo esta ligação está sendo inversa. Em vez de os indivíduos escolherem de acordo com o que são, com o meio a que pertencem, agora, em uma “ambiência de estimulação dos desejos”, eles podem escolher, em larga escala, de acordo com o que querem ser. Em uma sociedade onde tudo está em constante mudança e tudo pode ser comprado, onde se pode

substituir o “recalque pela liberação”, o indivíduo também “pode” assumir uma nova identidade, e tudo que tem a fazer é pagar pelos símbolos apropriados de status, preocupando-se exclusivamente com o seu bem-estar.

A segunda fase do capitalismo do consumo é então marcada pelo culto hedonista e psicológico, pelo individualismo em detrimento do coletivo, e pela privatização da vida. Segundo Pierucci (2006), esse foi o contexto para o surgimento da religiosidade também individualizada e voltada para uma relação pessoal com o sagrado pautada nas negociações de vantagens e busca de bens e prosperidade, mais do que o bem-estar coletivo e solidário. Para Lipovetsky (2007), esta fase está terminada, dando lugar, a partir do fim dos anos 70, à terceira fase por ele denominada hiperconsumismo, que será abordada mais adiante.

De acordo com Featherstone (1995), esse fenômeno provocou o declínio da religião. A corrosão de suas bases institucionais deixou um vazio na sociedade, um senso de abandono, uma espécie de “acomodação” que aceita o “fatalismo”. Desapareceu o idealismo, acabaram-se as mobilizações, e as sociedades, entregues aos modismos, passaram a ser levadas por todo vento de circunstâncias. O distanciamento das práticas religiosas tradicionais favoreceu a aceitação de tudo, um ecletismo e uma tolerância acrítica da ética.

A religião, que era um balizador para as sociedades, acomodou-se ao consumismo e essa acomodação “levou ao empobrecimento espiritual e ao egocentrismo hedonista, com sua filosofia ‘viva agora, pague depois’, que vai no sentido contrário à ascese, operosidade, prudência e parcimônia pregada pela religião, em geral, e pela herança puritana, em particular” (FEATHERSTONE, 1995, p. 158).

Nesse contexto pós-moderno, a religião passou a ser apenas uma instituição a mais, alojando-se no mercado de consumo, ao lado de outros complexos significativos. Prandi (1996, p. 260) explica melhor este processo:

Desde que a religião perdeu para o conhecimento laico-científico a prerrogativa de explicar e justificar a vida nos seus mais variados aspectos, ela passou a interessar apenas em razão do seu alcance individual. Como a sociedade e a nação não precisam dela para nada em essencial ao seu funcionamento, e a ela recorrem apenas festivamente, a religião foi passando pouco a pouco para o território do indivíduo. E deste para o do consumo, onde se vê agora obrigada a seguir as regras do mercado.

É nesse conceito de mercado que várias ideologias e religiões são oferecidas aos indivíduos, e a religião cristã, para sobreviver, precisava passar por “adaptações” constantes. No mercado o cliente “sempre tem razão”, e como o gosto dos clientes muda rapidamente, a mentalidade mercantil das igrejas cristãs as força a adaptarem-se ao sabor dos novos ventos, o

que contribui significativamente para que haja um processo migratório entre os templos e entre os seus membros.

Cerca de um quarto da população adulta já experimentou o sentido da adesão a uma religião diferente daquela em que nasceu, num contexto em que a religião se vai ajustando cada vez mais à idéia de escolha, da livre escolha que se faz frente a variadas necessidades e diversas possibilidades de tê-las atendidas (PRANDI, 1996, p. 237).

Entende-se porque tantos modismos eclesiásticos e tantos novos ventos de doutrina: há uma necessidade mercadológica de agradar o cristão como se ele fosse um cliente. Percebe-se que a confrontação e os posicionamentos de acordo com os preceitos bíblicos que pareçam “intolerantes” são abandonados, uma vez que o afã de agradar o mercado consumidor leva a uma aceitação de suas exigências pós-modernas e superficiais. Assim, as Igrejas buscam um diálogo cultural apenas para aprenderem a adequar-se ao que exige a “clientela”.

Segundo os autores acima, essa atitude de rendição ou adaptação total ao mercado tem como objetivo “vender” a fé aos fiéis-consumidores. E pior, a concorrência determina o “preço”, e no balcão das promoções, produtos religiosos são customizados e oferecidos por valores adequados a cada nicho de mercado, a um público cada vez maior, mais diversificado e, aparentemente, menos envolvido com o comprometimento religioso ortodoxo, seja qual denominação ou prática escolher.

Assim, se a necessidade e a escolha das pessoas são, supostamente, de uma religião espetacular, proclama-se um “evangelho” superficial em relação ao discurso teologizado, com muitas luzes, sons e gestos dramáticos. Se a tendência é, como se tem observado ultimamente, viajar num “transe esotérico”, então sopra-se o “espírito” e promovem-se arrebatamentos em concorridos espetáculos da fé intencionalmente organizados para esse fim.

Segundo Debord (1997, p. 7):

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário — o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a presença permanente desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna.

Em uma sociedade na qual não mais existe a distinção entre a realidade e a aparência, se os jovens gostam de música alta, “badalações” com pouco ou nenhum compromisso com as tradições religiosas, são lideradas por um “guia espiritual”, que põe um boné na cabeça e transforma o culto num programa de auditório, tal como o das emissoras de TV. Se os empresários não vão bem nos seus negócios, “é possível fazer de Deus um sócio e prosperar sem limites” (PRANDI, 1996, p. 270). Neste contexto as igrejas vinculadas à teologia da prosperidade promovem em panfletos publicitários as ofertas dos “produtos e benefícios espirituais”, como lembram Storni e Estima (2010).

Por outro lado, segundo Prandi (1996), se o perfil das pessoas é mais legalista, monta-se um esquema repressivo de proibições. Se as pessoas se mostram mais inclinadas ao tradicionalismo, abolem-se guitarras e baterias, e o som do velho órgão volta a reinar nos teclados eletrônicos. Numa concorrência de mercado, “a religião não é mais para sempre e só dura enquanto durar a capacidade de troca que se pactua de ambos os lados, do serviço e do consumidor. Desencantos e desentendimentos são respondidos por uma nova escolha” (p. 273).

Segundo Guerra (2003, p. 1):

Essa necessidade de um olhar sempre atento às características da demanda dos consumidores de religião sofre, portanto, a influência das características estruturais da concorrência no campo religioso. As condições sob as quais operam as organizações religiosas - ou, se quisermos usar os termos do Paradigma do Mercado Religioso, as regras de regulação da economia religiosa, e, de maneira destacada, os níveis de competição aos quais se submetem as organizações religiosas - também atuam no sentido de determinar uma maior ou uma menor suscetibilidade da instituição à demanda religiosa dos indivíduos.

Dessa forma, ao assumir contornos de uma instituição mercantil comum, como indicou o autor acima, a religião tornou-se mais uma opção entre muitas. A igreja, secularizada e fragmentada no “mercado aberto”, pela sua própria multiplicidade de ofertas, já não tem controle sobre os seus membros. Agora, freqüentadores “flutuantes” transitam livremente, aderindo a uma e outra denominação, de acordo com as suas conveniências. Este fenômeno pode evidenciar a falta de envolvimento religioso institucional e foi analisado nesta pesquisa.

Pierucci (2006) chama a esse fenômeno de rupturas pós-tradicionais com a tradição religiosa. Ao analisar o censo 2000, este autor explica o declínio de três das principais religiões classificadas como tradicionais, nos seguintes termos:

O catolicismo, o luteranismo e a umbanda, mesmo que cada qual se mostre tradicional de um ponto de vista diverso, estão dando sinais evidentes de falta de fôlego em sua capacidade de reprodução ampliada, fazendo com que a noção sociológica de destradicionalização, hoje enfatizada por uma influente vertente da teorização contemporânea em sociologia, valide-se empiricamente a cada ano que passa, também nestes nossos pagos, como um dos mais acertados conceitos macrodescritivos aplicáveis a essa transição religiosa — verdadeira *transição cultural* em passo acelerado —, cuja curva os dados sobre religião coletados pelos censos do IBGE acompanham desde 1940 (PIERUCCI, 2006, p. 3-4, grifo do autor).

De acordo com este autor, o grande fluxo de pessoas que transitam entre diversas religiões evidencia um rompimento com as suas tradições religiosas, que não mais atendem aos seus anseios individuais. Mesmo as religiões etnicamente estruturadas, algumas delas, mudaram de função. Deixaram a função "de preservação de um patrimônio étnico-cultural" para se tornarem "de caráter universal" (PIERUCCI, 2006, p. 5). São "religiões de conversão" que, no dizer deste autor, estão interessadas não apenas no indivíduo convertido:

mas no "convertível", na pessoa que está desde já e sempre-já convidada a se converter, melhor ainda, daquela *pessoa* (no sentido forte do termo em seu uso antropológico) que por mudar de religião se individualiza, se faz *ipso facto* mais indivíduo, um ser humano abstraído dos vínculos herdados, desincompatibilizado de um passado que, vai ver, já não era lá essas coisas, e assim se desloca, feito indivíduo, num campo religioso que se faz — *et pour cause* — mais plural e, além disso, tendencialmente pluralista, bombardeado que está por escolhas religiosas individuais irregulares e desreguladas (PIERUCCI, 2006, p. 5, grifo do autor).

Este mesmo autor indica que as novas formas de práticas espirituais são características de "igrejas universais de salvação individual" e que essas religiões são como "solventes", porque diluem os vínculos e tradições, com relações "des-ligadas", des-"tribalizadas" e "des-territorializadas" das suas raízes culturais, identitárias e de valores. Com ironia Pierucci (2006, p. 13) esclarece: "Quer um solvente cultural universal? Pegue uma religião de tipo soteriológico⁴ congregacional, [como] receita Weber. 'Pegue e pague', hão de acrescentar nossos neopentecostais", para evidenciar as agregações religiosas que promovem a salvação individual, sem o sentido corporativo.

Segundo Prandi (1996), a falta de compromisso com qualquer postura que releve o caráter racional, cientista e historicista fundante da sociedade pós-moderna desencantada é característica dessa nova forma de religiosidade e crenças.

⁴ Termo derivado da Soteriologia, parte da Teologia que trata da salvação do homem.

Assim, uma parcela da população, [...], passou a agir de acordo com interesses individualizados, próprios, específicos e privatizados de cada um, guiados por valores meramente pragmáticos justificadores mais da diferença que da igualdade. A prestação de contas sobre as ações dessa população não conta com nenhuma regra ou medida reguladora que leve em conta princípios de moralidade baseados no bem-estar comum (PRANDI, 1996, p. 97-98).

Um novo padrão cultural emerge da diversidade evidenciando uma sociedade secular, racional, cujas relações se baseiam em interesses práticos e individuais, e cujos valores tradicionais são substituídos por outros, supostamente mais adequados a esta nova formação social pós-moderna, que, aparentemente, substituiu o teocentrismo pelo antropocentrismo. Assim, em um mundo plural, a cosmovisão religiosa perdeu a sua influência, cedendo espaço para que todas as visões da realidade sejam vistas como verdadeiras. Tanto certezas como plausibilidades passam ao território privado, desgastando as amarras culturais religiosas que procuravam congregar as pessoas e sociedades numa visão coesa de sentidos do sagrado.

Para Fausto Neto (2001, p.96), o contexto social que dá espaço e visibilidade para esse tipo de religiosidade é propiciado

[...] pelos efeitos de problemáticas sociais e políticas, principalmente com o enfraquecimento de instituições responderem com suas estratégias convencionais do “aqui” e “agora” do mal estar material e espiritual vivenciado pelas pessoas, em tempos modernos.

No entanto, embora instituições tradicionalmente produtoras de sentido - como a religião -, estejam em declínio (PERUCCI, 2006), “o sagrado e seus relatos não só não morreram, mas, ainda indicam às grandes massas o sentido e a explicação dos enigmas do homem e do cosmo, que as ciências e a mais avançada tecnologia são incapazes de desvendar” (QUEIROZ, *apud* FERRARI, 2007, p. 49). Ainda que a religião formal tenha sido esvaziada pela modernidade, ela não conseguiu matar a sede de espiritualidade das pessoas, mesmo que a ânsia do homem pós-moderno seja orgiástica, hedonista e narcisista (FEATHERSTONE, 1995), além de ser muito bem nutrida pela mídia televisiva (FAUSTO NETO, 2001), que faz parte das práticas do hiperconsumo (LIPOVETSKY, 2007).

Em outras palavras, se a religião continua indicando o sentido e a explicação dos enigmas do homem e do cosmo para o mercado religioso capitalista da pós-modernidade, a espiritualidade, que é a essência da religião, passou a ser negociada como parte da busca da felicidade, principal característica da terceira fase do desenvolvimento do capitalismo de consumo e do hiperconsumidor, como esclarece Lipovetsky (2007, p. 15, grifo nosso):

O hiperconsumidor não está mais apenas ávido de bem-estar material, ele aparece como um solicitante exponencial de conforto psíquico, de harmonia interior e desabrochamento subjetivo, demonstrados pelo florescimento das técnicas derivadas do desenvolvimento pessoal bem como pelo sucesso das sabedorias orientais, **das novas espiritualidades dos guias da felicidade e sabedoria**. O materialismo da primeira sociedade de consumo passou de moda: **assistimos à expansão do mercado da alma e de sua transformação, do equilíbrio e da auto-estima, enquanto proliferam as farmácias da felicidade**. Numa época em que o sofrimento é desprovido de todo sentido, em que os grandes referenciais tradicionais e históricos estão esgotados, **a questão da felicidade interior “volta à tona”, tornando-se um segmento comercial, um objeto de marketing que o hiperconsumidor quer poder ter em mãos**, sem esforço, imediatamente e por todos os meios.

Com essa mentalidade hiperconsumista, segundo este mesmo autor, as pessoas são mais ou menos felizes, alcançam maior ou menor realização, não apenas em função da quantidade de bens que possuem. A mentalidade consumista agora estabelece uma relação de necessidade entre consumo e felicidade. Por isso, na sociedade de consumo, os bens e serviços oferecidos vêm sempre acompanhados da promessa de felicidade imediata.

Segundo Bauman (2008):

É verdade que na vida “agorista” dos cidadãos da era consumista o motivo da pressa é, em parte, o impulso de *adquirir* e *juntar*. Mas o motivo mais premente que torna a pressa de fato imperativa é a necessidade de *descartar* e *substituir*. [...], a mensagem latente por trás de cada comercial promete uma nova e inexplorada oportunidade de felicidade (BAUMAN, 2008, p. 50-51, grifo do autor).

Essa relação entre consumo e felicidade é feita sistematicamente pela televisão, tanto por meio de comerciais e outras produções, como pela indústria dos espetáculos religiosos, principalmente as produções de “natureza gospel”, como são denominadas.

Assim, utilizando-se da mais alta tecnologia informacional disponível neste momento atual, especialmente através da televisão, a religião cristã conformada às práticas capitalistas, induz o “fiel-consumidor” a crer que os mais diversos “produtos” religiosos estão ao seu inteiro dispor, mesmo que haja o agravante de que as incontáveis opções que lhe são oferecidas, ainda que tenham valor histórico intrínseco, não têm respaldo nos preceitos bíblicos. A consequência é um grande distanciamento do sagrado imanente e transcendente, conforme apontam Eliade (1992), Estima (2004), e Storni e Pereira (2007).

Segundo Eliade (1978, p. 13), “o sagrado é um elemento da estrutura da consciência e não uma fase na história da consciência”. Para este autor, a religião é um dado intrínseco ao ser humano, e não uma parte menor ou maior de sua história evolutiva, em que são

estabelecidas diferenças claras entre o sagrado e o profano. Enquanto o profano é considerado o corriqueiro e os atos triviais não carregam significado especial, o sagrado, por sua vez, é o elemento transcendente ao profano e se opõe a ele. É o elemento incomum, com significação definitiva, absoluta.

Historicamente a profanação do sagrado é conhecida pela prática comercial dentro dos espaços reservados ao culto, como relata a Bíblia Sagrada a respeito da revolta de Jesus Cristo contra os vendilhões do templo, segundo está escrito no Evangelho de Mateus, (capítulo 21, versículo 12). Mas, a produção dos programas telerreligiosos exacerbou esta tendência da transformação da religião em produto de consumo e de negociações em torno de questões ligadas ao sagrado. É o que Storni e Pereira (2007) chamam *misticismo de resultados*, que está ligado com uma religiosidade superficial e apoiada na troca de dinheiro por bênçãos (PIERUCCI; PRANDI, 2006).

O sagrado, então, se confunde com o profano no momento em que a própria religião, que deveria ser a guardiã do sagrado, passa a dar mais importância às necessidades e desejos triviais das pessoas, que agora moldam os modelos de práticas e discursos religiosos a serem oferecidos no mercado.

Segundo Guerra (2003, p.1):

Nos contextos de pluralismo acentuado em que vivemos, passou o tempo em que as instituições religiosas podiam propor à sociedade um conjunto de exigências relativas à fé e aos comportamentos esperando uma aceitação social imediata. Nas sociedades contemporâneas, em que os indivíduos são crescentemente orientados para decidir livremente a respeito de que modelo de religiosidade vão adotar (quando escolhem um), o que as organizações religiosas oferecem tem que ser atrativo para os potenciais consumidores. Assim, o ethos do consumo - que prevalece em termos de sociedade inclusiva - e o pluralismo do campo religioso são elementos fundamentais para entender como a lógica mercadológica determina a dinâmica de transformações dos modelos de religiosidade.

De forma profana, é a lógica mercadológica que demanda maior flexibilidade das igrejas em termos de mudança de seus "produtos" no sentido de adequá-los da melhor maneira possível para a satisfação das necessidades "religiosas" dos consumidores. Com base em reflexões inspiradas nesses autores, pode-se imaginar que todas as opções oferecidas são válidas e passíveis de serem escolhidas, dependendo apenas da percepção subjetiva de cada indivíduo. O "fiel-consumidor" passa então a relacionar-se com Deus de forma exclusivamente utilitária, peregrinando de igreja em igreja em busca de satisfação pessoal, de solução para os seus problemas pessoais e materiais, de uma "experiência" sobrenatural, ou de

um “milagre”, pelos quais se paga (caro). E Deus, que nada tem a ver com essa “negociação”, ainda é “cobrado” pela entrega do “produto comprado”.

A vulgarização do sagrado é então mera consequência dessa cultura de consumo religioso. Com o mercado determinando a agenda das igrejas cristãs, não há interesse em ensinar nada a ninguém, acaba-se o exercício da apologia, esvaziam-se os credos doutrinários, e a leitura da Bíblia passa a ser intimista, intermitente e possivelmente rareada. Além disso, a importância do que está escrito cede lugar ao subjetivismo e ao sentimento individual de cada leitor e suas conveniências, em detrimento da interpretação e aplicação correta do Texto Sagrado.

A falta de firmeza doutrinária faz com que o cristão pós-moderno facilmente sincretize a sua fé e, nesse vácuo da ortodoxia bíblica, surge um ecletismo típico do pluralismo pós-moderno. Sem tradição religiosa, sem base doutrinária, os cristãos vão assimilando os valores de outras realidades e cosmovisões antagônicas ao cristianismo. Surge então a venda de objetos supersticiosos como óleo “ungido”, rosas “consagradas” e “água do rio Jordão”, por exemplo, que passam a receber, no cristianismo, um valor de mercado que exclui o contexto histórico e sagrado de onde se originaram, e os cristãos pagam por isso.

[...] haja vista a diminuição do interesse pela leitura da bíblia e pela conduta metódica de vida, em consequência da instalação central da legitimidade das soluções mágicas em sua prática religiosa, centralidade expressa no fascínio que pastores, fiéis e clientes demonstram pelo retorno material, [...], pela gratificação imediata de natureza sensível ou emocional, pelo milagre trivializado-mediatizado que dizem que funciona (PIERUCCI, 1996, p. 275).

Aqui questionamos: de onde vem tanta necessidade de sinais mágicos embutidos nestas práticas religiosas? Como se pode perceber, na visão desse autor, a forma utilitária como os cristãos buscam a Deus, evidencia desconhecimento doutrinário e caracteriza divergência da prática religiosa cristã ensinada na Bíblia Sagrada. Essa forma de relação com o sagrado pode ser consequência da mudança de foco no ensino religioso ministrado pelas igrejas cristãs, inclusive as protestantes tradicionais contemporâneas, como a Presbiteriana.

Há pouco discernimento espiritual. Há muitas vozes, muitos “mestres”, muitas idéias, muitas crenças, muitas filosofias, muitos produtos e muitas maneiras de ver a vida, de interpretar o sagrado, e, conseqüentemente, muita confusão.

No dizer de Ferrari (2007, p.36):

A verdade é que na pós-modernidade tem-se uma nova compreensão do ser humano e do sagrado com suas religiões e instituições. Devido às mudanças bruscas de época, novas religiões surgem, prometendo reencantamento diante das massas em crise de valores. Fenômenos como trânsito religioso, sincretismo acentuado, adesões e “nomadismo místico” ocorrem com frequência. O sagrado é transformado em mercadoria que desperta desejo de consumo e é consumido velozmente. Com inúmeras promessas, promete dar sentido à vida humana conflituosa; mas, em nome da multiplicação de ofertas, há a tendência de religiosidades fundamentalistas de cunho mágico. Em troca da fidelidade ao novo “dogma”, oferecem recompensas, que vão desde a iluminação mística até a vitória sobre os espíritos malignos e a posse da felicidade nesta vida, tendo como super-acréscimo o bem-estar eterno na outra.

Numa sociedade pós-moderna caracterizada pela privatização, pelo individualismo e pelo subjetivismo, o critério para definir a religiosidade também é pessoal e subjetivo. A antiga espiritualidade coletiva e fraterna dá lugar às alegrias e aos prazeres fáceis. Segundo Frankl (1994; 1997), o empenho por encontrar um significado para a vida é a motivação básica do homem. Porém, a referência a esse “significado” ou à falta de sentido agora repercute nas pessoas que estão à procura de um sentido ou propósito para as suas vidas, uma vez que a *consciência* como sentido de vida é substituída pela vontade individual.

Cada um tem a sua expressão religiosa ou assume a fala pregada por outrem, se isso for conveniente, e esses discursos não precisam passar pelo crivo da análise e da investigação, já que o sentimento individual de busca de magia, e não o conhecimento é o que valida a expressão religiosa de cada um. Como lembra Medeiros (2010), magia religiosa, como a que ocorre na religiosidade popular, é referente a algo inexplicado e automático, e não requer muitas reflexões. O papel da disseminação dos valores éticos como a justiça, fraternidade, solidariedade, que sempre foi desempenhado pelas religiões, e que foi assumido inclusive pelas instituições legisladoras, parece estar esvaziado na sociedade.

Eis o cenário no qual se desenvolve a religiosidade fundamentada nos novos discursos do misticismo utilitário, cujas concepções e práticas buscamos investigar através dos discursos de líderes e membros de uma igreja protestante tradicional, a Presbiteriana, que serão parte dos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3 - ÉTICA, RELIGIOSIDADE, DISCURSOS

Ouvimos muitas vezes que as pessoas adquiriram mentalidade individualista, interessando-se egocentricamente só por si mesmas, à medida que, com o advento da modernidade, ficaram sem Deus e perderam a fé em “dogmas religiosos”. A preocupação consigo mesmos, que marca os indivíduos modernos, é, segundo essa apresentação, produto da secularização...

(BAUMAN, 1997, p. 10)

3.1 DADOS DOCUMENTAIS E EMPÍRICOS

Neste capítulo damos visibilidade aos dados empíricos⁵, tanto os documentais quanto os coletados nas entrevistas feitas com líderes e membros da Igreja Presbiteriana, especialmente os de João Pessoa/PB. Além disso, complementamos os dados com os relatos das nossas observações. É importante esclarecer que embora a nossa proposta inicial tenha sido concentrada na pesquisa empírica de João Pessoa/PB, tivemos oportunidade de colher as falas de vários líderes desta Igreja que são de outras cidades paraibanas, e que estavam na reunião do Presbitério da Paraíba, Concílio de Presbíteros já citado no capítulo 1 desta dissertação. Consideramos então que deveríamos aproveitar esta oportunidade de enriquecer os nossos dados empíricos com estas entrevistas.

A primeira parte deste capítulo é composta pela apresentação de dados documentais da Constituição Interna da Igreja Presbiteriana do Brasil, da Confissão de Fé de Westminster e também da Bíblia Sagrada nela refletida, dentro do contexto histórico da Reforma Protestante. Estes documentos serão tratados aqui como discursos éticos e morais em que pese o respeito que a eles devotamos pelo fato de serem símbolos de fé. Para tanto cabe apresentar aqui algumas reflexões sobre a questão da moral e ética de Bauman (1997).

Segundo este autor, a moral se refere à discriminação entre “certo” e “errado” e esta distinção surgiu no que este autor chamou genericamente de idade moderna (p. 8). No chamado modo “tradicional” de vida, “tudo parecia flutuar ao mesmo nível de importância, sendo pesado sobre as mesmas escalas de coisas ‘certas’ versus ‘erradas’ a serem feitas”. E complementa seu raciocínio:

A totalidade de modos e meios, em todos os seus aspectos, era vivida [na idade moderna], como se fosse avalizada por poderes que nenhuma vontade ou capricho humano podiam desafiar; a vida em seu conjunto era produto da criação de Deus, monitorada pela providência divina. Vontade livre, se afinal existe, podia significar somente – como santo Agostinho insistiu e a Igreja repetidamente repisou – liberdade de escolher o errado contra o certo – isto é, de transgredir os mandamentos de Deus: afastar-se do modo do mundo tal como Deus o ordenou; e tudo o que se afastava do costume era visto como transgressão desse tipo. Estar no certo, de outro lado, não era questão de escolha: significava, pelo contrário, evitar a escolha – seguindo o modo costumeiro da vida (BAUMAN, 1997, p. 8-9, grifo nosso).

⁵ A empiria ou empirismo, em ciências humanas é de natureza científica. A legitimação da cientificidade da empiria documental e de dados de entrevistas foi conferida, segundo Laplantine (1999), desde Boas, que depois foi reformulada por Malinowski e outros autores clássicos da sociologia e antropologia. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (2000), as pesquisas empíricas das ciências sociais são pautadas nas faculdades do entendimento que são o *olhar*, o *ouvir* e o *escrever*.

No entanto, na pós-modernidade tudo isso mudou com o gradual afrouxamento da força da tradição, quando então a vigilância coletiva “apertada e ubíqua” perdeu espaço para a construção da autonomia dos indivíduos e suas identidades “ainda-não-dadas”, os quais sentiram necessidades de fazerem escolhas. Bauman (1997, p.10) aponta Weber como o analista social cuja maior contribuição foi a de destacar os reformadores protestantes, conscientes ou não, como pioneiros da vida moderna porque insistiram na ética moral da honestidade como base “para tudo o que se fizer em qualquer área da vida”.

E esta proposição moral e ética reflete a contradição e conflito entre uniformidades e diversidades, coerência e ambivalência do individualismo pós-moderno⁶:

Ouvimos muitas vezes que as pessoas adquiriram mentalidade individualista, interessando-se egocentricamente só por si mesmas, à medida que, com o advento da modernidade, ficaram sem Deus e perderam a fé em “dogmas religiosos”. A preocupação consigo mesmos, que marca os indivíduos modernos, é, segundo essa apresentação, produto da secularização, podendo-se reparar tanto suscitando de novo o credo religioso como estimulando uma idéia que, embora secular, pudesse pretender com sucesso compreensividade semelhante à das grandes religiões que gozaram de domínio quase total antes de serem assaltadas e aluídas pelo ceticismo moderno (BAUMAN, 1997, p. 10) .

Mais na frente Bauman (1997, p.16):

Nenhum código ético logicamente coerente pode “harmonizar-se” com a condição essencialmente ambivalente da moralidade. E também a moralidade não pode “anular” o impulso moral; na melhor das hipóteses, pode silenciá-lo e paralizá-lo, tornando assim as oportunidades do “bem que é feito” não mais fortes, talvez mais fracas do que de outra forma teriam sido.

Em outras palavras, por mais que existam códigos éticos e morais, estes sempre serão como parâmetros para justificar a sua observância e, ao mesmo tempo, poderão ser desobedecidos, flexibilizados. É o que Bauman (1997, p.13) rotula de código ético *ambivalente* e *aporético*, onde a “aporia” significa “uma contradição que não se pode superar”, e que é impossível que se encontre um código ético *não-ambivalente* e *não-aporético*. A reflexão teórica de Bauman (1997) nos leva a questionar: se a ética e moral dos grupos religiosos reformadores, entre os quais se incluem os presbiterianos, foi tão importante para o capitalismo como um todo, como ela atua concretamente entre os atuais membros desta

⁶ É importante lembrar que este autor não utiliza a expressão “pós-modernidade”, embora ela esteja nas entrelinhas do seu texto; esta é a razão de a termos incluído aqui.

denominação? O apoio desse autor foi essencial para a interpretação dos dados empíricos desta dissertação.

3.2 DADOS DOCUMENTAIS

3.2.1 A História, os Símbolos de Fé e a Ética Presbiteriana

Estruturalmente o conteúdo ético da Constituição Interna da Igreja Presbiteriana do Brasil delimita as normas gerais tanto em termos administrativos quanto em termos filosóficos, comportamentais e de práticas, inclusive os seus estatutos, e a Confissão de Fé de Westminster (Anexo D) sistematiza a doutrina presbiteriana. Ambas serviram, portanto, para atuarem como parâmetros éticos das análises de conteúdo das falas dos entrevistados, no sentido de estarem próximas ou distantes dos regulamentos bíblicos, que foram cristalizados nos documentos citados.

Os princípios reguladores da Constituição Interna e da Confissão de Fé de Westminster servem então como base para o controle ético e moral dos ideários, valores e práticas religiosas dos presbiterianos, que é exercido pelos seus concílios. Estes atuam no sentido de orientar, proibir e sancionar as práticas que são consideradas como distintas destes documentos, cabendo ao Supremo Concílio “resolver, em última instância, dúvidas e questões que subam legalmente dos concílios inferiores” (CI/IPB, Cap. V, Seção 5ª, Art. 97, “c”). Vejamos então alguns elementos da essência deste regulamento presbiteriano.

Segundo a sua Constituição Interna, a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) “é uma federação de igrejas locais, que adota como regra de fé e prática as Escrituras Sagradas do Antigo e Novo Testamento, e como sistema expositivo de doutrina e prática a sua Confissão de Fé e os Catecismos Maior e Breve” (CI/IPB, Cap. I, Art. 1º). Esta Confissão de fé de Westminster, que é adotada pela Igreja Presbiteriana do Brasil, é a mesma utilizada por Weber (2004) em seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. É por esta razão que colocamos esses conteúdos documentais da ética presbiteriana.

A ética dos estatutos das igrejas locais, por sua vez, em seu capítulo primeiro registra:

A Igreja Presbiteriana de [...] é uma sociedade religiosa constituída de crentes em nosso Senhor Jesus Cristo, com sede em, e foro civil em, organizada de conformidade com a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, tem por fim prestar culto a Deus, em espírito e verdade, pregar o evangelho, batizar os conversos, seus filhos e menores sob sua guarda e ensinar os fiéis a guardar a doutrina e prática das Escrituras do Antigo e

Novo Testamentos, na sua pureza e integridade, bem como promover a aplicação dos princípios de fraternidade e o crescimento de seus membros na graça e no conhecimento de nosso Senhor Jesus Cristo (CI/IPB, Cap. I, Art. I).

O sistema de governo presbiteriano é conciliar, ou seja, a igreja é administrada por conselhos de presbíteros, sendo o Supremo Concílio “a assembléia de deputados eleitos pelos Presbitérios e o órgão de unidade de toda a Igreja Presbiteriana do Brasil, jurisdicionando igrejas e concílios que mantêm o mesmo governo, disciplina e padrão de vida” (CI/IPB, Cap. V, Seção 5ª, Art. 95). Este sistema ético foi construído historicamente, portanto, a seguir apresentaremos alguns dados históricos sintéticos desta denominação.

Historicamente, segundo Ferreira (1992) e Matos (2009), a Igreja Presbiteriana pertence à família das igrejas reformadas calvinistas⁷, tendo surgido no Brasil em 1859, como fruto do trabalho missionário da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos. Suas origens mais remotas encontram-se nas reformas protestantes suíça e escocesa, no século 16, lideradas por personagens como Ulrico Zuínglio, João Calvino e João Knox.

Segundo dados coligidos da História da Igreja Presbiteriana⁸, os primeiros protestantes calvinistas chegaram ao Brasil ainda no começo da nossa história. No final de 1555, um grupo de franceses liderados por Nicolas Durand de Villegagnon instalou-se em uma das ilhas da Baía da Guanabara. Um ano e meio mais tarde, chegou ao Brasil um grupo de colonos e pastores reformados enviados pelo próprio João Calvino, em resposta a um pedido de Villegagnon. No entanto, surgiram desavenças teológicas entre Villegagnon e os calvinistas, e estes foram mortos quase todos.

⁷ Sobre os calvinistas, segundo Champlin (2002), inicialmente houve a ordem teocrática da Igreja-Estado de Genebra na Suíça. Então apareceram os Presbiterianos na Escócia, os Puritanos na Nova Inglaterra, os Huguenotes na França, a Igreja Reformada e os Batistas Particulares da Inglaterra. O calvinismo é um sistema de doutrina complexo, que se encontra exposto em sua totalidade nos comentários bíblicos de João Calvino, principalmente em sua mais completa obra de teologia sistemática, “As Institutas da Religião Cristã”. Partindo da idéia da soberania de Deus, Calvino só admitia, em matéria de religião, uma autoridade: a Bíblia. Como Lutero, assegurava que as obras não podem salvar o homem, e sim unicamente a fé, pela mediação exclusiva de Jesus Cristo. Calvino afirmou ainda que a fé é uma graça especial que Deus outorga aos eleitos desde a eternidade em oposição à graça comum, concedida a todos os homens em Adão. A doutrina da soberania de Deus e a crença nesta graça especial, concedida como resultado da obra vicária de Cristo na cruz, é a base para a doutrina da predestinação, consubstanciada nos “Cinco Pontos do Calvinismo” apresentados no Sínodo de Dort: 1) Eleição incondicional; 2) Expição limitada aos eleitos; 3) Depravação total, que envolve tanto a habilidade quanto o mérito; 4) Graça irresistível; 5) Perseverança, ou a segurança eterna do crente (CHAMPLIN, 2002, vol. 1, A-C, p. 603).

⁸ A história oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil está registrada nos livros: “História da Igreja Presbiteriana do Brasil”, volumes I e II, de Júlio Andrade Ferreira, Editora Casa Presbiteriana, 1992, abrangendo o período de 1859 a 1959, e “Uma igreja peregrina: história da Igreja Presbiteriana do Brasil de 1959 a 2009”, de Alderi Souza de Matos, Editora Cultura Cristã, 2009.

A próxima tentativa de introdução dos protestantes calvinistas no Brasil ocorreu em meados do século XVII por meio dos holandeses. No contexto da guerra contra a Espanha, a Companhia das Índias Ocidentais ocupou o nordeste brasileiro por vinte e quatro anos (1630-1654). O mais famoso governante do Brasil holandês foi o Conde João Maurício de Nassau-Siegen, que aqui esteve por apenas sete anos (1637-1644). Embora os residentes católicos e judeus tenham gozado de tolerância religiosa, a igreja oficial da colônia era a Igreja Reformada da Holanda, que realizou uma grande obra pastoral e missionária. Ao longo dos anos foram criadas 22 igrejas e congregações, dois presbitérios (Pernambuco e Paraíba) e até mesmo um sínodo, o Sínodo do Brasil (1642-1646). Porém, com a expulsão dos holandeses, as igrejas nativas vieram a extinguir-se e por um século e meio desapareceram os vestígios dos protestantes calvinistas no Brasil.

O protestantismo em geral e o presbiterianismo em particular puderam estabelecer-se definitivamente no Brasil somente após a chegada da Família Real, em 1808. Em 1810, Portugal e Inglaterra firmaram um Tratado de Comércio e Navegação, cujo artigo XII, pela primeira vez em nossa história, concedeu liberdade religiosa aos imigrantes protestantes. Logo, muitos deles começaram a chegar de diversas regiões da Europa, entre eles reformados franceses, suíços e alemães. Em 1827, por iniciativa do cônsul da Prússia, foi fundada no Rio de Janeiro a Comunidade Protestante Alemã-Francesa, que congregava luteranos e calvinistas.

De acordo com os historiadores acima referidos, durante várias décadas, o calvinismo ficou restrito às comunidades imigrantes, sem atingir os brasileiros. Os poucos pastores reformados ou presbiterianos que por aqui passaram limitaram suas atividades religiosas aos estrangeiros. Tal foi o caso do Reverendo James Cooley Fletcher, um pastor presbiteriano norte-americano que teve uma longa e frutífera ligação com o Brasil a partir de 1851. Ele deu assistência religiosa a marinheiros e imigrantes europeus, procurou aproximar o Brasil e os Estados Unidos nas áreas diplomática, comercial e cultural, além de escrever o livro “O Brasil e os Brasileiros”, publicado em 1857. Por meio de seus contatos com políticos e intelectuais brasileiros, o Reverendo Fletcher contribuiu indiretamente para a introdução do protestantismo no Brasil. Foi por sua sugestão que o missionário congregacional inglês Robert Reid Kalley veio para o Brasil em 1855.

Finalmente, o presbiterianismo foi implantado entre os brasileiros pelo Reverendo Ashbel Green Simonton, que aqui chegou em 1859. Segundo o registro histórico de Ferreira (1992, p. 15), “numa sexta-feira, 12 de agosto de 1859, às 9 horas e 30 minutos, o primeiro missionário presbiteriano pisava o Brasil”. O nome da Igreja Presbiteriana vem da maneira como a denominação é administrada, ou seja, através de presbíteros eleitos democraticamente

pelas comunidades locais. Essas comunidades são governadas por um conselho de presbíteros presidido pelo pastor, e estes oficiais também integram os concílios superiores da igreja, que são os presbitérios, os sínodos e o Supremo Concílio.

Quanto à sua teologia, a Igreja Presbiteriana é herdeira do pensamento do reformador João Calvino (1509-1564) e das formulações confessionais (confissões de fé e catecismos) elaboradas pelos reformados nos séculos XVI e XVII. Dentre estas se destacam os documentos elaborados pela Assembléia de Westminster, reunida em Londres na década de 1640. A Confissão de Fé de Westminster, bem como os seus Catecismos Maior e Breve, são adotados oficialmente pela Igreja Presbiteriana como os seus símbolos de fé ou padrões doutrinários.

O conjunto de convicções presbiterianas, conforme expostas no pensamento de Calvino, de outros teólogos reformados e dos citados documentos confessionais, é denominado teologia calvinista ou teologia reformada. Entre as suas ênfases estão a soberania de Deus, a eleição divina – a predestinação –, a centralidade da Palavra e dos sacramentos, o conceito do pacto, a validade permanente da lei moral e a associação entre a piedade e o cultivo intelectual, ambos plasmados na regulamentação bíblica.

Acerca da eleição divina, também conhecida como predestinação, a Igreja Presbiteriana, em sua Confissão de Fé, declara que é Deus quem escolhe aqueles a quem quer salvar, de acordo com a sua soberania. Esta doutrina tem como base versículos bíblicos como: Efésios 1.4, 9, 11; Romanos 8.30; II Timóteo 1.9; I Tessalonicenses 5.9; Romanos 9.11-16; Efésios 1. 19, e Efésios 2.8-9.

Na seqüência, a Confissão de Fé de Westminster adverte que “a doutrina deste alto mistério de predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado, a fim de que os homens, atendendo à vontade de Deus revelada nas Escrituras, possam, pela evidência de sua vocação eficaz, certificar-se de sua eterna eleição” (CFW, Cap.III, §VIII). Esta questão da predestinação, para os presbiterianos, tornou-se a maior motivação ética de seguirem e divulgarem seus princípios.

Por isso, para a Igreja Presbiteriana “as Escrituras Sagradas têm autoridade absoluta, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não dependendo do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus que é o seu autor” (CFW, Cap. I, § IV). Para os reformados presbiterianos,

Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens; reconhecemos, entretanto, ser necessária a íntima iluminação do Espírito de Deus para a salvadora compreensão das coisas reveladas na palavra, e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comum às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da palavra, que sempre devem ser observadas (CFW, Cap I, § VI).

Portanto, segundo a doutrina reformada Presbiteriana, tudo o que o homem faz deve ter por base mandamentos explícitos das Escrituras, deve ser deduzido de forma lógica ou clara ou ainda, em casos circunstanciais, ser ordenado pela luz da natureza e da prudência cristã, de acordo com as regras gerais da Palavra. Por isso, em seu culto, a Igreja Presbiteriana declara obedecer ao Princípio Regulador estabelecido na Confissão de Fé de Westminster, símbolo de fé que sistematiza as doutrinas bíblicas. Isso significa que o culto oferecido a Deus deve ater-se às normas contidas nas Escrituras, não sendo aceitas as práticas proibidas ou não sancionadas explicitamente pela mesma. Se a Igreja tem autoridade para estabelecer a ordem na adoração conforme o apóstolo Paulo ensina (1 Co 11.17-34; 13.20), ela não tem liberdade para introduzir novos elementos no culto, além dos que Deus estabelece nas Escrituras.

Sobre o culto, assim prescreve o Princípio Regulador inserido na Confissão de Fé de Westminster, baseado em versículos como: Romanos 1.20; Salmos 119.68, e 31: 23; Atos 14.17; Deuteronômio 12.32; Mateus 15.9, e 4:9, 10; João 4.23, 24; Êxodo 20.4-6:

A luz da natureza mostra que há um Deus que tem domínio e soberania sobre tudo, que é bom e faz bem a todos, e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido de todo o coração, de toda a alma e de toda a força; **mas o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo e tão limitado pela sua vontade revelada, que não deve ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás nem sob qualquer representação visível ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras** (CFW, Cap XXI, § I, grifo nosso) .

Para os presbiterianos, tudo o que não é ordenado pelas Escrituras no culto a Deus, é proibido. Tudo o que a igreja realiza no culto deve ter base em um mandamento divino explícito, ou ser lógica e claramente deduzido dele. Um exemplo claro é o relato envolvendo os sacerdotes Nadabe e Abiú, filhos do sumo-sacerdote Aarão, irmão de Moisés, que levaram “fogo estranho perante a face do Senhor, o que ele lhes não ordenara”, pelo que foram fulminados (Lv 10.1-2). Observe-se que, com relação ao culto, na passagem bíblica citada, os sacerdotes não fizeram algo

que lhes fora proibido por Deus, mas, simplesmente o que não lhes fora objetivamente ordenado por ele. Segundo o texto bíblico, para que o povo de Israel mantivesse a pureza do culto conforme estabelecido por Deus, antes de os israelitas entrarem na Terra Prometida, Deus os advertiu acerca da idolatria e do sincretismo com os cultos das nações pagãs.

Segundo a ética presbiteriana a Bíblia é a única regra de fé e prática. Logo, não é lícito aos presbiterianos praticarem “idolatria” e “sincretismo com os cultos das nações pagãs”. Cabe então definir este conceito. Segundo Champlin (2002), *idolatria* é um termo derivado do grego, que se refere à adoração ou veneração a ídolos ou imagens, quando usada em seu termo primário. Porém, em um sentido mais lato, “pode indicar a veneração ou adoração a qualquer objeto, pessoa, instituição, ambição, etc., que tome o lugar de Deus, ou que lhe diminua a honra que lhe é devida” (Vol. 3, H-L, p. 206, Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia). Com base neste conceito, pode-se fazer a glorificação ou louvação de um ídolo ou imagem, como também das honrarias, do dinheiro e das posições sociais. Para este mesmo autor, “se alguém adora a um deus falso, mesmo que não tenha alguma imagem, ainda assim pratica a idolatria, porquanto fez de um conceito uma falsa divindade” (Vol. 3, H-L, p. 208, Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia). Idolatria é, pois, a adoração a alguma falsa divindade que pode ser representada por algum objeto, imagem, ou mesmo um conceito.

Como todas as “divindades” citadas acima são “adoradas” nas sociedades pós-modernas, inclusive nas religiões cristãs, a influência desse tipo de “idolatria” tem alterado a ética de devotos presbiterianos, em contradição com as éticas bíblica, da Confissão de Fé de Westminster e da Constituição Interna da Igreja Presbiteriana. No entanto, cabe refletir que este fenômeno da alteração da ética evidencia também que os discursos sobre a idolatria podem ser ambíguos porque sua composição significativa se modifica histórica e culturalmente, no sentido de indicar novos objetos de culto que não mais são considerados como “substitutos” de Deus e sim como “caminhos” para a louvação a Deus. É exatamente por isso que o fenômeno da idolatria tem sido amplamente manipulado no seu caminho de resignificação – leia-se, manipulação da massificação –, que causa confusão na mente dos devotos.

A seguir, apresentamos os dados das entrevistas colhidas e analisadas seguindo a metodologia exposta no capítulo 2, bem como o relato das observações sistematizadas que foram feitas para esta dissertação.

3.3 DADOS EMPÍRICOS: ENTREVISTAS

DEVOTO 01 – Presbítero, nascido em uma família evangélica da Assembléia de Deus, e criado na zona rural do interior paraibano. Aposentado, homem de pouca instrução acadêmica e muita experiência demonstrou naturalidade na entrevista, convicção e sinceridade nas respostas. Por esse motivo exploramos mais o seu discurso, considerando que vários líderes entrevistados não apresentaram a mesma naturalidade, falando com voz impostada como se estivessem em um púlpito, expondo o que seria o ideal, e não o real.

Qual é a sua concepção de religiosidade?

Uma pessoa religiosa é uma pessoa temente a Deus, e..., e..., separada dos **interesses materiais terrenos**.

Palavras chave da tela acima: INTERESSES MATERIAIS TERRENOS.

Pelas reticências e hesitação da fala acima se pode interpretar a referida separação dos “interesses materiais terrenos” pelo sentido contrário, ou seja, mesmo considerando uma possível deficiência no vocabulário, deve haver alguma preocupação deste entrevistado com as questões materiais, como se pode constatar nas falas seguintes.

Como se deu a sua conversão?

A minha conversão se deu... primeiro, eu nasci..., os meus pais eram da Assembléia de Deus, graças a Deus, e ele [meu pai] nos levou para a igreja até quando pôde. Depois, nós se afastamos, porque crescemos e fomos para, é..., conhecer outras coisas do mundo, diferente da religião, e..., achamos ..., caminhamos, né? Mas no final da história aqui..., eu estou com cinquenta e poucos anos, e fui acometido duma **doença**, e essa doença me levou ao leito, e lá eu fui **visitado pelo Senhor**. É..., nem..., um irmão..., na hora que tava me levando para o **hospital**, eu..., o Senhor **tocou no meu coração** que **eu poderia ser... melhorado**, que eu me lembrasse dele, se eu deixasse um bocado de coisas que eu tinha de erros..., erros, assim..., de brincadeira, de beber, de mulher, não tinha muita coisa feia demais não, não é? Graças a Deus, nunca matei, nunca roubei..., mas eu **bebia, farrava, gostava de mulher...**, tinha os meus compromissos, negócios, mas..., não idolatrava o Senhor, não tinha uma responsabilidade com a obra de Deus, não é? **As coisas não davam muito certo**. De repente eu notei que **se eu me aproximasse de Deus**, se eu tivesse, assim..., uma reverência, tivesse

compromisso, eu poderia..., é..., me **libertar** daquelas coisas que tava me acometendo naquele momento, tava querendo me levar até pro..., então Deus foi misericordioso comigo. Então eu vi que tinha uma **responsabilidade..., de..., de..., de ser crente**, e eu tô..., graças a Deus..., eu agradeço muito a Deus por ele ter se lembrado de mim.

Palavras-chave e unidades de sentido destacadas na fala acima: DOENÇA; VISITADO PELO SENHOR; HOSPITAL; TOCOU MEU CORAÇÃO; EU PODERIA SER MELHORADO; EU BEBIA, FARRAVA, GOSTAVA DE MULHER; AS COISAS NÃO DAVAM MUITO CERTO; SE EU ME APROXIMASSE DE DEUS; LIBERTAR; RESPONSABILIDADE... DE...DE...DE SER CRENTE.

Nas palavras-chave ou unidades de sentido desta tela pode-se perceber claramente a mudança na qualidade de vida do entrevistado proporcionada pela conversão. Em sua vida anterior à conversão “as coisas não davam muito certo”, inclusive no aspecto da saúde, consequência natural de uma vida dissoluta. A ética protestante, que, segundo Weber (2004), tem a ver com o espírito do capitalismo, modificou totalmente a vida do entrevistado. A responsabilidade de crente ou a ética protestante foi determinante para que ele se libertasse “daquelas coisas” que o estavam prejudicando. Percebe-se, no entanto, a motivação utilitarista detectada por Prandi (1996), ou seja, a busca de Deus em troca dos seus favores.

E hoje, como você define o seu relacionamento com Deus?

Hoje, o meu relacionamento com Deus é de **obediência**, é procurar levar o evangelho de Deus para os perdidos, dizer que ele salva, **sem hipocrisia**, sem ligar para **coisas fúteis**, para **ôba-ôba**, sem essa história de **vitória terrestre..., terrena, eu não gosto desses movimentos**, não. O meu relacionamento com Deus é..., assim..., **espiritual. Cada vez que eu busco o Senhor** em oração, eu noto que as **coisas para mim... melhora**. Ser crente, para mim, foi uma vitória.

Palavras-chave consideradas: OBEDIÊNCIA; SEM HIPOCRISIA; COISAS FÚTEIS; ÔBA-ÔBA; VITÓRIA TERRESTRE,... TERRENA; EU NÃO GOSTO DESSES MOVIMENTOS; ESPIRITUAL; CADA VEZ QUE EU BUSCO O SENHOR; AS COISAS PRA MIM... MELHORA.

Conquanto se perceba o ânimo do presbítero em obedecer às regras da denominação religiosa assumida, as demais palavras destacadas, que permeiam todo o seu discurso, indicam a sua percepção contraditória em que ele nega e ao mesmo tempo afirma a ocorrência de “hipocrisia” e futilidades nas atividades da igreja. Em seu discurso ficou claro a existência de

práticas de espiritualidade superficial, mais voltadas para interesses materiais terrenos, que ele diz não concordar. Trata-se das práticas do misticismo massificado e utilitário (STORNI; PEREIRA, 2007), muito visível na sua fala: “cada vez que eu busco o Senhor em oração eu noto que as coisas para mim..., melhora”. Como já assinalado na análise da tela anterior, segundo Prandi (1996), a prática de buscar a Deus em troca de bênçãos é própria dos devotos de igrejas neopentecostais.

Pelo que você mais ora a Deus?

A minha oração é que **Deus possa me ajudar**, que ele me fortaleça, para mim não ser levado a..., a..., por todo vento de **doutrinas falsas**, e..., que Deus possa me ajudar a **levar a Palavra Dele ao meu irmão** lá fora, para as pessoas que precisam.

Palavras-chave destacadas para a análise dessa tela: DEUS POSSA ME AJUDAR; DOUTRINAS FALSAS; LEVAR A PALAVRA DELE AO MEU IRMÃO.

A fala acima evidencia a visão individualista que ficou na frente dos interesses coletivos. Aqui também o entrevistado traz à tona uma contradição recorrente no meio protestante, qual seja a intenção de pregar o evangelho sem o necessário conhecimento acerca do assunto, o que se percebe pelo seu temor quanto ao que chama de “doutrinas falsas” e que indica o seu aparente desconhecimento da suposta e não declarada “doutrina verdadeira”. Considere-se que o entrevistado é um presbítero, líder que deveria ser apto para ensinar, o que se espera dos que ocupam este cargo. Esta é uma deficiência verificada nas falas de outros líderes, tanto presbíteros como pastores, característica dos líderes neopentecostais, que, segundo Prandi (1996), têm pouco ou nenhum conhecimento teológico.

Nas suas leituras bíblicas, há trechos preferidos? Explique a resposta.

Eu gosto muito dos salmos..., daqueles **salmos que dão segurança...**, do salmo 23..., salmo 46..., **porque a gente sente que nunca está só.**

Unidades de sentido destacadas: SALMOS QUE DÃO SEGURANÇA; PORQUE A GENTE NUNCA ESTÁ SÓ.

Eis o provável motivo pelo qual o entrevistado não parece ser apto para o ensino e para a pregação do evangelho: a sua leitura aparentemente “intimista”, como define Pierucci (1996), visando ao seu bem-estar pessoal (PRANDI, 1996), o que é mais uma contradição

considerando-se a sua vontade de levar a Palavra de Deus para “as pessoas que precisam”, como afirma na resposta anterior.

Na sua concepção, qual o papel da Igreja no mundo?

O papel da igreja é buscar o homem para uma **obediência...**, obediência primeiramente a Deus, obediência às autoridades, obediência ao próprio ser humano, através da pregação do evangelho. **A igreja não está cumprindo esse papel...** está muito longe,... ela está fazendo, mas fazendo muito pouco, e o motivo é que os **pastores**, não digo todos, mas a maioria deles, **só está pensando no umbigo deles**, eles só querem saber deles mesmos, quando poderiam estar pensando no povo,... **o povo não está sendo ensinado corretamente.**

Palavras-chave, unidades de sentido que orientam esta análise: OBEDIÊNCIA; A IGREJA NÃO ESTÁ CUMPRINDO ESSE PAPEL; OS PASTORES [...] SÓ ESTÁ PENSANDO NO UMBIGO DELES; O POVO NÃO ESTÁ SENDO ENSINADO CORRETAMENTE.

A visão crítica do entrevistado confirma as nossas análises. Neste caso, um presbítero acusa os pastores de individualistas e omissos na sua missão de conduzir o rebanho sob seu pastoreio. Conquanto se perceba a orientação do entrevistado para a importância da obediência na sua concepção do papel da Igreja, também se pode perceber um certo grau de animosidade entre presbíteros e pastores, que, por vezes têm, nas entrelinhas, a sua autoridade de líder máximo de uma igreja local usurpada pelos presbíteros.

Segundo Prandi (2006), esses interesses individualizados caracterizam uma nova forma de religiosidade, e os indivíduos que agem assim não consideram nenhuma regra ou medida reguladora que leve em conta os princípios de moralidade baseados no bem-estar comum. Este conceito de religiosidade pode explicar a desobediência de presbíteros, pastores e suas igrejas locais às normas da Igreja Presbiteriana estabelecidas na sua Constituição Interna, na Confissão de Fé de Westminster, e nas determinações dos concílios superiores.

DEVOTO 02 – Presbítero, de origem católica, professor universitário.

O que você entende por religiosidade?

Eu entendo como religiosidade a prática de uma pessoa que **não pratica a doutrina de Jesus Cristo.** É como os fariseus.

Unidade de sentido: NÃO PRÁTICA A DOUTRINA DE JESUS CRISTO.

Nesta resposta, ao invés de o entrevistado explicar, ele foi direto para a crítica à religiosidade da aparência como a dos fariseus. Esta crítica evidencia a percepção da prática religiosa superficial, mas, é difícil entender a definição de um conceito pela sua negação.

Como se deu a sua conversão?

Antes eu era católico não praticante. Eu me converti há quase dezoito anos. **A minha conversão foi como a de Paulo.** Veja bem, quando Jesus quer nos converter **ele vai nos cutucando, cutucando, cutucando, até a gente se converter.** Ele pode passar até dez anos, mas um dia ele chega. Eu passei mais ou menos quatro anos. **Eu me converti com aquele versículo de Mateus**, ééé..., “se queres..., ééé..., deixa..., ééé..., se queres, siga-me..., e..., deixa a tua cruz..., ééé...”.

Palavras-chave consideradas: CONVERSÃO; CUTUCANDO; VERSÍCULO DE MATEUS.

Considerando o tempo de conversão e o cargo de liderança que ocupa, o presbítero entrevistado poderia ter demonstrado maior clareza, pois, ele se refere à sua conversão para a denominação presbiteriana. Será que ele não era cristão antes disso? O desconhecimento do texto bíblico com o qual ele afirma ter se convertido mostrou dificuldades de memória do entrevistado ou falta de convivência com o texto inspirador (!). Segundo Pierucci (2006), as conversões sem identificação e pertença promovem uma visão espiritual diluída do devoto supostamente convertido.

Você assiste a programas telerreligiosos?

Assisto. Eu assisto, mas não são todos. Eu assisto, mas **eu seleciono.** Você precisa pedir a Deus, e **pedir discernimento da Palavra.** Você precisa saber selecionar, e **reter aquilo que é bom.** Aquilo que não é bom, se tudo o que se está falando não presta, então você não deve reter nada.

Palavras-chave e unidades de sentido: EU SELECIONO; PEDIR DISCERNIMENTO DA PALAVRA; RETER AQUILO QUE É BOM; NÃO PRESTA.

Vemos nesta fala várias contradições éticas considerando-se que os programas referidos são aqueles que mercadejam a fé, e que são negados pela ética presbiteriana. Vale ressaltar, porém, que estes códigos éticos foram elaborados antes de existirem esses meios de comunicação, especialmente no que se refere à Bíblia Sagrada e à Confissão de Fé de Westminster. Segundo Bauman (1997), os códigos éticos são sempre ambivalentes, e este

parece ser o tratamento dado pelo presbítero à ética presbiteriana no que se refere aos programas telereleirosos mercantilizados. A resposta acima reflete uma visão individualista do que é considerado “bom” e se distingue do que “não presta”, à parte da ética presbiteriana. Ficou visível o gosto do entrevistado pela religião massificada.

Você acha que há louvor e adoração nas reuniões da igreja?

Nós precisamos entender o que é louvar e adorar. Se você vai ali pra frente prestar um louvor a Deus, **você vai fazer o louvor da Igreja**, mas quando se manda **fazer uma comunhão**, você **vai lá por longe para não encontrar um irmão**, porque **tá tudo mordido um com o outro**. Se a Igreja não tem comunhão, ela falece, ela se acaba.

Unidades de sentido: VOCÊ VAI FAZER O LOUVOR DA IGREJA; FAZER UMA COMUNHÃO; VAI LÁ POR LONGE PARA NÃO ENCONTRAR UM IRMÃO; TÁ TUDO MORDIDO UM COM O OUTRO.

O sentido desta pergunta foi dirigido ao conceito normativo de louvor e adoração pautados pela ética presbiteriana, ao qual o entrevistado não respondeu com clareza. No entanto, temos aqui mais uma manifestação explícita da ocorrência de conflitos internos na igreja, cujos membros deveriam ser “irmanados espiritualmente”, como o próprio entrevistado citou. Esta é uma visão crítica cuja realidade fere flagrantemente os princípios éticos presbiterianos.

Segundo Champlin (2002, v. 1, A-C, p. 48), adoração é uma palavra latina composta por *ad*, “à”, e *os*, *oris*, “boca”. Literalmente, pois, adorar é “aplicar a mão à boca”, ou seja, “beijar a mão”. Envolve a reação religiosa, o rogo, a adoração, a homenagem prestada a Deus, ou a algum ser superior. Segundo este autor, a reação da adoração é uma estrada de mão dupla: é inspirada por Deus, mas, o homem corresponde. Existe algo na natureza humana que busca uma divindade que possa exigir seu amor e adoração. Uma das formas de adoração é o louvor, e louvar, segundo este autor significa:

magnificar, aprovar, honrar, glorificar, oferecer ações de graças, elogiar, adorar, aclamar, e, quando não há sinceridade no louvor, lisonjear. O louvor brota do coração que sente gratidão, ação de graças ou admiração, o que então é vocalizado. Assim, o que é dito, torna-se parte da adoração particular ou pública. O homem que se regozija em seu coração, profere palavras de louvor. O homem que sente a majestade de Deus, expressa isso por meio de sua linguagem (CHAMPLIN, 2002, v. 3, H-L, p. 906).

Esta prática tradicional da denominação presbiteriana está sendo deixada de lado por causa dos conflitos internos entre os frequentadores deste templo.

DEVOTO 03 – Pastor, de família presbiteriana.

Qual a sua concepção de louvor e adoração a Deus?

Louvor e adoração a Deus é exatamente aquilo que nós fazemos com a consciência de que esse louvor, essa ação é espiritual, mas ela tem que ser baseada numa **verdade revelada**. Jesus diz que procura **adoradores que o adorem em espírito** e com base numa verdade revelada. **Não é de qualquer forma, do jeito que eu quero**, não. Na verdade, Deus prescreveu isso na Bíblia, e nós devemos **seguir a prescrição bíblica**.

Unidades de sentido e palavras-chave: VERDADE REVELADA; ADORADORES QUE O ADOREM EM ESPÍRITO; NÃO É DE QUALQUER FORMA; DO JEITO QUE EU QUERO; SEGUIR A PRESCRIÇÃO BÍBLICA.

A resposta acima evidencia o discurso da ética bíblica, sendo que a palavra “espírito” traz nas entrelinhas a palavra oposta “matéria”. Se o sujeito coletivo “adoradores” for combinado com a palavra “matéria” acima sugerida, encontra-se automaticamente a quebra da ética. Esta ambivalência valorativa transparece nas unidades de sentido “não é de qualquer forma” e “do jeito que eu quero”. Esta é uma resposta aparentemente linear que mostra a norma ética e a quebra da regra ao mesmo tempo. Houve também o uso do pronome “eu”, o que evidencia uma visão individualista do desejo (questionado?) do entrevistado, que recorreu à ética coletiva da Bíblia contraposta ambigualmente à conjugação anterior feita na primeira pessoa do singular.

Você acha que há louvor e adoração nas reuniões da Igreja?

Não. **Não está havendo louvor** e adoração a Deus nos cultos. A mentalidade reinante no Brasil é que **as pessoas vão buscar coisas** nos cultos. E essa não é a teologia bíblica sobre o culto. Culto você vai prestar culto a Deus, você vai dar aquilo que a Deus é devido: a adoração. Nós devemos diariamente a Deus, nós fomos criados para isso. Mas hoje a mentalidade no Brasil é que as pessoas vão **buscar a bênção**, vão **buscar promessas**, vão **buscar profecias**, eu vou pra **me sentir bem** no culto, gostei daquela igreja porque me senti bem lá, então as pessoas estão numa **relação utilitarista com Deus**, não é? Na verdade, a mentalidade religiosa hoje é assim: **você esfrega a Bíblia, sai uma fumacinha, e Deus aparece, e diz: qual é o seu desejo?** Essa é a teologia reinante hoje: **Deus existe para servir às pessoas**, quando a Bíblia todinha diz que nós é que **existimos para servir a Deus**.

Unidades de sentido selecionadas: NÃO ESTÁ HAVENDO LOUVOR; AS PESSOAS VÃO BUSCAR COISAS; BUSCAR A BENÇÃO; BUSCAR PROMESSAS; BUSCAR PROFECIAS; ME SENTIR BEM; RELAÇÃO UTILITARISTA COM DEUS; ESFREGA A BÍBLIA, SAI UMA FUMACINHA; DEUS APARECE E DIZ: QUAL É SEU DESEJO?; DEUS EXISTE PARA SERVIR PESSOAS; EXISTIMOS PARA SERVIR A DEUS.

Este pastor expõe a sua percepção do misticismo utilitário dos fiéis da Igreja Presbiteriana. As palavras *bênçãos*, *promessas* e *profecias* se referem às negociações de troca de dinheiro por benefícios supostamente concedidos pela entidade sagrada dos presbiterianos. Há uma crítica bem elaborada à mentalidade de busca individual de felicidade, conforme citam Featherstone (1995) e Lipovetski (2007), e a fala indica que as mentalidades dos fiéis estão minando as convicções tradicionais presbiterianas. Estes autores também evidenciam a quebra da ética expressa na relação utilitarista com Deus, e o pastor expressa o ponto máximo desta quebra pela metáfora do conto infantil de Aladim e sua lâmpada mágica – “esfrega a bíblia, sai uma fumacinha...” -, que veio do Oriente Médio onde nasceram as religiões cristãs ocidentais. Vemos, nesta fala a referência ao gênio, que pode ser também a de “Deus” como solucionador dos problemas, e a Bíblia sendo tratada como “objeto mágico”. Esta metáfora se reflete na oposição visível na expressão “Deus servir às pessoas/existimos para servir a Deus”.

DEVOTO 04 – Presbítero, nascido em lar presbiteriano. Na juventude afastou-se totalmente da igreja atraído pelas atividades seculares, hoje é bacharel em Teologia e se prepara para ser ordenado pastor.

Você assiste a programas telerreligiosos? Explique a resposta.

Eu, na realidade..., **eu detesto**. Porque os programas telerreligiosos têm pregado um **falso evangelho** que gera **falsos cristãos**. É por causa desses **tele-evangelistas**, que estão **vendendo um produto** na televisão, **muitas pessoas** de muitas igrejas, **até de igrejas reformadas têm deixado de cultuar a Deus** num culto teocêntrico, para ficar em casa assistindo esses camaradas prometendo coisas que Deus nunca prometeu. Isso tem produzido uma verdadeira gama de **cristãos alienados**, aqueles que **podem tudo**, aqueles que **querem tudo**, e **Deus tem que lhes dar** tudo o que querem.

Palavras-chave e unidades de sentido selecionadas: EU DETESTO; FALSO EVANGELHO; FALSOS CRISTÃOS; TELE-EVANGELISTAS; VENDENDO UM PRODUTO; MUITAS

PESSOAS; ATÉ DE IGREJAS REFORMADAS; TÊM DEIXADO DE CULTUAR A DEUS; CRISTÃOS ALIENADOS; PODEM TUDO; QUEREM TUDO; DEUS TEM QUE LHES DAR.

Como já foi visto, nas sociedades pós-modernas, os meios de comunicação massivos aparentemente têm maior poder de condicionar a percepção do mundo e das coisas nas pessoas, do que propriamente a religião e as ciências (FEATHERSTONE, 1995; FAUSTO NETO, 2001). Por isso, à palavra evangelista foi acoplado o prefixo *tele* para evidenciar a nova forma de comercialização do produto religioso. Esta é uma prática que foi considerada pelo presbítero como alienada, ou seja, ilusória e irreal, no sentido de uma religiosidade utilitária (STORNI; PEREIRA, 2007), na qual as pessoas podem ter quaisquer desejos, pela expectativa nelas gerada de que “Deus” vai atender a esses desejos. Neste discurso se reconhece que os meios de comunicação de massa oferecem um produto que pode contribuir para a formação de uma espiritualidade superficial nos membros de suas igrejas.

Segundo Fausto Neto (2001, p. 95), os pregadores da televisão “se transformaram em personagens e vedetes deste novo processo de oferta de sentido, fazendo deste espaço trampolim para, dentre outras coisas, a vendagem de produtos religiosos”. Por isso, é natural que, como artistas, atraíam a atenção das pessoas.

DEVOTO 05 – Presbítero. Radialista, de origem católica, converteu-se ao protestantismo aos dezoito anos de idade na Igreja Congregacional.

Gosta de ouvir as chamadas músicas *gospel*?

Não gosto das músicas *gospel* porque a construção poética, a construção da música não é boa. As músicas são **pobres em teologia**, pobres de afirmação, **mercantilistas**. Às vezes eu chamo de **cristianismo de mercado**. Eu gosto das músicas mais antigas.

Palavras-chave destacadas: POBRES EM TEOLOGIA, MERCANTILISTAS; CRISTIANISMO DE MERCADO.

Como outros líderes entrevistados, este presbítero identifica a motivação comercial no mercado da música *gospel*. Para Guerra (2003, p. 1), uma vez que as organizações religiosas agora operam de acordo com a lógica de mercado, o que elas oferecem “tem de ser atrativo para os potenciais consumidores”, principalmente levando-se em conta que os consumidores

desta prática de religião não parecem interessados em reflexões espirituais. As chamadas “músicas pobres em teologia” são as de natureza mais secular do que espirituais.

DEVOTO 06 – Pastor – De tradição católica, com trânsito pelo Espiritismo Kardecista, Candomblé, Igreja Universal e Betel, nesta ordem.

Como se deu a sua conversão?

A minha conversão é interessante demais. Eu era **católico** nominal. Morava no sítio, e como todo mundo do sítio, eu era católico. Depois a minha avó abraçou o **Espiritismo Kardecista**. Então eu fui criado dentro de um lar espírita, né? Com o passar do tempo, eu já fui me aprofundando nas outras religiões, como **candomblé**. Minha mãe era mãe de santo num terreiro, e eu praticava das práticas lá, mas nada daquilo conseguia me prender. Eu tinha a maior raiva da Bíblia, não gostava de crente. Um dia eu conheci uma menina e ela me levou para uma **igreja neopentecostal**, precisamente a **Igreja Universal**, e eu comecei a ir com ela para o culto. Depois do culto eu tomava um litro de Montila. Já imaginaste? Quando foi um dia eu ouvi a palavra lá, o pastor perguntou quem queria aceitar a Jesus Cristo, e eu fui lá na frente. Depois eu comprei uma Bíblia. **Vendi uma Beretta**, que eu tinha, e **comprei uma Bíblia** e comecei a ler a Bíblia. Passei quatro meses na **IURD**, e depois eu fui para a **Igreja do Betel**, e lá eu fiz o seminário de Teologia. Depois eu fui recebido como **pastor na Igreja Presbiteriana**.

Nesta fala temos as seguintes palavras-chave: CATÓLICO; ESPIRITISMO KARDECISTA; CANDOMBLÉ; NEOPENTECOSTAL; IGREJA UNIVERSAL; VENDI UMA BERETTA; COMPREI UMA BÍBLIA; IURD; IGREJA DO BETEL; PASTOR NA IGREJA PRESBITERIANA.

A sequência de templos e denominações acima citada mostra a intensa rotatividade religiosa do entrevistado. Na experiência migratória religiosa deste pastor pode-se constatar evidência da pesquisa de Prandi (1996), que aponta cerca de um quarto da população adulta já haver transitado por uma religião diferente daquela em que nasceu. Neste caso, o caminho foi de seis denominações desde que o entrevistado era menor de idade. É o que Ferrari (2007) chama de trânsito religioso e nomadismo místico. Ou, ainda, pode-se vislumbrar a possibilidade do indivíduo sempre “convertível”, segundo Pierucci (2006, p. 5), alvo das “religiões de conversão”, cuja prática pode estar se infiltrando na Igreja Presbiteriana. Aqui se encontra uma ética tradicional rigorosa e uma vinculação religiosa flexível e permeável a esta

mesma normatização religiosa, em contexto de ampla diversidade de relações com o sagrado, no sentido de Eliade (1978; 1992). Este nomadismo religioso acoplado à troca de uma Beretta – arma de fogo – por uma Bíblia evidencia um forte simbolismo da passagem da violência para a religiosidade. Neste ponto questionamos: foi uma troca entre dois objetos ou entre dois modos de ser no mundo?

O que você acha das atividades espetaculares promovidas pela Igreja, como a Marcha para Jesus⁹, os *shows* e as músicas *gospel*?

Essa marcha prá Jesus, **eu nunca ouvi falar de alguém que tenha sido abençoado, que teve a sua vida transformada por causa da marcha pra Jesus.** Eu vi foi pessoas dando expansão ao seu ego, à carnalidade, dançando na boquinha da garrafa. Foi isso que eu vi na única vez que eu fui, só para ver o que acontecia naquele evento.

Esses shows eu já fui a alguns somente para ter subsídio para falar contra. Onde já se viu cobrar para que as pessoas adorem a Deus, como fazem os astros *gospel*? Onde já se viu pagar para adorar a Deus? Convide essas pessoas para ouvir a Palavra de Deus que ninguém vai. Agora, para festa, todos querem ir com essa conversa de que vão louvar e adorar a Deus. Isso é **mercantilismo e entretenimento.**

As músicas *gospel*, na verdade, são puro entretenimento. São músicas para tocar na emoção e no bolso das pessoas.

Unidades de Sentido: EU NUNCA OUVI FALAR DE ALGUÉM QUE TENHA SIDO ABENÇOADO, QUE TEVE A SUA VIDA TRANSFORMADA POR CAUSA DA MARCHA PRA JESUS; ESSES SHOWS EU JÁ FUI A ALGUNS SOMENTE PARA TER SUBSÍDIO PARA FALAR CONTRA; ONDE JÁ SE VIU COBRAR PARA QUE AS PESSOAS ADOREM A DEUS; MERCANTILISMO E ENTRETENIMENTO.

Há uma crítica ácida do entrevistado contra a Marcha para Jesus e os *shows gospel* embora o emissor da fala contraditoriamente tenha participado de uma delas, ainda que por curiosidade. Ele cita o objetivo da prática do prazer, mercantilismo e entretenimento aos quais rejeita com veemência. Essas práticas foram citadas por Featherstone (1995), que relacionam

⁹ A Marcha para Jesus é um evento anual promovido por algumas denominações evangélicas que consiste em uma passeata festiva que, em João Pessoa, percorre toda a Avenida Epitácio Pessoa do centro para a praia, culminando com a celebração de um culto com a presença de autoridades municipais, ocasião em que os pastores fazem uma oração pela cidade onde a marcha é realizada.

a religiosidade com atividades mercadológicas. Para isso, pagam para assistir aos *shows gospel* promovidos pelas igrejas, com a mesma motivação daqueles que pagam para assistir aos *shows* de natureza secular. De acordo com a afirmação de Ferrari (2007, p. 40), “torna-se cada vez mais claro o uso da religião com suas múltiplas expressões, como meio de legitimação do grande mercado de trocas materiais e também simbólicas”. Esta é a concepção do pastor, para quem as músicas *gospel* seguem a mesma linha mercantilista, o que segundo Pierucci e Prandi (2006), são um apelo do mercado do entretenimento assumido pela religião. Pode-se então questionar: o entrevistado tem essas opiniões porque discorda desses movimentos, ou, mesmo criticando, contraditoriamente se mostra atraído por essas práticas?

DEVOTO 07 – Pastor, convertido do catolicismo.

Você é assíduo aos trabalhos da Igreja? Com que motivação?

Estou freqüentemente na Igreja porque estou exercendo uma função pastoral, como uma forma de servir, sem, contudo, abandonar um relacionamento pessoal com Deus. Eu não deixo que o **ativismo**, o produzir com a finalidade de apresentar produção **atrapalhe as minhas devocionais**. Isso eu não faço.

Palavra-chave e unidade de sentido: ATIVISMO; ATRAPALHE AS MINHAS DEVOCIONAIS.

Este pastor traz à tona um elemento novo, ainda não referido pelos demais entrevistados. O “ativismo” a que ele se refere tem a ver com atividades diversas para conseguir novos membros, mesmo com o risco de estarem em desacordo com as tradições presbiterianas e com a ética bíblica. Trata-se de “produzir” (novos membros), o que está ligado aos dados estatísticos informados ao Presbitério, capazes de conferir mais prestígio ao pastor “ativista”. Essa prática pode evidenciar a superficialidade espiritual pelo fato de manter as aparências de um templo, e não está associada apenas ao culto, mas também às mais diversas formas de utilitarismo agregadas ao templo e ao culto, no sentido de busca pelo poder “proporcionador de reconhecimento público e de ostentação pessoal” (FERRARI, 2007, p. 43).

Na sua concepção, qual o papel da Igreja?

O papel da Igreja é adorar. Fomos eleitos, chamados para a glória de Deus. Depois disso deriva-se o serviço missionário e as outras coisas, como testemunho de Jesus. **A Igreja não está cumprindo esse papel.** Não como deveria estar fazendo, e a falha, em primeiro lugar, é a falta de amor a Deus. **A visão utilitária como se busca a Deus.** Se eu estou ali só para receber, eu não quero saber quem é ele. Eu não quero amá-lo. Para **buscá-Lo apenas pelo que ele pode dar**, isso não exige um conhecimento de quem é ele. **“Eu” só o busco porque Ele pode me curar**, porque ele pode me fazer vencer na terra, porque ele pode me levar pro céu, etc. Isso é prova de que não existe amor, e sim, uma espécie de bajulação. Em segundo lugar, **o tradicionalismo impede a ação da igreja.** A tradição é corretíssima e deve ser guardada porque sem ela não há história. Doutrinas que no passar do tempo elas permanecem firmes. Nós mesmos temos a nossa tradição, a Confissão de Fé, os Catecismos Maior, Menor, e eles devem ser observados, mas o tradicionalismo abafa a ação da igreja. A Igreja, como a nossa Confissão diz: **aquilo que a Bíblia não proíbe conclusivamente explicita ou implicitamente, clara ou não clara, eu acho que a igreja não deveria proibir.** São esses dois problemas: a falta de amor e o **tradicionalismo nu e cru**, certo? Formalidades em que a Bíblia não trata, colocar um jugo que o próprio Jesus não coloca nas costas dos cristãos, acho que também contribui muito para esse tipo de atitude na nossa igreja.

Unidades de sentido selecionadas nesta tela: O PAPEL DA IGREJA É ADORAR; A IGREJA NÃO ESTÁ CUMPRINDO ESSE PAPEL; A VISÃO UTILITARISTA COMO SE BUSCA A DEUS; BUSCÁ-LO APENAS PELO QUE ELE PODE DAR; “EU” SÓ O BUSCO PORQUE ELE PODE ME CURAR; O TRADICIONALISMO IMPEDE A AÇÃO DA IGREJA; AQUILO QUE A BÍBLIA NÃO PROÍBE CONCLUSIVAMENTE EXPLÍCITA OU IMPLICITAMENTE, CLARA OU NÃO CLARA, EU ACHO QUE A IGREJA NÃO DEVERIA PROIBIR; TRADICIONALISMO NU E CRU.

Sobre o papel da Igreja, segundo os presbiterianos, tudo inicia com a adoração. Nesta fala vemos um rico questionamento ético onde, por um lado, o entrevistado critica a visão utilitarista dos presbiterianos que buscam a Deus “apenas pelo que ele pode dar”, e por outro, considera que o tradicionalismo – Confissão de fé e os Catecismos - e suas proibições devem ser repensadas por “impedirem a ação da Igreja”. O critério deste repensar, segundo ele, é a existência de proibições bíblicas explícitas para “contornar” o que ele chama de “tradicionalismo nu e cru”. Esta construção discursiva evidencia as contradições aparentemente insolúveis do entrevistado porque, na “diluição” do tradicionalismo abre-se

espaço para as práticas utilitaristas-individualistas. Nesta esteira há interesses financeiros e práticas de religiosidade massificada de lazer, como o que Pierucci (2006) rotulou de “religião como solvente”, e a troca da relação do sagrado pelo egoísmo hedonista e consumista apontados por Featherstone (1995).

DEVOTO 08 – Presbítero. Funcionário público federal, convertido do catolicismo.

Como se deu a sua conversão?

Eu não sei, até às vezes **eu me questiono sobre a minha conversão**, porque **eu não sofri**, não tava passando por **tristeza**, não tava passando por nenhuma **aflição...**, que..., pelo que eu percebo **muitas pessoas vão a Cristo por causa da aflição**. No meu caso, eu não tinha aflição. O que aconteceu, um colega que eu tinha, começou a me evangelizar, convidando para ir à igreja, e num determinado dia, uma quinta ou sexta-feira, eu estava em casa e..., **eu senti vontade de ir pra igreja...**, sem nada, não tinha evento nenhum na igreja, não era um culto, não tinha, ééé..., quando eu cheguei lá estava o pessoal limpando a igreja, e eu resolvi ficar, assim, fui levado até a igreja e resolvi ficar. A minha conversão não tem nada de anormal, eu não estava passando por aflição.

Unidades de sentido e palavras-chave selecionadas: EU ME QUESTIONO SOBRE A MINHA CONVERSÃO; EU NÃO SOFRI; TRISTEZA; AFLIÇÃO; MUITAS PESSOAS VÃO A CRISTO POR CAUSA DA AFLIÇÃO; EU SENTI VONTADE DE IR PRA IGREJA.

Nesta fala, ao mesmo tempo em que o entrevistado evidencia a motivação utilitarista da busca da conversão, embora ele afirme não ter passado por isso; ele questiona o fato de não ter tido este estímulo, que ele rotulou como “anormal”. Este conteúdo demonstra que ele até sentiu uma certa “falta” da “crise” causadora da busca do sagrado. Segundo Pierucci e Prandi (1996, p. 17), “é no momento da crise que a conversão se dá, quando se manifesta a cura, quando o problema se resolve, quando a vida recupera o sentido”. Como o presbítero “não estava passando por aflição”, este parece ser o motivo da sua dúvida sobre a própria conversão, já que ele não estava “precisando” de Deus. Segundo a ética presbiteriana, Deus deve ser buscado e adorado pelo que ele é, e não pelo que ele pode dar àqueles que o buscam. É bastante significativo o fato de um líder da Igreja Presbiteriana, partidária da doutrina calvinista da predestinação, aparentemente não ter convicção da sua conversão, mesmo se considerarmos que esta seria, eticamente, a forma natural de busca convicta do sagrado.

DEVOTO 09 – Pastor, nascido em um lar presbiteriano.

Você acha que a igreja está cumprindo o seu papel? Explique a resposta.

O papel da Igreja é adorar a Deus, e com isso testemunhando. Eu creio que **está muito a desejar**, porque hoje nós não conhecemos muito uma porcentagem de crentes como hoje se ouve nas estatísticas, mas para a gente identificar esses crentes, só nas igrejas quando eles estão concentrados. Está muito difícil. Está precisando mesmo de que haja um avivamento, para que haja uma **restauração da vida mesma, autêntica**, e os líderes têm responsabilidade nisso. Eu creio que há líderes exemplares, como diz a Palavra, que gemem por causa dos pecados que estão em volta dele. Há líderes que não são conformados. Mas, assim, nós estamos em tempos, como diz a Palavra, **tempos difíceis** em que as pessoas, é..., pronto, eu tenho comparado a nossa sociedade, o nosso tempo como o **tempo do descartável**. Hoje as pessoas não têm compromisso, mesmo, pra valer, a ponto de derramar o sangue, sabe? Então, isso cabe a nós líderes também. A gente precisa analisar, avaliar também as nossas vidas, porque o descartável, o instantâneo hoje em dia na vida da sociedade, **a busca pelo prazer momentâneo e a mídia**, toda essa influência está, realmente, fazendo com que até o que as pessoas vêem nos exemplos verdadeiros que há, que ainda há, e também ouvem na Palavra, é... faz com que **isso não é de valor para elas**. Então como líderes nós temos que identificar se há em nossas vidas realmente **algo que está fazendo com que deixemos de ser modelo**, e que também possamos identificar se as pessoas não estão recebendo aquilo como algo descartável.

Unidades de sentido selecionadas: **ESTÁ MUITO A DESEJAR; RESTAURAÇÃO DA VIDA MESMA, AUTÊNTICA; TEMPOS DIFÍCEIS; TEMPO DO DESCARTÁVEL; A BUSCA PELO PRAZER MOMENTÂNEO E A MÍDIA; ISSO NÃO É VALOR PARA ELAS; ALGO QUE ESTÁ FAZENDO COM QUE DEIXEMOS DE SER MODELO.**

Neste conteúdo encontramos mais uma crítica consensual de que o papel da igreja (presbiteriana) está aquém do que deveria ser e ele clama pela restauração do que ele chama de vida (religiosa) autêntica, no sentido de tradicional. Sua crítica continua na direção desses chamados “tempos difíceis”, do descartável e da busca do prazer momentâneo influenciado pela mídia. Quando este entrevistado menciona a necessidade da comunidade voltar a ser modelo de prática espiritual há uma percepção fatalista de que esta volta é praticamente impossível. Os tempos difíceis, ou tempo do descartável vivido pela Igreja como o pastor o vê, é o mesmo da vida do “aqui e agora” dos cidadãos da era consumista apontado por

Bauman (2008, p. 50-51), cuja pressa torna imperativa a “necessidade de descartar e substituir”, na busca frenética da felicidade prometida, especialmente através dos programas e comerciais veiculados pela mídia.

DEVOTO 10 – Pastor, de tradição católica, convertido ainda na adolescência.

Como você vê a Igreja e o papel por ele desempenhado? Explique a resposta.

Eu vejo a igreja como aquela organização deixada por Cristo para refletir a glória de Deus nesta terra. A igreja é o reflexo do Cristo, para que o conhecimento do Cristo chegue à humanidade. O problema é que os próprios crentes encaram a **igreja como uma agência prestadora de serviços**. A igreja não está cumprindo o seu papel, mas há um remanescente fiel que sempre fará o que tem de ser feito. Conversando com um colega de ministério, falando sobre as diversas igrejas, ele lembrou que há umas mais voltadas para o ensino, outras mais voltadas para o social, e concluiu que **o corpo de Cristo [a igreja] está dividido**. Mas, eu vejo isso como um conjunto da obra, onde cada membro tem a sua característica. Eu penso assim. Na minha Igreja Deus me deu um rebanho. Ele está ali, ele me segue, mas ali **tem ovelhas e bodes**. Eu não quero dizer que não sejam crentes, mas que ainda não encontraram o seu pastor. Entre os que seguiam a Jesus havia muita **gente que estava ali só para lhe criar problemas**, como os fariseus.

Unidades de sentido selecionadas: IGREJA COMO UMA AGÊNCIA PRESTADORA DE SERVIÇOS; O CORPO DE CRISTO [A IGREJA] ESTÁ DIVIDIDO; TEM OVELHAS E BODES; GENTE QUE ESTAVA ALI SÓ PARA LHE CRIAR PROBLEMAS.

Nesta tela pode-se perceber a clara visão do pastor acerca do “misticismo de resultado” (STORNI; PEREIRA, 2007), indicada na comparação da igreja com uma “agência prestadora de serviços”. Também se pode verificar a “igreja como corpo dividido”, ou seja, com discursos fragmentados e com membros considerados como “ovelhas e bodes” como ele mesmo definiu. Em termos de discurso, a metáfora dos devotos como “ovelhas” pode ser interpretada como de pessoas “passivas”, que se distinguem de “bodes”. Estes, por sua vez, compõem uma analogia com seres negativos, dos espíritos malignos que são próprios dos freqüentadores que “encaram a igreja como uma agência prestadora de serviços”.

No caso específico da Igreja Presbiteriana pastoreada pelo entrevistado, há entre os seus membros pessoas que promovem reuniões semanais em suas casas com a presença de muitos outros membros daquela igreja, bem como de igrejas pentecostais. Os cultos são

sempre celebrados por pastores pentecostais convidados, e naquelas reuniões há manifestações espetaculares como a prática da glossolalia, “profecias”, e verdadeiras “sessões de descarrego”. Estes cultos são feitos em total desacordo com a ética presbiteriana e são do conhecimento da liderança da Igreja, que se mantém omissa a respeito do assunto.

É possível que tal condescendência seja para não perder devotos. Afinal, como afirma Guerra (2003, p. 1), “passou o tempo em que as instituições religiosas podiam propor à sociedade um conjunto de exigências relativas à fé e aos comportamentos esperando uma aceitação social imediata”. Como as religiões conformaram-se às regras de mercado (PIERUCCI; PRANDI, 2006), agora é necessário agradar aos seus “clientes”, e os pastores precisam se adequar às ovelhas (ou bodes) que não os consideram seus pastores. Tudo isso é feito para que esses membros não migrem para outras igrejas. A preocupação de não “perder” seus fiéis e respectivos dízimos é também relacionada ao poder dos pastores cujo “prestígio” é atrelado aos números de membros de suas igrejas, bem como à arrecadação dos dízimos, de onde saem as cômputas¹⁰ dos pastores. É uma lógica “empresarial” distante das questões do sagrado, da Confissão de fé, dos Catecismos e da Constituição Interna dos presbiterianos.

Esta parece ser uma dificuldade no âmbito da Igreja Presbiteriana. Ou os líderes passam a tolerar comportamentos “errados” dos devotos, neste caso considerados como “bodes”, para que estes permaneçam nas suas igrejas, ou então ensinam e cobram comportamentos de acordo com a doutrina presbiteriana, favorecendo a migração para outras igrejas evangélicas mais liberais.

DEVOTA 11 – Líder feminina de origem católica, converteu-se há mais de 10 anos.

Na sua opinião, o que está faltando na Igreja Presbiteriana?

Falta mais amor, mais respeito, mais consideração aos membros, principalmente por parte dos pastores, já que é eles que fazem o entrosamento entre os membros, e dos membros com o pastor. É isso que falta nas igrejas, e isso depende do pastor. Quando o líder é bom, ama e respeita, todo mundo também se ama e se respeita. Mas às vezes a gente vê que o pastor prega uma coisa e faz outra. Aí a gente fica olhando meio de lado, né? Se ele não dá bom exemplo, né? Aí fica difícil.

¹⁰ Cômputa é a verba destinada ao sustento dos pastores, originada dos dízimos.

Unidade de sentido: FALTA MAIS AMOR, MAIS RESPEITO, MAIS CONSIDERAÇÃO AOS MEMBROS, PRINCIPALMENTE POR PARTE DOS PASTORES.

Esta fala menciona claramente a questão da “audiência” dos pastores, condicionando-a à necessidade de eles “agradarem” aos devotos. Nas entrelinhas desta prática de “agradar” aos freqüentadores está a reivindicação da “condescendência” que se espera dos líderes quanto a práticas que fogem à ética presbiteriana. Entre estas medidas reivindicadas está a questão da atração pela sociabilidade e das práticas religiosas mercantilizadas. Por sua vez a principal característica das mesmas “se funda fortemente no individualismo, no narcisismo, no desinteresse pelo bem-estar alheio” (PRANDI, 2006, p. 101). Dentro dessa perspectiva, não é de se estranhar que os próprios líderes entrevistados tenham afirmado à unanimidade que a Igreja não está cumprindo o seu papel, o que dá bem a medida do enfraquecimento ou mesmo ausência dos referenciais éticos protestantes tradicionais presbiterianos, como se percebe nesta tela.

DEVOTO 12 – Presbítero. Empresário, de origem católica.

Você conhece os símbolos de fé da Igreja Presbiteriana?

O batismo, o casamento, os sacramentos, **essas coisas, pra mim são importantes.** Agora..., **não acho o mais importante isso não.** Eu acho que símbolo de fé é..., criado como qualquer outra coisa entendeu? Não vejo isso como o ponto mais importante. Eu acho que..., é passível de crítica, é passível de avaliação, de um entendimento melhor. **Os que querem..., se conter dessa forma, tudo bem. Os que não querem, podem, ééé..., ver outra forma de crer, e eu acho isso bacana.** Eu **não vejo que isso venha prejudicar o seu relacionamento com Deus não.**

Unidades de sentido selecionadas: ESSAS COISAS, PRA MIM SÃO IMPORTANTES. NÃO ACHO O MAIS IMPORTANTE ISSO NÃO; OS QUE NÃO QUEREM, PODEM, ÉÉÉ..., VER OUTRA FORMA DE CRER, E EU ACHO ISSO BACANA; NÃO VEJO QUE ISSO VENHA PREJUDICAR O SEU RELACIONAMENTO COM DEUS NÃO.

Tentando demonstrar profundo conhecimento, com uma voz impostada, este presbítero, com quase duas décadas de presbiterato, sequer lembrou quais são os símbolos de fé da Igreja Presbiteriana. Confundindo-os com sacramentos, entende que a crença neste contexto da ética presbiteriana é puramente subjetiva. Cada um pode crer como quer, e no seu entendimento isso não prejudica o relacionamento do devoto com Deus. Esta concepção pode

evidenciar a variação ético-comportamental de alguns líderes com relação às suas funções, e também a atração do presbítero pelas novidades da massificação próprias das igrejas neopentecostais.

Segundo Prandi (2006, p. 258), “as igrejas pentecostais e neopentecostais [...], diversificam-se doutrinária e ritualmente até verem borradas de vez as especificidades éticas e teológica que marcaram sua origem”. Este parece ser um fenômeno em desenvolvimento nos arraiais presbiterianos, a começar por líderes como este presbítero, cuja ética é frontalmente contrária ao sistema doutrinário presbiteriano, segundo o qual a forma correta de cultuar a Deus é estabelecida objetivamente nas Escrituras Sagradas (CFW, XXI, § I). Na última frase selecionada vemos que o que era antes considerado como idolatria apresenta uma nova ressignificação de elementos agora usados como caminho para o culto de Deus, tal como já afirmamos antes.

DEVOTO 13 – Presbítero. Advogado, funcionário público, nascido em um lar presbiteriano.

Você costuma ler a Bíblia? Qual o critério na escolha dos textos?

A bem da verdade, **eu tenho sido muito relapso com a minha leitura**, e a minha meditação. Eu **não tenho uma sistematização...**, não tenho um método..., não tenho..., assim..., lido costumeiramente. **Tenho lido a Bíblia esporadicamente**; não tenho uma sistematização.

Unidades de sentido: EU TENHO SIDO MUITO RELAPSO COM A MINHA LEITURA; NÃO TENHO UMA SISTEMATIZAÇÃO; TENHO LIDO A BÍBLIA ESPORADICAMENTE.

Nesta fala encontra-se um presbítero que declara a sua distância com relação às práticas previstas nos códigos éticos da sua denominação religiosa. Este presbítero, que tem um cargo de liderança em nível estadual na Igreja Presbiteriana, ao confessar o seu relaxamento quanto ao estudo da doutrina bíblica e à ética da Confissão de Fé, pode estar demonstrando, nas entrelinhas, os efeitos da atração pelas éticas da massificação, como se poderá ver nas falas seguintes.

O que você acha dos pregadores da televisão, dos *shows* e das músicas *gospel*?

Eu não chego a me posicionar contra, porque eu entendo assim, **eu acho que a gente deveria ocupar os nossos espaços**. Então se surge um espaço na mídia, num *show*, eu vejo por esse lado. Então devemos ocupar. **Eu não vou entrar no mérito se esse espaço está sendo ocupado bem ou não**, mas eu acho que nós devemos ocupar todos os espaços.

Unidades de sentido selecionadas: EU NÃO CHEGO A ME POSICIONAR CONTRA; EU ACHO QUE A GENTE DEVERIA OCUPAR OS NOSSOS ESPAÇOS; EU NÃO VOU ENTRAR NO MÉRITO SE ESSE ESPAÇO ESTÁ SENDO OCUPADO BEM OU NÃO.

Temos, nesta fala, a adesão do entrevistado às práticas da religiosidade massificada. Pode-se também perceber a sua visão mercadológica do espaço ocupado na mídia. Trata-se da necessidade apontada por Guerra (2003, p. 1), de as igrejas estarem sempre atentas às “características da demanda dos consumidores de religião” e às “regras de regulação da economia religiosa”. De acordo com as leis mercadológicas, a expressão “ocupar espaços” utilizada pelo presbítero significa que a Igreja deve participar da competição pelos possíveis devotos (ou clientes) utilizando todos os espaços e recursos disponíveis no mercado religioso, mesmo que isso seja feito “sem entrar no mérito”, ou seja, deixando a análise ética, bíblica e da Confissão de Fé presbiteriana de lado.

Esse é o espaço para os líderes admitirem as novidades das práticas religiosas espetaculares e massificadas, longe dos princípios éticos, como ocorre em igrejas neopentecostais, cujos pastores, segundo Prandi (2006, p. 258), “são empreendedores com baixa ou nula formação teológica, mas que devem demonstrar grande capacidade de atrair público e gerar dividendos para a igreja”. Vale questionar: até que ponto as normas éticas presbiterianas produzem atitudes contraditórias entre os seus líderes? Será que essas normas estariam perdendo a sua eficácia entre os devotos pela falta de atratividade? É o que veremos na próxima resposta deste entrevistado.

Você acha correta a forma de culto atual da Igreja Presbiteriana?

Eu penso que não, sabe? Mesmo sem querer, **mesmo que de forma involuntária, parece que estamos voltados pra nós mesmos, pra satisfazer a um público**, pra satisfazer a um determinado ambiente. Provavelmente os nossos cultos têm perdido muito. Infelizmente isso parece que tem sido um lugar comum. **Os pastores**, que são responsáveis pela liturgia do culto, **provavelmente estão relaxando nesse quesito**. Não se dedicam como deveriam se dedicar, ou não enxergam que **o culto é pra Deus, e não pra agradar a homens**.

Unidades de sentido desta tela: MESMO QUE DE FORMA INVOLUNTÁRIA; ESTAMOS VOLTADOS PRA NÓS MESMOS, PRA SATISFAZER A UM PÚBLICO; OS PASTORES, [...], PROVAVELMENTE ESTÃO RELAXANDO NESSE QUESITO; O CULTO É PRA DEUS, E NÃO PRA AGRADAR A HOMENS.

Pode-se interpretar que as expressões “para satisfazer a um público” e “para agradar a homens” significam conquistar e manter mais adeptos e, conseqüentemente, aumentar a arrecadação de dízimos e ofertas, embora este não seja um discurso presbiteriano explícito. Porém, é possível identificar os pastores presbiterianos que “estão relaxando nesse quesito”, bem como perceber os sermões cujo objetivo é atrair novos adeptos e evitar a migração de devotos para outras igrejas, o que comprometeria a arrecadação da igreja sob seu pastoreio. Esta preocupação não dita, mas implícita, tem sido encontrada na igreja presbiteriana nas últimas décadas.

Segundo Guerra (2003, p. 1), “a lógica mercadológica sob a qual a esfera da religião opera, produz, entre outras coisas, o aumento da importância das necessidades e desejos das pessoas na definição dos modelos de práticas e discursos religiosos a serem oferecidos no mercado”. Nesse contexto, também se pode interpretar na fala do presbítero que os pastores que “não enxergam que o culto é para Deus”; na verdade, sabem o que estão fazendo e tiram proveito da necessidade de satisfação do público, entregando-lhes sermões agradáveis, o que contraria a ética presbiteriana.

Nesta direção, as modificações introduzidas nos discursos e práticas presbiterianas “se constituem num esforço no sentido de tornar, a cada momento, o *produto* religioso oferecido de modo mais eficiente (em termos de eficácia simbólica) no atendimento das necessidades religiosas dos fiéis” (GUERRA, 2003, p. 1, grifo do autor). Assim, entende-se que o objetivo maior dos sermões para “satisfazer a um público” é a busca da “fidelização” dos devotos na entrega dos dízimos e ofertas voluntárias para a igreja, aquela que atenda aos seus anseios de satisfação pessoal. É a religião do “pegue e pague”, conforme Pierucci (2006), que aparentemente vem ganhando terreno na Igreja Presbiteriana. Pode-se perceber, ainda, que este presbítero tem noção crítica das suas próprias contradições, embora esteja atraído pelas éticas massificadas e mercantilizadas. Critica os pastores ao mesmo tempo em que aceita tais práticas em direção a um misticismo de resultado (STORNI; PEREIRA, 2007).

Como você vê a espetacularização do culto na Igreja Presbiteriana?

Eu vejo como uma **distorção da evangelização**. Se isso fosse feito como a Palavra manda, não precisaríamos desses **elementos utilitários de atração** como danças, ou algo que seja mirabolante, que atraia as pessoas, criando uma **motivação equivocada nas pessoas**. Eu tenho restrição a isso no ambiente da Igreja. Num ambiente fora da Igreja eu concordo, porque ali a forma espalhafatosa tem a finalidade de chamar atenção. Uma vez chamada atenção, saem de cena os dançarinos, aquelas pessoas que usam métodos para atrair, e entra em cena o pregador da Palavra. Nesse caso eu concordo.

Palavra-chave e unidades de sentido: DISTORÇÃO DA EVANGELIZAÇÃO; ELEMENTOS UTILITÁRIOS DE ATRAÇÃO; MOTIVAÇÃO EQUIVOCADA NAS PESSOAS.

Em que pese a necessidade de reconhecermos que esta pergunta tenha induzido a resposta, o entrevistado assume, nesta tela, as contradições causadas pela espetacularização dos cultos e, mesmo admitindo que os elementos utilitários de atração do culto podem ser decorrentes de uma visão distorcida, ele demonstra a aceitação e até atração por estas práticas. No final acaba admitindo também que concorda com as referidas estratégias, que, como já foi mencionado, ferem as normas éticas presbiterianas.

Sobre a forma de chamar atenção do público, esta concepção do presbítero faz lembrar os vendedores de panacéia das feiras livres, que utilizam a conhecida “mala da cobra” para atrair as pessoas, e os camelôs com suas “tapeações” para induzir à aquisição dos seus produtos. Percebe-se que este líder concorda com a utilização de método semelhante em ambiente fora do templo, e neste caso, segundo a sua concepção a motivação das pessoas não será equivocada como seria se estivessem na igreja. Porém, a história nos mostra que aquilo que agora é admitido fora do templo, certamente o será em dias futuros no ambiente da igreja. A esse respeito, como afirma Prandi (2006, p. 258):

Não houve sociólogo que ousasse prever para as religiões reformadas uma descendência que pregasse as benesses do dinheiro e do consumo alcançáveis pela graça divina, nos moldes da recentíssima teologia da prosperidade que redefine o neopentecostalismo das grandes igrejas-empreendimento para muito longe do universo ideológico protestante.

Este é o problema pesquisado: as religiões reformadas como a Presbiteriana, ao que parece, estão sendo influenciadas pela prática mercantilizada pós-moderna. Como se pode interpretar, a concepção do presbítero, um líder estadual, faz parte da lógica mercadológica

que determina a dinâmica de transformações dos modelos de religiosidade (GUERRA, 2003; PIERUCCI, 2006).

Você acha que a Igreja deve promover ou participar de eventos espetaculares como a “Marcha para Jesus”?

Eu entendo que **o cristão**, por ser luz do mundo e sal da terra, **ele deve estar em todo lugar**. Eu acho que quando **nós [os presbiterianos]** estávamos na coordenação da **Marcha para Jesus**, nós tínhamos a oportunidade de **fazer a diferença**, de conduzir esse movimento de **uma maneira correta**, com **uma doutrina equilibrada**. Acho importantíssimo a **Igreja mostrar a cara**.

Unidades de sentido selecionadas: O CRISTÃO [...] DEVE ESTAR EM TODO LUGAR; NÓS [OS PRESBITERIANOS] ESTÁVAMOS NA COORDENAÇÃO DA MARCHA PARA JESUS; FAZER A DIFERENÇA; MANEIRA CORRETA; DOCTRINA EQUILIBRADA; IGREJA MOSTRAR A CARA.

Aqui temos mais uma pergunta que poderia induzir a resposta negativa do entrevistado. Entretanto, em sua fala, ele admitiu sem subterfúgios ter sido participante da coordenação da “Marcha para Jesus” juntamente com o seu pastor. Este presbítero justifica a sua desobediência às determinações do Supremo Concílio da Igreja através da sua concepção pessoal de que “o cristão deve estar em todo lugar”. Esta expressão, assim como “a Igreja mostrar a cara”, são similares à outra de tela anterior, na qual o entrevistado diz que “a gente deveria ocupar os nossos espaços”, numa visão essencialmente mercadológica. De acordo com as práticas de mercado, trata-se da crescente necessidade que as religiões pós-modernas agora têm de se manter sintonizadas com o perfil dos fiéis-consumidores no sentido de: “moldar a mensagem, as atividades, os estilos de celebração, os temários dos sermões e outros aspectos do modelo de religiosidade, de modo a que estes estejam em consonância com a demanda dos indivíduos” (GUERRA, 2003, p. 2).

Este discurso ressalta o que parece ser uma mudança deliberada da ética bíblica e da Confissão de Fé presbiteriana para a ética da massificação, podendo ser interpretada a concepção do presbítero como característica de “uma sociedade pós-ética”, como foi definida por Prandi (2006, p. 97). Este parece ser o motivo de se pretender “fazer a diferença” igualando-se àqueles que utilizam, de modo acrítico, estratégias e formas de expressão próprias da religiosidade massificada e mercantilizada, com a finalidade de atrair as pessoas para a sua igreja.

Numa breve recapitulação das falas deste presbítero, um líder da Igreja Presbiteriana em nível estadual, pode-se ver que o mesmo, conforme reconheceu, tem sido relapso com a leitura bíblica, o que pode significar o afastamento dos regulamentos éticos deste livro, que é considerado sagrado pelos cristãos reformados. Observa-se ainda no seu discurso, mais uma vez, a ocorrência de animosidade mal encoberta entre presbíteros e pastores, ao sugerir que estes estão relaxando nas suas atribuições. O presbítero concorda e até defende a utilização de espaços midiáticos como televisão, *shows* e música *gospel* sob a convicção de que “a gente deveria ocupar os nossos espaços”. Segundo ele, a espetacularização do culto é uma distorção da evangelização ao mesmo tempo em que concorda com a utilização destas formas com a finalidade de atrair pessoas ao culto, o que também confirma a ressignificação do conceito de idolatria. Apesar desta opinião ele manifesta também uma visão crítica com relação a essas práticas, corroborando o discurso contraditório que encontramos em quase todas as falas desta pesquisa.

Diante de tantas contradições, é de se questionar se as normas tradicionais não estariam se modificando informalmente em direção à massificação, mercantilização e suas éticas consumistas. Pode-se interpretar que essa necessidade de a igreja “mostrar a cara” indica uma dependência em relação à vontade dos consumidores que, segundo Guerra (2003, p. 2), “parece variar de maneira diretamente proporcional ao nível de competição em um dado mercado religioso e também se relaciona com as mudanças no papel social da religião na vida dos indivíduos”. É o já apontado misticismo utilitário (STORNI; PEREIRA, 2007) numa realidade que, de acordo com os discursos aqui analisados, está presente na Igreja Presbiteriana de João Pessoa, que se auto-classifica como instituição protestante tradicional.

3.4 DADOS EMPÍRICOS: OBSERVAÇÕES

3.4.1 Sobre as quebras mais freqüentes dos regulamentos

O objetivo deste item da pesquisa é o de complementar os dados que não foram citados na entrevista, mas, que se referem a fenômenos que estão acontecendo nas igrejas presbiterianas de João Pessoa há mais de uma década, de acordo com a nossa memória. Nossa percepção e vivência com esses fatos e processos foram, inclusive, a nossa principal motivação para a reflexão desta dissertação como um todo. Apresentaremos então uma súmula dos fatos agora sistematizados e que foram anotados em nosso diário de campo.

Um dos fatos que mais chamaram a nossa atenção ocorreu em uma reunião ordinária do Presbitério da Paraíba realizada em uma cidade do Brejo Paraibano, logo no culto de abertura. Fomos surpreendidos com a presença de várias mocinhas, entre elas as filhas do pastor daquela igreja, dançando, como parte da liturgia do culto. Essa prática de espetacularização (DEBORD, 1997) do culto vem se alastrando por todo território nacional, o que ensejou o recente posicionamento contrário do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana.

Esta quebra dos regulamentos não é um caso isolado. Sabe-se que na prática nem todas as Igrejas Presbiterianas locais seguem criteriosamente as normas, o que tem causado o afastamento sistemático dos padrões éticos ortodoxos da Igreja. Segundo Bauman (2006), fazendo uma leitura de Lipovetski (1992), em nossos dias as pessoas não querem mais seguir princípios éticos nem cultivar valores morais. Para este autor,

a nossa era é era de individualismo não-adulterado e de busca de boa vida, limitada só pela exigência de tolerância (quando casada com individualismo autocelebrativo e livre de escrúpulos, a tolerância só se pode expressar como indiferença). A era que vem “depois do dever” só pode se admitir uma moralidade muito “minimalista” e em declínio (BAUMAN, 2006, p. 7, grifo do autor).

É esta “tolerância” que foi indicada por este autor como sendo “casada com individualismo autocelebrativo” que, no nosso entender, é uma porta aberta para ferir os princípios ético-normativos dos regulamentos presbiterianos que investigamos. Aqui na Paraíba, por exemplo, várias igrejas da Capital e do interior adotaram as “danças litúrgicas” no culto solene, momentos em que jovens com trajes e gestos considerados como sensuais supostamente “dançam para Jesus”, o que é visto com perplexidade, desconforto e mesmo revolta entre os presbiterianos mais antigos, que, por vezes, viam-se motivados a mudar de igreja.

Ao tomar conhecimento das práticas de espetacularização (DEBORD, 1997) do culto nas igrejas locais, o Supremo Concílio da IPB proibiu o chamado “ministério de dança” adotado por várias igrejas locais em suas liturgias (Anexo A). Neste momento é oportuno lembrar que, segundo a Constituição da Igreja Presbiteriana, é competência do Supremo Concílio “executar e fazer cumprir a presente Constituição e as deliberações do próprio concílio” (CI/IPB, Cap. V, Seção 5ª, Art. 97, “n”), e que a Igreja Presbiteriana adota a Confissão de Fé de Westminster, na qual está inserido o Princípio Regulador do Culto, e os Catecismos Maior e Breve como sistema expositivo de doutrina e prática (CI/IPB, Cap. I, Art. 1º).

Temos aqui uma visível imagem do conflito entre os discursos éticos presbiterianos – Constituição Interna da Igreja Presbiteriana do Brasil, Confissão de Fé de Westminster – e a massificação-espetacularização apontada pelos teóricos desta pesquisa. Cabe então questionar: Quando os princípios éticos e a prática estão contraditórios como vimos nas entrevistas e dados das observações, será que estaria se desenhando uma mudança dos regulamentos da Igreja Presbiteriana?

Sobre esta questão o Supremo Concílio, na sua competência, não flexibilizou e enviou cartas às igrejas locais proibindo as práticas de espetacularização do culto (Ver Anexos A e B), estranhas ao ordenamento bíblico e às normas da Igreja. Nestas cartas, pastores e suas igrejas são admoestados no sentido de reconsiderar as suas práticas litúrgicas, resgatando a herança protestante na área fundamental do culto de acordo com as Escrituras Sagradas, cujas doutrinas encontram-se sistematizadas nos símbolos de fé adotados pela Igreja Presbiteriana. Porém, nem todas as igrejas de João Pessoa/PB seguiram as deliberações do Supremo Concílio. Novamente encontramos um conflito e respectiva contradição, o que confirma a idéia de Bauman (1997) sobre a ambivalência entre a unidade e diversidade dos códigos éticos.

Outra proibição do Supremo Concílio da IPB que não foi considerada por muitos adeptos das igrejas presbiterianas em João Pessoa diz respeito à participação em eventos como “Marcha para Jesus”, “Caminhada para Jesus” ou atividades do gênero. De acordo com o posicionamento do Supremo Concílio, estes eventos, que podem ser identificados com blocos carnavalescos, paradas *gays*, ou manifestações de protesto como as marchas dos sem-terra e outras afins, não devem contar com a participação das igrejas (Anexo B). Note-se que estas práticas são também massificadas e espetacularizadas, o que Pierucci (2006), alerta como sendo típicas do processo de diluição da identidade das instituições religiosas tradicionais como a Igreja Presbiteriana do Brasil.

Sobre este caso particular, entre os criadores da “Marcha para Jesus” em João Pessoa encontram-se pastores de igrejas presbiterianas da Capital. Neste evento, uma vez por ano, os evangélicos percorrem toda a Avenida Epitácio Pessoa - a maior avenida da cidade - até o Busto de Tamandaré, na orla marítima, em Tambaú. Em 2011 a marcha incluiu o bispo católico D. Aldo Pagotto e o pastor Estevão Fernandes, tido como líder dos evangélicos batistas.

Em um evento passado, o prefeito municipal fez a entrega simbólica da chave da cidade para os evangélicos, ajoelhou-se diante dos pastores na hora do culto, e estes fizeram uma “oração poderosa” pedindo “capacitação divina” para uma administração municipal

“justa”. Esta parte do ritual pode ser interpretada como uma troca utilitária para ambas as partes, sendo que o poder religioso tornou o prefeito mais “benquisto” pelos fiéis – visando talvez futuros votos -, e os pastores se tornaram “simpáticos” aos poderes públicos e fortalecidos diante dos devotos.

Mesmo após a proibição do Supremo Concílio, os pastores presbiterianos criadores do evento continuaram na sua coordenação em 2010, e a “Marcha para Jesus” foi mantida neste ano de 2011. Sobre o evento, recebemos e-mail (Anexo C) convidando a participar de uma reunião de planejamento, enviado pela Associação dos Pastores Evangélicos da Paraíba - APEP, da qual não fazemos parte, cujo presidente é um pastor presbiteriano, criador da “Marcha para Jesus” em João Pessoa. Fica evidente que os pastores criadores da Marcha não acataram as determinações do Supremo Concílio e até o momento não lhes foi imputada qualquer punição, o que gera uma situação de difícil questionamento pelos demais líderes em função da sensação de impunidade gerada por este “silêncio”.

Observamos também a questão da quebra da ética presbiteriana relacionada ao poder de atração dos pregadores da televisão. Uma devota, membro de uma igreja Presbiteriana local, mesmo ocupando cargo de liderança na sua igreja, declarou não estar mais indo aos cultos. Ela afirma estar sendo alimentada com a Palavra de Deus através das pregações do padre Fábio Melo na televisão – e não mais na igreja pelo seu pastor. Este fato confirma o fenômeno da “santa missa em seu lar”, em que as pessoas deixam de ir à igreja para ficar em casa assistindo a missas e a cultos massificados e mercantilizados, que não têm a identidade com a tradição, tal como Pierucci (2006) definiu. Esta prática está se tornando cada vez mais freqüente entre os presbiterianos em geral.

3.4.2 Sobre os conflitos éticos causados por interesses financeiros e de poder

Muito embora no discurso a Igreja Presbiteriana trate a questão do dinheiro de forma diferente das igrejas neopentecostais, com suas “teologias da prosperidade”, na prática pode-se perceber uma ética contraditória. Há pastores que declaram a sua dificuldade de pregar acerca de dízimos e ofertas para não serem identificados com os mercadores da Palavra, ao mesmo tempo em que toleram devotos membros de suas igrejas, cuja ética é totalmente contrária aos ensinamentos presbiterianos, simplesmente por serem pessoas de muitas posses e que contribuem generosamente para a Igreja. Por vezes estes membros “poderosos” chegam a exercer certo domínio sobre o pastor e os presbíteros. É nesta situação que se percebe a quebra da ética e o silêncio que se faz em torno disso.

Tratando-se do poder constitucional, o sistema de governo presbiteriano é conciliar. Ou seja, cada igreja local é governada por um conselho composto pelo pastor, que é o presidente do conselho, e por dois ou mais presbíteros. Como estes são sempre em maior número e as decisões são tomadas pelo voto da maioria dos conciliares, se o pastor não apresentar preparo inquestionável para a função, a união dos presbíteros pode facilmente anular a sua autoridade de presidente do conselho.

Por isso, pastores fragilizados pelo despreparo tentam manter a simpatia dos presbíteros, mesmo em situações que possam contrariar alguns princípios bíblicos e a ética presbiteriana. A questão é que as cômputas (salários) pastorais também são objeto de votação pelo conselho, cuja maioria é de presbíteros. Em outras palavras, os pastores que não têm autoridade estão sempre na dependência da simpatia e aceitação dos seus presbíteros.

Outro aspecto a ser considerado é que, nos concílios superiores, pastores e presbíteros são nivelados, podendo um presbítero vir a ser presidente do Presbitério, do Sínodo e até mesmo do Supremo Concílio. Esta ética favorece a que os presbíteros, que são auxiliares do pastor em suas igrejas locais e são por ele pastoreados, sintam-se, mesmo nas igrejas, em igualdade de condição com o pastor, ou até em condição de superioridade, se o presbítero estiver exercendo a função de presidente de um concílio superior.

De acordo com as normas o pastor deve ser a autoridade máxima de uma igreja local, mas, na prática nem sempre isso ocorre. Há, ainda, outra particularidade a ser considerada: os presbíteros são membros das igrejas locais, e o pastor, não. Este é membro do Presbitério, convidado e eleito pela igreja para ser o seu pastor, igreja que é administrada pelos presbíteros, ainda que sob a presidência do pastor eleito. Por estes motivos, é comum os presbíteros discordarem das orientações do seu pastor, do presidente do conselho de cada igreja local, especialmente se o pastor não apresentar competência indiscutível, vindo a usurpar-lhe o poder pela maioria dos votos. Estas práticas ferem a Constituição Interna da Igreja Presbiteriana.

3.4.3 Sobre a migração inter e intra-igrejas

Acerca do “baile migratório” dos devotos presbiterianos, um pastor falou que a sua igreja mais parecia uma rodoviária, dando a entender que há um grande fluxo de pessoas diferentes que freqüentam os cultos a cada domingo. O que Prandi (2006) constatou acerca da migração inter-religiões, agora se verifica inter e intra-igrejas ditas evangélicas, mesmo as tradicionais como a Presbiteriana. Em nossas observações, constatamos que as igrejas que

mais recebem devotos “flutuantes” são a Igreja Presbiteriana de Tambaú, além da rotatividade de igrejas Batistas, tais como a Igreja Batista Cidade Viva no Bessa, a Primeira Igreja Batista no centro da cidade, e o seu núcleo denominado Central Gospel na Avenida Rui Carneiro.

É evidente que estes últimos templos fogem do escopo da nossa pesquisa, mas, vale o registro destes dados aqui, já que procuramos conhecer o fluxo migratório dos devotos de “arribação”, ou “flutuantes”. É possível que estas igrejas receptoras estejam sempre atentas às características da demanda dos consumidores de religião (GUERRA, 2003), e por isso, oferecem, como presenciamos, cultos espetaculares em ambientes agradáveis e descontraídos, com atrativos aos potenciais consumidores como danças, *shows* com jogos de luzes, tudo que possa fazer o devoto – ou “cliente” - “sentir-se bem”. Os devotos “flutuantes”, por sua vez, andam em busca de igrejas que “funcionam como clubes, [...], mas que têm a vantagem de oferecer pauta de solução efetiva de problemas” como lembra Prandi (2006, p. 271).

Essas novas práticas de religiosidade no meio presbiteriano estão em desacordo com a ética presbiteriana, ferem o seu sistema doutrinário e seus estatutos, quebram os princípios religiosos tradicionais, além de configurar desobediência às deliberações do Supremo Concílio da Igreja. Tais práticas, supostamente superficiais em termos teológicos, e pautadas no misticismo massificado, tanto podem ser causa como efeito do afastamento dos padrões presbiterianos, já que uma coisa está ligada à outra.

Para os presbiterianos, as suas tradições e princípios teológicos são a forma correta de adorar a Deus, e isto não vem sendo observado por causa do misticismo utilitário e massificado que transforma a frequência aos templos em distração, ou em simples forma de lazer (FEATHERSTONE, 1995). Para os demais teóricos como Bauman (2006), Pierucci (2007), Lipovetsky (2007) e outros, são práticas éticas massificadas e mercantilizadas. Aparentemente essa prática está infiltrada de forma tão arraigada no presbiterianismo, que é capaz de causar a desobediência de pastores e presbíteros às determinações emanadas dos concílios superiores da Igreja.

Acerca dessas contradições, Fernández-Armesto e Wilson (1997, p. 44) afirmam ser “difícil, senão impossível estabelecer uma correlação precisa entre o sistema de crenças com o qual as pessoas concordam, aquilo em que realmente acreditam, e como se comportam, em consequência disso”, o que favorece ao “nomadismo místico”. Entre os líderes e devotos presbiterianos entrevistados, apenas vinte e oito por cento são nativos da Igreja Presbiteriana.

A grande maioria, de acordo com os dados das entrevistas e nossa observação de pesquisa, setenta e dois por cento, é composta por membros oriundos da Igreja Católica Romana, ainda que onze por cento tenham transitado por outras igrejas evangélicas não-

presbiterianas. Cerca de cinco por cento dos devotos freqüentaram o Espiritismo Kardecista, o Candomblé e a Igreja Universal do Reino de Deus, entre outras religiões (FONTE: estatística do pesquisador e autor desta dissertação). Os dados documentais, entrevistas e respectivas análises e as observações nos permitem então apresentar as nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espetáculo é o sonho mau da sociedade moderna aprisionada, que só expressa afinal o seu desejo de dormir. O espetáculo é o guarda deste sonho.

(DEBORD, 1997, p. 19)

Nossos dados empíricos confirmaram as teorias citadas nesta dissertação. Concordamos com Prandi (2006) quando afirma que nenhum sociólogo jamais poderia prever uma mudança tão acentuada na ética protestante, especialmente com respeito ao dinheiro e ao poder, o que foi corroborado por Tocqueville (1997) e J. Miller (1991), ambos citados por Prandi (2006, p. 242). Para estes autores, o protestantismo era mais que uma doutrina religiosa, e correspondia, “em muitos pontos, às mais absolutas teorias democráticas e republicanas”, podendo-se considerar os protestantes, sem “correr o risco do exagero”, como “protodemocratas”.

Segundo estes mesmos autores, foram os princípios morais e éticos dos protestantes que alicerçaram os valores de igualdade, justiça e liberdade no mundo ocidental moderno e pós-moderno atual. Nem mesmo Weber (1985) previu estas mudanças conquanto tenha destacado a ética protestante como determinante de certos comportamentos próprios para a acumulação de riquezas do capitalismo, o que é uma inferência essencialmente ambígua como mostrou a história. Lembremos que este autor evidenciou o valor do trabalho e honestidade dos protestantes (BAUMAN, 1997), mas, não o consumo religioso atual.

Entretanto, o que se constata em nossos dias é que os herdeiros pós-modernos do protestantismo histórico deram à religião um caráter mercantil, e esta prática vem minando a ortodoxia das igrejas protestantes tradicionais como a Presbiteriana. Ao longo deste trabalho focalizamos o fenômeno das mudanças sociais, e mostramos que a religião não escapou aos seus efeitos, influenciando e sendo influenciada por ele. Finalmente chegamos ao que se convencionou chamar de pós-modernidade (FEATHERSTONE, 1995), e uma de suas marcas é a exacerbação do fenômeno religioso neste formato de trocas massificadas.

Embora a história da religião nos revele que este fenômeno não é novo, a forma de apresentação pós-moderna dos fatos e das circunstâncias, e a consciência que temos quase imediata desses fatos dão-nos a impressão de que estamos lidando com algo novo e não apenas com elementos culturais novos que envolvem o fenômeno já conhecido como religião massificada. Se por um lado a religiosidade massificada traz aspectos positivos ao chamar de volta a sociedade para os aspectos transcendentais da vida, relegados na modernidade, por outro lado, produziu um comportamento religioso superficial. Há uma tendência ao sensacionalismo e aos espetáculos (DEBORD, 1997), mais voltados para as necessidades emotivas, sensoriais e materiais dos indivíduos do que para os aspectos éticos e valores morais que, segundo os autores acima citados, foram a base da concepção democrática da sociedade política.

Segundo os teóricos que fundamentam esta pesquisa, este comportamento traduz uma espécie de consumismo no mercado religioso, no qual as religiões massificadas se apresentam como mercadoras da fé como um produto. As massas de fiéis, por sua vez, agem como consumidoras que buscam resultados imediatos do que esta “fé” supostamente pode produzir em termos individuais. Dessa forma, a religião tornou-se fonte de mercadorias publicizadas pelos meios de comunicação de massa e vulgarizada pelas igrejas que mercantilizam a fé, numa direção totalmente avessa à ética protestante tradicional presbiteriana.

Porém, quando olhamos o fenômeno da religiosidade mercantilista massificada e do respectivo *marketing*, podemos ver que o seu crescimento vertiginoso se dá em virtude de ela estar respondendo às necessidades das pessoas. Por outro lado, a forma protestante tradicional presbiteriana parece estar se mostrando insuficiente para atender as demandas de uma “fé” muito mais voltada para a experiência e para o sentimento do que para o ensino e a doutrina das práticas consideradas cristãs. Considerando que é a diferença de estratégias que favorece ao crescimento da audiência das igrejas, isto parece atrair os líderes da Igreja protestante tradicional Presbiteriana, conforme as entrevistas analisadas e as nossas observações. Isto ocorre mesmo sabendo-se que a religiosidade mercantilista massificada deixa a desejar no que diz respeito à pouca ou nenhuma ênfase dada aos valores éticos e espirituais que devem nortear a conduta dos seus devotos.

Assim, surgem as contradições éticas nas mentalidades e discursos dos líderes presbiterianos entrevistados, o que nos leva a questionar: Os regulamentos e normas presbiterianos tradicionais estariam perdendo a sua força e eficácia simbólica? Estariam perdendo a atratividade sobre os seus devotos? Será que a ênfase que o protestantismo histórico presbiteriano deu a alguns aspectos da doutrina da predestinação não ficou relegada apenas ao plano racional e lógico, esquecendo que a experiência da salvação abrange o ser humano como um todo? Será que a Igreja Presbiteriana não deveria fazer uma auto-análise a fim de verificar como poderia responder às necessidades dos seus membros que não estão sendo atendidas no modelo atual?

O que se confirma como uma realidade pós-moderna é que os devotos presbiterianos, a julgar pelas falas dos líderes entrevistados, estão praticando uma ética estranha à sua tradição doutrinária, em busca de uma nova “vida espiritual”. Esta pode supostamente lhes oferecer um retorno maior em termos de satisfação de suas necessidades físicas, emocionais e sociais individualizantes, ou seja, uma felicidade e bem-estar que Lipovetsky (1997) qualifica como *paradoxal* por se distanciar da solidariedade coletiva do protestantismo tradicional.

Naturalmente, este é o tipo de devoto “arrebanhado” por pastores e presbíteros que usam estratégias estranhas à ética presbiteriana, apropriando-se de modo acrítico de formas de expressão da religiosidade popular massificada, com a finalidade de atrair as pessoas para as suas igrejas. Canclini (1995) alerta que o consumo, uma característica da religiosidade massificada, produz uma irrupção errática dos desejos, o que pode causar lacunas e incerteza dos significados simbólicos, gerando insegurança nos consumidores. Esta situação confusa em termos éticos e de comportamentos religiosos foi constatada nos discursos dos líderes da Igreja que focalizamos nesta pesquisa.

O problema que já se verifica com esta contradição dos presbiterianos está relacionado com a perda de identidade (PIERUCCI, 2006) e com o comprometimento do próprio conteúdo intrínseco da ética presbiteriana original, pela ênfase nas novas embalagens culturais da espiritualidade pós-moderna. Constatamos as contradições que surgem como resultado do choque de éticas diversas na esfera da liderança da Igreja. Por outro lado, consideramos, também, o fato de que as forças culturais e socioestruturais das sociedades pós-modernas fornecem um contexto globalizado, que, mesmo no âmbito teoricamente homogêneo das igrejas protestantes tradicionais como a Presbiteriana, evidenciam as diferenças entre essas diversas formas de vida cultural, terreno fértil para a emergência de códigos éticos ambivalentes (BAUMAN, 1997), o que também constatamos nos dados desta pesquisa.

Consideramos, por fim, que a sociedade pós-moderna, cada vez mais secularizada e privatizada, está também se esvaziando na questão da busca do sentido de vida (FRANKL, 1994; 1997), e esta lacuna é causada pela espiritualidade superficial e alienada que encontramos na nossa realidade empírica. Seguindo as prescrições deste autor, consideramos ser necessário que os presbiterianos voltem às suas origens doutrinárias, e busquem os valores que ofereçam a base essencial da espiritualidade. Como lembra Eliade (1978; 1992), é isto que move os sistemas valorativos e sedimenta a vivência com o sagrado.

Dentro dessa perspectiva, para a continuidade do protestantismo histórico, faz-se necessário que a Igreja Presbiteriana busque a definição de uma linguagem que lhe permita comunicar a sua mensagem de modo relevante, a uma sociedade secularizada, no contexto da sua missão. E esta mensagem precisa ter como base o princípio ético do amor, que, segundo a ética bíblica vista como um todo, é o vínculo da perfeição, capaz de propiciar o diálogo entre o tradicional e o pós-moderno.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- A CONFISSÃO DE FÉ. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1991.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1997.
- BAUDRILLARD, Jean. Conclusão: Rumo a uma Definição de Consumo. In BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEVRA. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.
- BÍBLIA TRADUÇÃO ECUMÊNICA. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- BÍBLIA VIDA NOVA. 2. ed. São Paulo: Edições Vida Nova, 1995.
- BOGDAN, R. L; BIKLEN, S. K. Investigação Qualitativa em Educação. Porto, 1994. In. CONTEÚDO ESCOLA. (2004). **Gestão escolar**: introdução. Disponível em:<<http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/42/45/>>. Acesso em: 03 fev. 2009.
- CALVINO, João. **As institutas da religião cristã**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. v. 1, v.4.
- CAMPOS, Silas de (Org.), **Manual Presbiteriano edição especial com notas, jurisprudência e resolução do SC-IPB**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2008.
- CANCLINI, Nestor Garcia. “O Consumo Serve Para Pensar”. In: CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**: Conflitos Multiculturais da Globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Popular, popularidade: da representação política à teatral. In: CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CHAMPLIN, Russel Norman. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia**. 6. ed. São Paulo: Hagnus, 2002. v.1, A-C, v. 3, H-L.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução de Estela dos Santos Abreu, 2ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ELIADE, Mircea. **História das crenças e das idéias religiosas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ESTIMA, Liliane de Fátima Lima. **Religião como produto de consumo**: a mercantilização através da fé. João Pessoa: UFPB/CCSA, 2004. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Sociais) UFPB, 2004.

FAUSTO NETO, Antônio. **Desmontagens de sentidos**: leituras de discursos midiáticos. João Pessoa: UFPB, 2001.

FEATHERSTONE, Mike. **A cultura do consumo e pós-modernidade**. Tradução de Júlio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe; WILSON, Derek. **Reforma**: o Cristianismo e o mundo 1500-2000. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

FERRARI, Odêmio Antonio. **Bispo S/A – A Igreja Universal do Reino de Deus e o Exercício do Poder**. São Paulo: Editora Ave Maria, 2007.

FERREIRA, Júlio Andrade. **História da Igreja Presbiteriana do Brasil**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992. v.1

FRANKL, Viktor. **Ante el vacío existencial**. Barcelona: Herder, 1997.

FRANKL, Viktor. **La voluntad de sentido**. Barcelona: Herder, 1994,

GUERRA, Lemuel. As Influências da Lógica Mercadológica sobre as Recentes Transformações na Igreja Católica. **Rever**, São Paulo, ano 3, n. 2, 2003. Disponível em:<http://www.pucsp.br/rever/rv2_2003/t_guerra.htm>. Acesso em: 20 abr. 2011.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre Artmed/Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MACHADO PAIS, José. **Ganchos, tachos e biscates**: jovens, trabalho e futuro. 2. ed. Porto: AMBAR, 2003.

MATOS, Alderi Souza de. **Uma igreja peregrina**: história da Igreja Presbiteriana do Brasil de 1959 a 2009. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

MEDEIROS, José Vanildo. **Religiosidade popular e messianismo**: memórias e falas. João Pessoa: Dissertação de mestrado do PPGCR - Programa de Pós-Graduação de Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba, 2010.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2010.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Religião como solvente—uma aula. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n.75, Jul. 2006.

PIERUCCI, Antonio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**: Religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996.

RETONDAR, Anderson Moebus. **Sociedade de Consumo, Modernidade e Globalização**. São Paulo: Annablume/Campina Grande: EDUFCEG, 2007.

STORNI, Maria Otilia Telles; ESTIMA, Liliane de Lima. A religião como produto de consumo: reflexões. João Pessoa: CAOS. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. p. 15-28. Disponível em:<<http://www.cchla.ufpb.br/caos>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

STORNI, Maria Otilia Telles; PEREIRA, Miguel. A Religião, a Mídia e o Segredo do Sagrado. SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES, 1, 2007. João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Publicação Virtual da Pindorama Records, 2007. ISBN 978857745108.

VALA, Jorge A. “Análise de conteúdo”. In: SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (Orgs.). **Metodologia das ciências sociais**. Lisboa: Afrontamento, 1986.

VEBLER, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de M. Irene Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira, 1985.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Pietro Nasseti da versão inglesa de Talcott Parsons, Harvard University, São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES

ROTEIRO DA ENTREVISTA

O roteiro de temáticas das entrevistas incluiu questões como:

- Concepção pessoal de religiosidade;
- Relacionamento do fiel com o Sagrado e o Transcendente;
- Frequência, formas e motivos de orações.
- Costuma ler a Bíblia?
- Cite trechos que gosta da Bíblia.
- Qual o critério para a seleção desses trechos?
- Assiste programas telerreligiosos? Gosta? Explique a resposta.
- Assiste a shows de pastores e de música *gospel*? Explique a resposta.
- Gosta das músicas *gospel*, qualificadas como “louvor”?
- Qual a concepção de louvor e adoração?
- É assíduo às atividades da Igreja? Explique a resposta.
- As formas de culto atuais são adequadas?
- Qual a concepção de cultuar a Deus?
- Qual o papel da Igreja?
- A Igreja Presbiteriana está cumprindo o seu papel? Explique a resposta.
- O que a Igreja deve fazer para cumprir o seu papel?
- Conhece a constituição da Igreja Presbiteriana?
- Conhece os símbolos de fé adotados pela Igreja Presbiteriana?

ROTEIRO DAS OBSERVAÇÕES

O roteiro das observações inclui questões como:

- Quebras comuns dos regulamentos tanto da Constituição Interna quanto da Confissão de Fé;
- Os conflitos éticos causados por interesses financeiros e de poder
- A migração inter e intra-igrejas.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a),

Esta é uma pesquisa sobre os **“Discursos do Misticismo Utilitário: Concepções de Devotos de Igrejas Protestantes Tradicionais”**, e está sendo desenvolvida pelo Mestrando Juarez Rodrigues de Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profª Drª Maria Otília Telles Storni.

O objetivo geral do estudo é “Analisar as relações dos cristãos com o Sagrado nas concepções discursivas sobre práticas utilitárias e espetaculares de religiosidade atuais, em igrejas cristãs protestantes tradicionais”. A contribuição deste trabalho consiste em confirmar (ou não), pela análise dos discursos, se e até que ponto estas novas percepções do Sagrado estão infiltradas nas igrejas cristãs protestantes tradicionais.

Solicitamos a sua colaboração, participando da entrevista, como também a sua autorização para publicação da pesquisa em livro e revista científica (*se for o caso*), esclarecendo que, em qualquer caso, o seu nome será mantido em sigilo.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXOS

ANEXO A - CE-2007- Doc. 187

CE-2007- Doc. 187 - CE-SC/IPB-2007 – DOC. CLXXXVII – Quanto ao documento 198 – Ementa: Quanto aos Docs. 116, 160 166 – Consulta, proposta e solicitação de posicionamento quanto a práticas litúrgicas. Aprovado o Substitutivo - Considerando: 1. Que segundo as Escrituras o culto a Deus é a razão principal da existência humana e que na história do povo de Deus nelas registrada fica bem claro que as crises espirituais causam a negligência na adoração e displicência quanto à forma de adorar, atitudes sempre reprovadas pelo Senhor e que, por outro lado, tempos de reforma e reavivamentos espirituais trazem como consequência a purificação do culto, tendo “a lei do Senhor” como referência; 2. Que a Confissão de Fé de Westminster, fundamentada na Bíblia, afirma ser a forma de celebrar o culto público, elemento determinante para que as igrejas particulares sejam mais ou menos puras (CFW, Cap. XXV,4); 3. A Diversidade de opiniões teológicas quanto à matéria, mesmo dentro da ortodoxia reformada, evidenciada pelo grande número de publicações existentes; A CE-SC/IPB-2007 RESOLVE: 1. Reafirmar o princípio reformado estabelecido pela Confissão de Fé de Westminster de que: “O modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por Ele mesmo e é tão limitado pela sua vontade revelada, que não deve ser adorado segundo as imaginações dos homens ou sugestões de Satanás nem sob qualquer representação visível ou de qualquer outro modo não prescrito nas santas Escrituras” (CFW, Cap. XXI,1). 2. Determinar que seja mantida e reforçada a tradição reformada que se reflete em decisões anteriores do SC/IPB sobre a matéria que, sempre fundamentado nas escrituras, têm reconhecido e proclamado a santidade do culto que deve ser oferecido a Deus, pela mediação única de Cristo, com reverência e santo temor, na exclusiva dependência do Espírito Santo para que haja também a verdadeira alegria espiritual (Cf Sl 51.12,15) e que são inconvenientes todas as formas que possam distanciar os adoradores desses princípios, sendo que dentre essas formas inconvenientes, conforme já declarado pelo SC/1998, encontram-se as expressões corporais acentuadas, podendo ser incluídas entre as quais, práticas tais como danças litúrgicas e coreografias; 3. Determinar aos ministros (Cf. art. 31, alínea “d” da CI) e aos presbitérios (Cf. art. 88, alínea “e” da CI) que sejam zelosos quanto ao santo culto do Senhor, repudiando todo “fogo estranho”, não ordenado na Palavra, e que, conseqüentemente, provoca a sua santa ira sobre os displicentes e infiéis (Cf Levítico 10.1-7; Malaquias 1.6-14 e João 4.24).

ANEXO B - SC-2006- Doc. 148

SC-2006- Doc. 148 – Doc. CXLVIII – Quanto ao Doc. 161, 168 e 289 – Ementa: Consulta quanto ao movimento “Marcha para Jesus”, à veiculação do evento no Brasil Presbiteriano e à solicitação de posicionamento da IPB. Considerando: 1. O que estabelece o art. 97, na alínea “m” e em seu parágrafo único; 2. Que apesar de serem realizados eventos em locais diferentes por outras lideranças evangélicas, existe certa unidade entre eles quanto à natureza, ao propósito, às datas e à teologia; tanto no uso da marca e do nome “Marcha para Jesus”, quanto a inexistência de qualquer esforço para distinguir-se daquele realizado em São Paulo-Capital demonstram tal unidade. 3. Que na “Marcha para Jesus” – SP houve participação de grupos gays, que se consideram evangélicos, com ampla divulgação na imprensa, sem qualquer pronunciamento por parte da liderança do evento. 4. Que o caráter teológico do evento é contrário às Sagradas Escrituras e aos Símbolos de Fé da IPB, a saber: a) Teologia da Prosperidade; b) Confissão Positiva; c) Batalha Espiritual (inclusive Espíritos Territoriais); d) Teologia Triunfalista; e outros, O SC-IPB-2006 RESOLVE: 1.pronunciar-se contrário à participação de seus concílios e membros na “Marcha para Jesus” e movimentos ou eventos de natureza teológica similar; 2. Determinar aos concílios e aos pastores que orientem suas igrejas para que não se envolvam em eventos e movimentos dessa natureza; 3. Lamentar que a matéria jornalística publicada no Brasil Presbiteriano – BP (julho de 2005) noticie indevidamente a participação da IPB no evento, e recomendar ao BP maior cuidado em suas reportagens, a fim de não comprometer o nome e a imagem da IPB; 4. Determinar ao BP que publique matéria em igual proporção e destaque da matéria de julho de 2005 sobre o assunto em questão, na qual deverá apresentar as razões pelas quais a IPB não participa do movimento ou evento.

ANEXO C - e.mail recebido**OLÁ AMADOS PASTORES**

**NA ÚLTIMA SEGUNDA-FEIRA DE FEVEREIRO, DIA 28, ÀS 08:00h,
NA PRIMEIRA IGREJA BATISTA DE JOÃO PESSOA,
ACONTECERÁ O NOSSO**

1º CAFÉ DA APEP 2011.

SUA PRESENÇA É MUITO IMPORTANTE.

**NA OCASIÃO ESTAREMOS APRESENTANDO:
O CALENDÁRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE,
O XIII ENCONTRO PARA CONSCIÊNCIA CRISTÃ,
A MARCHA PARA JESUS 2011.**

CONTAMOS COM SUA PRESENÇA.

Pr.
PRESIDENTE DA APEP

CAFÉ APEP - 1.png
1005K [Visualizar](#) [Baixar](#)

Obs. 1 – Apenas excluimos o nome do pastor presbiteriano remetente do e-mail.

Obs. 2 – APEP – Associação dos Pastores Evangélicos da Paraíba, da qual não fazemos parte, embora nos sejam enviados convites para todas as suas atividades.

ANEXO D - CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER

**IGREJA
PRESBITERIANA
DO BRASIL**

**CONFISSÃO DE FÉ DE
WESTMINSTER**

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER

CAPÍTULOS - CONTEÚDO

- I - ESCRITURA SAGRADA
 - II - DEUS E A SANTÍSSIMA TRINDADE
 - III - ETERNOS DECRETOS DE DEUS
 - IV - CRIAÇÃO
 - V - PROVIDÊNCIA
 - VI - QUEDA DO HOMEM, O PECADO E O SEU CASTIGO
 - VII - PACTO DE DEUS COM O HOMEM
 - VIII - CRISTO O MEDIADOR
 - IX - LIVRE ARBÍTRIO
 - X - VOCAÇÃO EFICAZ
 - XI - JUSTIFICAÇÃO
 - XII - ADOÇÃO
 - XIII - SANTIFICAÇÃO
 - XIV - FÉ SALVADORA
 - XV - ARREPENDIMENTO PARA A VIDA
 - XVI - BOAS OBRAS
 - XVII - PERSEVERANÇA DOS SANTOS
 - XVIII - CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO
 - XIX - LEI DE DEUS
 - XX - LIBERDADE CRISTÃ E LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA
 - XXI - CULTO RELIGIOSO E O DOMINGO
 - XXII - JURAMENTOS LEGAIS E OS VOTOS
 - XXIII - MAGISTRADO CIVIL
 - XXIV - MATRIMÔNIO E DIVÓRCIO
 - XXV - IGREJA
 - XXVI - COMUNHÃO DOS SANTOS
 - XXVII - SACRAMENTOS
 - XXVIII - BATISMO
 - XXIX - CEIA DO SENHOR
 - XXX - CENSURAS ECLESIASTICAS
 - XXXI - SÍNODOS E CONCÍLIOS
 - XXXII - ESTADO DO HOMEM DEPOIS DA MORTE E A RESSUREIÇÃO DOS MORTOS
 - XXXIII - JUÍZO FINAL
- PREFÁCIO AOS NOVOS CAPÍTULOS
- XXXIV- ESPÍRITO SANTO
 - XXX - AMOR DE DEUS E DAS MISSÕES

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER

CAPÍTULO I

DA ESCRITURA SAGRADA

I. Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens ficam inescusáveis, contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação; por isso foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda. Isto torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade ao seu povo.

Referências - Sal. 19: 1-4; Rom. 1: 32, e 2: 1, e 1: 19-20, e 2: 14-15; I Cor. 1:21, e 2:13-14; Heb. 1:1-2; Luc. 1:3-4; Rom. 15:4; Mat. 4:4, 7, 10; Isa. 8: 20; I Tim. 3: 15; II Pedro 1: 19.

II. Sob o nome de Escritura Sagrada, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho e do Novo Testamento, que são os seguintes, todos dados por inspiração de Deus para serem a regra de fé e de prática:

O VELHO TESTAMENTO

Gênesis	Esdras	Oséias
Êxodo	Neemias	Joel
Levítico	Ester	Amós
Números	Jó	Obadias
Deuteronômio	Salmos	Jonas
Josué	Provérbios	Miquéias
Juízes	Eclesiastes	Naum
Rute	Cântico dos	Habacuque
I Samuel	Cânticos	Sofonias
II Samuel	Isaías	Ageu
I Reis	Jeremias	Zacarias
II Reis	Lamentações	Malaquias
I Crônicas	Ezequiel	
II Crônicas	Daniel	

O NOVO TESTAMENTO

Mateus	Efésios	Hebreus
Marcos	Filipenses	Tiago
Lucas	Colossenses	I Pedro
João	I Tessalonicenses	II Pedro
Atos	II Tessalonicenses	I João
Romanos	I Timóteo	II João
I Coríntios	II Timóteo	III João
II Coríntios	Tito	Judas
Gálatas	Filemon	Apocalipse

Ref. Ef. 2:20; Apoc. 22:18-19; II Tim. 3:16; Mat. 11:27.

III. Os livros geralmente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura; não são, portanto, de autoridade na Igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou empregados senão como escritos humanos.

Ref. Luc. 24:27,44; Rom. 3:2; II Pedro 1:21.

IV. A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a palavra de Deus.

Ref. II Tim. 3:16; I João 5:9, I Tess. 2:13.

V. Pelo testemunho da Igreja podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço da Escritura Sagrada; a suprema excelência do seu conteúdo, e eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as suas muitas outras excelências incomparáveis e completa perfeição, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo, que pela palavra e com a palavra testifica em nossos corações.

Ref. I Tim. 3:15; I João 2:20,27; João 16:13-14; I Cor. 2:10-12.

VI. Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens; reconhecemos, entretanto, ser necessária a íntima iluminação do Espírito de Deus para a salvadora compreensão das coisas reveladas na palavra, e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comum às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da palavra, que sempre devem ser observadas.

Ref. II Tim. 3:15-17; Gal. 1:8; II Tess. 2:2; João 6:45; I Cor. 2:9, 10, 12; I Cor. 11:13-14.

VII. Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos; contudo, as coisas que precisam ser obedecidas, cridas e observadas para a salvação, em um ou outro passo da Escritura são tão claramente expostas e explicadas, que não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma suficiente compreensão delas.

Ref. II Pedro 3:16; Sal. 119:105, 130; Atos 17:11.

VIII. O Velho Testamento em Hebraico (língua vulgar do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em Grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que ele foi escrito), sendo inspirados imediatamente por Deus e pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos, são por isso autênticos e assim em todas as controvérsias religiosas a Igreja deve apelar para eles como para um supremo tribunal; mas, não sendo essas línguas conhecidas por todo o povo de Deus, que tem direito e interesse nas

Escrituras e que deve no temor de Deus lê-las e estudá-las, esses livros têm de ser traduzidos nas línguas vulgares de todas as nações aonde chegarem, a fim de que a palavra de Deus, permanecendo nelas abundantemente, adorem a Deus de modo aceitável e possuam a esperança pela paciência e conforto das escrituras.

Ref. Mat. 5:18; Isa. 8:20; II Tim. 3:14-15; I Cor. 14; 6, 9, 11, 12, 24, 27-28; Col. 3:16; Rom. 15:4.

IX. A regra infalível de interpretação da Escritura é a mesma Escritura; portanto, quando houver questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer texto da Escritura (sentido que não é múltiplo, mas único), esse texto pode ser estudado e compreendido por outros textos que falem mais claramente.

Ref. At. 15: 15; João 5:46; II Ped. 1:20-21.

X. O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura.

Ref. Mat. 22:29, 3 1; At. 28:25; Gal. 1: 10.

CAPÍTULO II DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

I. Há um só Deus vivo e verdadeiro, o qual é infinito em seu ser e perfeições. Ele é um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões; é imutável, imenso, eterno, incompreensível, - onipotente, onisciente, santíssimo, completamente livre e absoluto, fazendo tudo para a sua própria glória e segundo o conselho da sua própria vontade, que é reta e imutável. É cheio de amor, é gracioso, misericordioso, longânimo, muito bondoso e verdadeiro remunerador dos que o buscam e, contudo, justíssimo e terrível em seus juízos, pois odeia todo o pecado; de modo algum terá por inocente o culpado.

Ref. Deut. 6:4; I Cor. 8:4, 6; I Tess. 1:9; Jer. 10:10; Jó 11:79; Jó 26:14; João 6:24; I Tim. 1:17; Deut. 4:15-16; Luc. 24:39; At. 14:11, 15; Tiago 1:17; I Reis 8:27; Sal. 92:2; Sal. 145:3; Gen. 17:1; Rom. 16:27; Isa. 6:3; Sal. 115:3; Exo3:14; Ef. 1:11; Prov. 16:4; Rom. 11:36; Apoc. 4:11; I João 4:8; Exo. 36:6-7; Heb. 11:6; Nee. 9:32-33; Sal. 5:5-6; Naum 1:2-3.

II. Deus tem em si mesmo, e de si mesmo, toda a vida, glória, bondade e bem-aventurança. Ele é todo suficiente em si e para si, pois não precisa das criaturas que trouxe à existência, não deriva delas glória alguma, mas somente manifesta a sua glória nelas, por elas, para elas e sobre elas. Ele é a única origem de todo o ser; dele, por ele e para ele são todas as coisas e sobre elas tem ele soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser. Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele; o seu saber é infinito, infalível e independente da criatura, de sorte que para ele nada é contingente ou incerto. Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus preceitos. Da parte dos anjos e dos homens e de qualquer outra criatura lhe são devidos todo o culto, todo o serviço e obediência, que ele há por bem requerer deles.

Ref. João 5:26; At. 7:2; Sal. 119:68; I Tim. 6: 15; At - . 17:24-25; Rom. 11:36; Apoc. 4:11; Heb. 4:13; Rom. 11:33-34; At. 15:18; Prov. 15:3; Sal. 145-17; Apoc. 5: 12-14.

III. Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade - Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo, O Pai não é de ninguém - não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho.

Ref. Mat. 3:16-17; 28-19; II Cor. 13:14; João 1:14, 18 e 15:26; Gal. 4:6.

CAPÍTULO III DOS ETERNOS DECRETOS DE DEUS

I. Desde toda a eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas.

Ref. Isa. 45:6-7; Rom. 11:33; Heb. 6:17; Sal.5:4; Tiago 1:13-17; I João 1:5; Mat. 17:2; João 19:11; At.2:23; At. 4:27-28 e 27:23, 24, 34.

II. Ainda que Deus sabe tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis, ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais e tais condições.

Ref. At. 15:18; Prov.16:33; I Sam. 23:11-12; Mat. 11:21-23; Rom. 9:11-18.

III. Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna e outros preordenados para a morte eterna.

Ref. I Tim.5:21; Mar. 5:38; Jud. 6; Mat. 25:31, 41; Prov. 16:4; Rom. 9:22-23; Ef. 1:5-6.

IV. Esses homens e esses anjos, assim predestinados e preordenados, são particular e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído.

Ref. João 10: 14-16, 27-28; 13:18; II Tim. 2:19.

V. Segundo o seu eterno e imutável propósito e segundo o santo conselho e beneplácito da sua vontade, Deus antes que fosse o mundo criado, escolheu em Cristo para a glória eterna os homens que são predestinados para a vida; para o louvor da sua gloriosa graça, ele os escolheu de sua mera e livre graça e amor, e não por previsão de fé, ou de boas obras e perseverança nelas, ou de qualquer outra coisa na criatura que a isso o movesse, como condição ou causa.

Ref. Ef. 1:4, 9, 11; Rom. 8:30; II Tim. 1:9; I Tess. 5:9; Rom. 9:11-16; Ef. 1: 19: e 2:8-9.

VI. Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito da sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim; os que,

portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo, são eficazmente chamados para a fé em Cristo pelo seu Espírito, que opera no tempo devido, são justificados, adotados, santificados e guardados pelo seu poder por meio da fé salvadora. Além dos eleitos não há nenhum outro que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo.

Ref. I Pedro 1:2; Ef. 1:4 e 2: 10; II Tess. 2:13; I Tess. 5:9-10; Tito 2:14; Rom. 8:30; Ef.1:5; I Pedro 1:5; João 6:64-65 e 17:9; Rom. 8:28; I João 2:19.

VII. Segundo o inescrutável conselho da sua própria vontade, pela qual ele concede ou recusa misericórdia, como lhe apraz, para a glória do seu soberano poder sobre as suas criaturas, o resto dos homens, para louvor da sua gloriosa justiça, foi Deus servido não contemplar e ordená-los para a desonra e ira por causa dos seus pecados.

Ref. Mat. 11:25-26; Rom. 9:17-22; II Tim. 2:20; Jud. 4; I Pedro 2:8.

VIII. A doutrina deste alto mistério de predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado, a fim de que os homens, atendendo à vontade revelada em sua palavra e prestando obediência a ela, possam, pela evidência da sua vocação eficaz, certificar-se da sua eterna eleição. Assim, a todos os que sinceramente obedecem ao Evangelho esta doutrina fornece motivo de louvor, reverência e admiração de Deus, bem como de humildade diligência e abundante consolação.

Ref. Rom. 9:20 e 11:23; Deut. 29:29; II Pedro 1:10; Ef. 1:6; Luc. 10:20; Rom. 5:33, e 11:5-6, 10.

CAPÍTULO IV DA CRIAÇÃO

I. Ao princípio aprovou a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo, para a manifestação da glória do seu eterno poder, sabedoria e bondade, criar ou fazer do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bom, o mundo e tudo o que nele há, visíveis ou invisíveis.

Ref. Rom. 9:36; Heb. 1:2; João 1:2-3, Rom. 1:20; Sal. 104:24; Jer. 10: 12; Gen. 1; At. 17:24; Col. 1: 16; Exo. 20: 11.

II. Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea, com almas racionais e imortais, e dotou-as de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita em seus corações, e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, que era mutável. Além dessa escrita em seus corações, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal; enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas.

Ref. Gen. 1:27 e 2:7; Sal. 8:5; Ecl. 12:7; Mat. 10:28; Rom. 2:14, 15; Col. 3:10; Gen. 3:6.

CAPÍTULO V DA PROVIDÊNCIA

I. Pela sua muito sábia providência, segundo a sua infalível presciência e o livre e imutável conselho da sua própria vontade, Deus, o grande Criador de todas as coisas, para o louvor da

glória da sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as suas criaturas, todas as ações e todas as coisas, desde a maior até a menor.

Ref. Nee, 9:6; Sal. 145:14-16; Dan. 4:34-35; Sal. 135:6; Mat. 10:29-31; Prov. 15:3; II Cron. 16:9; At.15:18; Ef. 1:11; Sal. 33:10-11; Ef. 3:10; Rom. 9:17; Gen. 45:5.

II. Posto que, em relação à presciência e ao decreto de Deus, que é a causa primária, todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente, contudo, pela mesma providência, Deus ordena que elas sucedam conforme a natureza das causas secundárias, necessárias, livre ou contingentemente.

Ref. Jer. 32:19; At. 2:13; Gen. 8:22; Jer. 31:35; Isa.10:6-7.

III. Na sua providência ordinária Deus emprega meios; todavia, ele é livre para operar sem eles, sobre eles ou contra eles, segundo o seu arbítrio.

Ref. At. 27:24, 31; Isa. 55:10-11; Os.1:7; Rom. 4:20-21; Dan.3:27; João 11:34-45; Rom. 1:4.

IV. A onipotência, a sabedoria inescrutável e a infinita bondade de Deus, de tal maneira se manifestam na sua providência, que esta se estende até a primeira queda e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens, e isto não por uma mera permissão, mas por uma permissão tal que, para os seus próprios e santos desígnios, sábia e poderosamente os limita, e regula e governa em uma múltipla dispensação mas essa permissão é tal, que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão somente da criatura e não de Deus, que, sendo santíssimo e justíssimo, não pode ser o autor do pecado nem pode aprová-lo.

Ref. Isa. 45:7; Rom. 11:32-34; At. 4:27-28; Sal. 76:10; II Reis 19:28; At.14:16; Gen. 50:20; Isa. 10:12; I João 2:16; Sal. 50:21; Tiago 1:17.

V. O mui sábio, justo e gracioso Deus muitas vezes deixa por algum tempo seus filhos entregues a muitas tentações e à corrupção dos seus próprios corações, para castigá-los pelos seus pecados anteriores ou fazer-lhes conhecer o poder oculto da corrupção e dolo dos seus corações, a fim de que eles sejam humilhados; para animá-los a dependerem mais intima e constantemente do apoio dele e torná-los mais vigilantes contra todas as futuras ocasiões de pecar, para vários outros fins justos e santos.

Ref. II Cron. 32:25-26, 31; II Sam. 24:1, 25; Luc. 22:31-32; II Cor. 12:7-9.

VI. Quanto àqueles homens malvados e ímpios que Deus, como justo juiz, cega e endurece em razão de pecados anteriores, ele somente lhes recusa a graça pela qual poderiam ser iluminados em seus entendimentos e movidos em seus corações, mas às vezes tira os dons que já possuíam, e os expõe a objetos que a sua corrupção torna ocasiões de pecado; além disso os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Satanás: assim acontece que eles se endurecem sob as influências dos meios que Deus emprega para o abrandamento dos outros.

Ref. Rom. 1:24-25, 28 e 11:7; Deut. 29:4; Mar. 4:11-12; Mat. 13:12 e 25:29; II Reis 8:12-13; Sal.81:11-12; I Cor. 2:11; II Cor. 11:3; Exo. 8:15, 32; II Cor. 2:15-16; Isa. 8:14.

VII. Como a providência de Deus se estende, em geral, a todos os crentes, também de um modo muito especial ele cuida da Igreja e tudo dispõe a bem dela.

Ref. Amós 9:8-9; Mat. 16:18; Rom. 8-28; I Tim. 4: 10.

CAPÍTULO VI

DA QUEDA DO HOMEM, DO PECADO E DO SEU CASTIGO

I. Nossos primeiros pais, seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram, comendo do fruto proibido. Segundo o seu sábio e santo conselho, foi Deus servido permitir este pecado deles, havendo determinado ordená-lo para a sua própria glória.

Ref. Gen. 3:13; II Cor. 11:3; Rom. 11:32 e 5:20-21.

II. Por este pecado eles decaíram da sua retidão original e da comunhão com Deus, e assim se tornaram mortos em pecado e inteiramente corrompidos em todas as suas faculdades e partes do corpo e da alma.

Ref. Gen. 3:6-8; Rom. 3:23; Gen. 2:17; Ef. 2:1-3; Rom. 5:12; Gen. 6:5; Jer. 17:9; Tito 1:15; Rom.3:10-18.

III. Sendo eles o tronco de toda a humanidade, o delito dos seus pecados foi imputado a seus filhos; e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária.

Ref. At. 17:26; Gen. 2:17; Rom. 5:17, 15-19; I Cor. 15:21-22,45, 49; Sal.51:5; Gen.5:3; João3:6.

IV. Desta corrupção original pela qual ficamos totalmente indispostos, adversos a todo o bem e inteiramente inclinados a todo o mal, é que procedem todas as transgressões atuais.

Ref. Rom. 5:6, 7:18 e 5:7; Col. 1:21; Gen. 6:5 e 8:21; Rom. 3:10-12; Tiago 1:14-15; Ef. 2:2-3; Mat. 15-19.

V. Esta corrupção da natureza persiste, durante esta vida, naqueles que são regenerados; e, embora seja ela perdoada e mortificada por Cristo, todavia tanto ela, como os seus impulsos, são real e propriamente pecado.

Ref. Rom. 7:14, 17, 18, 21-23; Tiago 3-2; I João 1:8-10; Prov. 20:9; Ec. 7-20; Gal.5:17.

VI. Todo o pecado, tanto o original como o atual, sendo transgressão da justa lei de Deus e a ela contrária, torna, pela sua própria natureza, culpado o pecador e por essa culpa está ele sujeito à ira de Deus e à maldição da lei e, portanto, exposto à morte, com todas as misérias espirituais, temporais e eternas.

Ref. I João 3:4; Rom. 2: 15; Rom. 3:9, 19; Ef. 2:3; Gal. 3:10; Rom. 6:23; Ef. 6:18; Lam, 3:39; Mat. 25:41; II Tess. 1:9.

CAPÍTULO VII

DO PACTO DE DEUS COM O HOMEM

I. Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como ao seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido significar por meio de um pacto.

Ref. Jó 9:32-33; Sal. 113:5-6; At. 17:24-25; Luc. 17: 10.

II. O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras; nesse pacto foi a vida prometida a Adão e nele à sua posteridade, sob a condição de perfeita obediência pessoal.

Ref. Gal. 3:12; Rom. 5: 12-14 e 10:5; Gen. 2:17; Gal. 3: 10.

III. O homem, tendo-se tornado pela sua queda incapaz de vida por esse pacto, o Senhor dignou-se fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo deles a fé nele para que sejam salvos; e prometendo dar a todos os que estão ordenados para a vida o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer.

Ref. Gal. 3:21; Rom. 3:20-21 e 8:3; Isa. 42:6; Gen. 3:15; Mat. 28:18-20; João 3:16; Rom. 1:16-17 e 10:6-9; At. 13:48; Ezeq. 36:26-27; João 6:37, 44, 45; Luc. 11: 13; Gal. 3:14.

IV. Este pacto da graça é freqüentemente apresentado nas Escrituras pelo nome de Testamento, em referência à morte de Cristo, o testador, e à perdurável herança, com tudo o que lhe pertence, legada este pacto.

Ref. Hebr. 9:15-17.

V. Este pacto no tempo da Lei não foi administrado como no tempo do Evangelho. Sob a Lei foi administrado por promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, pelo cordeiro pascoal e outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, prefigurando, tudo, Cristo que havia de vir; por aquele tempo essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a vida eterna: essa dispensação chama-se o Velho Testamento.

Ref. II Cor. 3:6-9; Rom. 6:7; Col. 2:11-12; I Cor. 5:7 e 10:14; Heb. 11:13; João 8:36; Gal. 3:7-9, 14.

VI. Sob o Evangelho, quando foi manifestado Cristo, a substância, as ordenanças pelas quais este pacto é dispensado são a pregação da palavra e a administração dos sacramentos do batismo e da ceia do Senhor; por estas ordenanças, posto que poucas em número e administradas com maior simplicidade e menor glória externa, o pacto é manifestado com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual, a todas as nações, aos judeus bem como aos gentios. É chamado o Novo Testamento. Não há, pois, dois pactos de graça diferentes em substância mas um e o mesmo sob várias dispensações.

Ref. Col. 2:17; Mat. 28:19-2; I Cor. 11:23-25; Heb. 12:22-24; II Cor. 3:9-11; Luc. 2:32; Ef. 2:15- 19; Luc. 22:20; Gal. 3:14-16; At. 15: 1 1; Rom. 3:21-22, 30 e 4:16-17, e 23-24; Heb. 1:1-2.

CAPÍTULO VIII DE CRISTO O MEDIADOR

I. Aprouve a Deus em seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho Unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem, o Profeta, Sacerdote e Rei, o Cabeça e Salvador de sua Igreja, o Herdeiro de todas as coisas e o Juiz do Mundo; e deu-lhe desde toda a eternidade um povo para ser sua semente e para, no tempo devido, ser por ele remido, chamado, justificado, santificado e glorificado.

Ref. Isa. 42: 1; I Ped. 1: 19-20; I Tim. 2:5; João 3:16; Deut. 18:15; At. 3:20-22; Heb. 5:5-6; Isa. 9:6-7; Luc. 1:33; Heb. 1:2; Ef. 5:23; At. 17:31; II Cor.5:10; João 17:6; Ef. 1:4; I Tim. 2:56; I Cor. 1:30; Rom.8:30.

II. O Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a ele, quando chegou o cumprimento do tempo, tomou sobre si a natureza humana com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, contudo sem pecado, sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria e da substância dela. As duas naturezas, inteiras, perfeitas e distintas - a Divindade e a humanidade – foram inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão composição ou confusão; essa pessoa é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém, um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem.

Ref. João 1:1,14; I João 5:20; Fil. 2:6; Gal. 4:4; Heb. 2:14, 17 e 4:15; Luc. 1:27, 31, 35; Mat. 16:16; Col. 2:9; Rom. 9:5; Rom. 1:3-4; I Tim. 2:5.

III. O Senhor Jesus, em sua natureza humana unida à divina, foi santificado e sem medida ungido com o Espírito Santo tendo em si todos os tesouros de sabedoria e ciência. Aprouve ao Pai que nele habitasse toda a plenitude, a fim de que, sendo santo, inocente, incontaminado e cheio de graça e verdade, estivesse perfeitamente preparado para exercer o ofício de Mediador e Fiador. Este ofício ele não tomou para si, mas para ele foi chamado pelo Pai, que lhe pôs nas mãos todo o poder e todo o juízo e lhe ordenou que os exercesse.

Ref. Sal. 45:5; João 3:34; Heb. 1:8-9; Col. 2:3, e 1:9; Heb. 7:26; João 1: 14; At. 10:38; Heb. 12:24, e 5:4-5; João 5:22, 27; Mat. 28:18.

IV. Este ofício o Senhor Jesus empreendeu mui voluntariamente. Para que pudesse exercê-lo, foi feito sujeito à lei, que ele cumpriu perfeitamente; padeceu imediatamente em sua alma os mais cruéis tormentos e em seu corpo os mais penosos sofrimentos; foi crucificado e morreu; foi sepultado e ficou sob o poder da morte, mas não viu a corrupção; ao terceiro dia ressuscitou dos mortos com o mesmo corpo com que tinha padecido; com esse corpo subiu ao céu, onde está sentado à destra do Pai, fazendo intercessão; de lá voltará no fim do mundo para julgar os homens e os anjos.

Ref. Sal. 40:7-8; Heb. 10:5-6; João 4:34; Fil. 2-8; Gal. 4:4; Mat. 3:15 e 5:17; Mat. 26:37-38; Luc.22:24; Mat. 27.46; Fil 2:8; At. 2:24, 27 e 13:37; I Cor.15:4; João 20:25-27; Luc. 24:50-51; II Ped. 3:22; Rom. 8:34; Heb. 7:25; Rom. 14:10; At. 1:11, João5:28-29; Mat. 13:40-42.

V. O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que pelo Eterno Espírito, ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfaz plenamente à justiça do Pai. e para todos aqueles que o Pai lhe deu adquiriu não só a reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos Céus.

Ref. Rom. 5: 19 e :25-26; Heb. 10: 14; Ef. 1: 11, 14; Col.1:20; II Cor.5: 18; 20; João 17:2; Heb.9:12,15.

VI. Ainda que a obra da redenção não foi realmente cumprida por Cristo senão depois da sua encarnação; contudo a virtude, a eficácia e os benefícios dela, em todas as épocas sucessivamente desde o princípio do mundo, foram comunicados aos eleitos naquelas promessas, tipos e sacrifícios, pelos quais ele foi revelado e significado como a semente da mulher que devia esmagar a cabeça da serpente, como o cordeiro morto desde o princípio do mundo, sendo o mesmo ontem, hoje e para sempre.

Ref. Gal. 4:45; Gen. 3:15; Heb. 3:8.

VII. Cristo, na obra da mediação, age de conformidade com as suas duas naturezas, fazendo cada natureza o que lhe é próprio: contudo, em razão da unidade da pessoa, o que é próprio de uma natureza é às vezes, na Escritura, atribuído à pessoa denominada pela outra natureza.

Ref. João 10:17-18; I Ped. 3:18; Heb. 9:14; At. 20:28; João3:13

VIII. Cristo, com toda a certeza e eficazmente aplica e comunica a salvação a todos aqueles para os quais ele a adquiriu. Isto ele consegue, fazendo intercessão por eles e revelando-lhes na palavra e pela palavra os mistérios da salvação, persuadindo-os eficazmente pelo seu Espírito a crer e a obedecer, dirigindo os corações deles pela sua palavra e pelo seu onipotente poder e sabedoria, da maneira e pelos meios mais conformes com a sua admirável e inescrutável dispensação.

Ref. João 6:37; 39 e 10:15-16; I João 2:1; João 15:15; Ef. 1:9; João 17:6; II Cor. 4:13; Rom. 8:9, 14 e 15:18-19; João 17:17; Sal. 90:1; I Cor. 15: 25-26; Col. 2:15; Luc. 10: 19.

CAPÍTULO IX DO LIVRE ARBITRIO

I. Deus dotou a vontade do homem de tal liberdade, que ele nem é forçado para o bem ou para o mal, nem a isso é determinado por qualquer necessidade absoluta da sua natureza.

Ref. Tiago 1:14; Deut. 30:19; João 5:40; Mat. 17:12; At.7:51; Tiago 4:7.

II. O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que é bom e agradável a Deus, mas mudavelmente, de sorte que pudesse decair dessa liberdade e poder.

Ref. Ec. 7:29; Col. 3: 10; Gen. 1:26 e 2:16-17 e 3:6.

III. O homem, caindo em um estado de pecado, perdeu totalmente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação, de sorte que um homem natural, inteiramente adverso a esse bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso.

Ref. Rom. 5:6 e 8:7-8; João 15:5; Rom. 3:9-10, 12, 23; Ef.2:1, 5; Col. 2:13; João 6:44, 65; I Cor. 2:14; Tito 3:3-5.

IV. Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta da sua natural escravidão ao pecado e, somente pela sua graça, o habilita a querer e fazer com toda a liberdade o que é espiritualmente bom, mas isso de tal modo que, por causa da corrupção, ainda nele existente, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau.

Ref. Col.1: 13; João 8:34, 36; Fil. 2:13; Rom. 6:18, 22; Gal.5:17; Rom. 7:15, 21-23; I João 1:8, 10.

V. É no estado de glória que a vontade do homem se torna perfeita e imutavelmente livre para o bem só.

Ref. Ef. 4:13; Judas, 24; I João 3:2.

CAPÍTULO X DA VOCAÇÃO EFICAZ

I. Todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente pela sua palavra e pelo seu Espírito, tirando-os por Jesus Cristo daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza, e transpondo-os para a graça e salvação. Isto ele o faz, iluminando os seus entendimentos espiritualmente a fim de compreenderem as coisas de Deus para a salvação, tirando-lhes os seus corações de pedra e dando lhes corações de carne, renovando as suas vontades e determinando-as pela sua onipotência para aquilo que é bom e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo, mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça.

Ref. João 15:16; At. 13:48; Rom. 8:28-30 e 11:7; Ef. 1:5,10; I Tess. 5:9; 11 Tess. 2:13-14; II Cor.3:3,6; Tiago 1:18; I Cor. 2:12; Rom. 5:2; II Tim. 1:9-10; At. 26:18; I Cor. 2:10, 12; Ef. 1:17-18; II Cor. 4:6; Eze. 36:26, e 11:19; Deut. 30:6; João 3:5; Gal. 6:15; Tito 3:5; I Ped. 1:23; João 6:44-45; Sal. 90:3; João 9:3; João6:37; Mat. 11:28; Apoc. 22:17.

II. Esta vocação eficaz é só da livre e especial graça de Deus e não provem de qualquer coisa prevista no homem; na vocação o homem é inteiramente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo, fica habilitado a corresponder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada.

Ref. II Tim. 1:9; Tito 3:4-5; Rom. 9:11; I Cor. 2:14; Rom. 8:7-9; Ef. 2:5; João 6:37; Eze. 36:27; João5:25.

III. As crianças que morrem na infância, sendo eleitas, são regeneradas e por Cristo salvas, por meio do Espírito, que opera quando, onde e como quer, Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da palavra.

Ref. Gen. 17:7; Sal. 105:8-10; Eze. 16-20-21; Luc. 18:1516; At. 2:39; Gal. 3:29; João 3:8 e 16:7-8; I João 5: 12; At. 4:12.

IV. Os não eleitos, posto que sejam chamados pelo ministério da palavra e tenham algumas das operações comuns do Espírito, contudo não se chegam nunca a Cristo e portanto não podem ser salvos; muito menos poderão ser salvos por qualquer outro meio os que não

professam a religião cristã, por mais diligentes que sejam em conformar as suas vidas com a luz da natureza e com a lei da religião que professam; o asseverar e manter que podem é muito pernicioso e detestável.

Ref. Mat. 13:14-15; At. 28:24; Mat. 22:14; Mat. 13:20-21, e 7:22; Heb. 6:4-5; João 6:64-66, e 8:24; At. 4:12; João 14:6 e 17:3; Ef. 2:12-13; II João 10:11; Gal. 1:8; I Cor. 16:22.

CAPÍTULO XI DA JUSTIFICAÇÃO

I. Os que Deus chama eficazmente, também livremente justifica. Esta justificação não consiste em Deus infundir neles a justiça, mas em perdoar os seus pecados e em considerar e aceitar as suas pessoas como justas. Deus não os justifica em razão de qualquer coisa neles operada ou por eles feita, mas somente em consideração da obra de Cristo; não lhes imputando como justiça a própria fé, o ato de crer ou qualquer outro ato de obediência evangélica, mas imputando-lhes a obediência e a satisfação de Cristo, quando eles o recebem e se firmam nele pela fé, que não têm de si mesmos, mas que é dom de Deus.

Ref. Rom. 8:30 e 3:24, 27-28; II Cor. 5:19, 21; Tito 3:5-7; Ef. 1:7; Jer. 23:6; João 1:12 e 6:44-45; At. 10:43-44; Fil. 1:20; Ef. 2:8.

II. A fé, assim recebendo e assim se firmando em Cristo e na justiça dele, é o único instrumento de justificação; ela, contudo não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as outras graças salvadores; não é uma fé morta, mas obra por amor.

Ref. João 3:16, 18, 36; Rom. 3:28, e 5:1; Tiago 2:17, 22, 26; Gal. 5:6.

III. Cristo, pela sua obediência e morte, pagou plenamente a dívida de todos os que são justificados, e, em lugar deles, fez a seu Pai uma satisfação própria, real e plena. Contudo, como Cristo foi pelo Pai dado em favor deles e como a obediência e satisfação dele foram aceitas em lugar deles, ambas livremente e não por qualquer coisa neles existente, a justificação deles é só da livre graça, a fim de que tanto a justiça restrita como a abundante graça de Deus sejam glorificadas na justificação dos pecadores.

Ref. Rom. 5:8, 9, 18; II Tim. 2:5-6; Heb. 10:10, 14; Rom. 8:32; II Cor. 5:21; Mat. 3:17; Ef. 5:2; Rom. 3:26; Ef. 2:7.

IV. Deus, desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos, e Cristo, no cumprimento do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para a justificação deles; contudo eles não são justificados enquanto o Espírito Santo, no tempo próprio, não lhes aplica de fato os méritos de Cristo.

Ref. Gal. 3:8; I Ped. 1:2, 19-20; Gal. 4:4; I Tim. 2:6; Rom. 4:25; I Ped. 1:21; Col. 1:21-22; Tito 3:4-7.

V. Deus continua a perdoar os pecados dos que são justificados. Embora eles nunca poderão decair do estado de justificação, poderão, contudo, incorrer no paternal desagrado de Deus. e ficar privados da luz do seu rosto, até que se humilhem, confessem os seus pecados, peçam perdão e renovem a sua fé e o seu arrependimento.

Ref. Mat. 6:12; I João 1:7, 9, e 2:1-2; Luc. 22:32; João 10:28; Sal. 89:31-33; e 32:5.

VI. A justificação dos crentes sob o Velho Testamento era, em todos estes respeitos, a mesma justificação dos crentes sob o Novo Testamento.

Ref. Gal. 3:9, 13-14; Rom. 4:22, 24.

CAPÍTULO XII DA ADOÇÃO

Todos os que são justificados é Deus servido, em seu único Filho Jesus Cristo e por ele, fazer participantes da graça da adoção. Por essa graça eles são recebidos no número dos filhos de Deus e gozam a liberdade e privilégios deles; têm sobre si o nome deles, recebem o Espírito de adoção, têm acesso com confiança ao trono da graça e são habilitados, a clamar "Abba, Pai"; são tratados com comiseração, protegidos, providos e por ele corrigidos, como por um pai; nunca, porém, abandonados, mas selados para o dia de redenção, e herdaram as promessas, como herdeiros da eterna salvação.

Ref. Ef. 1:5; Gal. 4:4-5; Rom. 8:17; João 1: 12; Jer. 14:9; II Cor. 6:18; Apoc. 3:12; Rom. 8:15; Ef. 3:12; Gal. 4:6; Sal. 103:13; Prov. 14:26; Mat. 6:30, 32; Heb. 12:6; Lam. 3:31-32; Ef. 4:30; Heb. 6:12; I Ped. 1: 3-4; Heb. 1: 14.

CAPÍTULO XIII DA SANTIFICAÇÃO

I. Os que são eficazmente chamados e regenerados, tendo criado em si um novo coração e um novo espírito, são além disso santificados real e pessoalmente, pela virtude da morte e ressurreição de Cristo, pela sua palavra e pelo seu Espírito, que neles habita; o domínio do corpo do pecado é neles todo destruído, as suas várias concupiscências são mais e mais enfraquecidas e mortificadas, e eles são mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvadores, para a prática da verdadeira santidade, sem a qual ninguém verá a Deus.

Ref. I Cor. 1:30; At. 20:32; Fil. 3:10; Rom. 6:5-6; João 17:17, 19; Ef. 5:26; II Tess. 2:13; Rom. 6:6, 14; Gal. 5:24; Col., 1:10-11; Ef. 3:16-19; II Cor. 7:1; Col. 1:28, e 4:12; Heb. 12:14.

II. Esta santificação é no homem todo, porém imperfeita nesta vida; ainda persistem em todas as partes dele restos da corrupção, e daí nasce uma guerra contínua e irreconciliável - a carne lutando contra o espírito e o espírito contra a carne.

Ref. I Tess. 5:23; I João 1:10; Fil. 3:12; Gal. 5:17; I Ped.2:11.

III. Nesta guerra, embora prevaleçam por algum tempo as corrupções que ficam, contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada do homem novo vence, e assim os santos crescem em graça, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus.

Ref. Rom. 7:23, e 6:14; I João 5:4; Ef. 4:15-16; II Ped. 3:18; II Cor. 3:18, e 7: 1.

CAPÍTULO XIV DA FÉ SALVADORA

I. A graça da fé, pela qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação das suas almas, é a obra que o Espírito de Cristo faz nos corações deles, e é ordinariamente operada pelo ministério da palavra; por esse ministério, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida.

Ref. Heb. 10:39; II Cor. 4:13; Ef. 1:17-20, e 2:8; Mat. 28:19-20; Rom. 10:14, 17; I Cor. 1:21; I Ped. 2:2; Rom. 1:16-17; Luc. 22:19; João 6:54-56; Rom. 6:11; Luc. 17:5, e 22:32.

II. Por essa fé o cristão, segundo a autoridade do mesmo Deus que fala em sua palavra, crê ser verdade tudo quanto nela é revelado, e age de conformidade com aquilo que cada passagem contém em particular, prestando obediência aos mandamentos, tremendo às ameaças e abraçando as promessas de Deus para esta vida e para a futura; porém os principais atos de fé salvadora são - aceitar e receber a Cristo e firmar-se só nele para a justificação, santificação e vida eterna, isto em virtude do pacto da graça.

Ref. João 6:42; I Tess. 2:13; I João 5:10; At. 24:14; Mat. 22:37-40; Rom. 16:26; Isa. 66:2; Heb. 11:13; I Tim. 6:8; João 1:12; At. 16:31; Gal. 2:20; At. 15: 11.

III. Esta fé é de diferentes graus, é fraca ou forte; pode ser muitas vezes e de muitos modos assaltada e enfraquecida, mas sempre alcança a vitória, atingindo em muitos a uma perfeita segurança em Cristo, que é não somente o autor, como também o consumidor da fé.

Ref. Rom. 4:19-20; Mat. 6:30, e 5: 10; Ef. 6:16; I João 4:5; Heb. 6:11, 12, 10:22 e 12:2.

CAPÍTULO XV DO ARREPENDIMENTO PARA A VIDA

I. O arrependimento para a vida é uma graça evangélica, cuja doutrina deve ser tão pregada por todo o ministro do Evangelho como a da fé em Cristo.

Ref. At. 11: 18; Luc. 24:47; Mar. 1: 15; At. 20:21.

II. Movido pelo reconhecimento e sentimento, não só do perigo, mas também da impureza e odiosidade do pecado como contrários à santa natureza e justa lei de Deus; apreendendo a misericórdia divina manifestada em Cristo aos que são penitentes, o pecador pelo arrependimento, de tal maneira sente e aborrece os seus pecados, que, deixando-os, se volta para Deus, tencionando e procurando andar com ele em todos os caminhos dos seus mandamentos.

Ref. Eze. 18:30-31 e 34:31; Sal. 51:4; Jer. 31:18-19; II Cor. 7:11; Sal. 119:6, 59, 106; Mat. 21:28-29.

III. Ainda que não devemos confiar no arrependimento como sendo de algum modo uma satisfação pelo pecado ou em qualquer sentido a causa do perdão dele, o que é ato da livre graça de Deus em Cristo, contudo, ele é de tal modo necessário aos pecadores, que sem ele ninguém poderá esperar o perdão.

Ref. Eze. 36:31-32 e 16:63; Os. 14:2, 4; Rom. 3:24; Ef. 1: 7; Luc. 13:3, S; At. 17:30,31.

IV. Como não há pecado tão pequeno que não mereça a condenação, assim também não há pecado tão grande que possa trazer a condenação sobre os que se arrependem verdadeiramente.

Ref. Rom. 6:23; Mat. 12:36; Isa. 55: 7; Rom. 8:1; Isa. 1: 18.

V. Os homens não devem se contentar com um arrependimento geral, mas é dever de todos procurar arrepender-se particularmente de cada um dos seus pecados.

Ref. Sal. 19:13; Luc. 19:8; I Tim. 1:13, 15.

VI. Como todo o homem é obrigado a fazer a Deus confissão particular das suas faltas, pedindo-lhe o perdão delas, fazendo o que, achará misericórdia, se deixar os seus pecados, assim também aquele que escandaliza a seu irmão ou a Igreja de Cristo, deve estar pronto, por uma confissão particular ou pública do seu pecado e do pesar que por ele sente, a declarar o seu arrependimento aos que estão ofendidos; isto feito, estes devem reconciliar-se com ele e recebê-lo em amor.

Ref. Sal. 32:5-6; Prov. 28:13; I João 1:9; Tiago 5: 16; Luc. 17:3-4; Josué 7:19; II Cor. 2:8.

CAPÍTULO XVI DAS BOAS OBRAS

I. Boas obras são somente aquelas que Deus ordena em sua santa palavra, não as que, sem autoridade dela, são aconselhadas pelos homens movidos de um zelo cego ou sob qualquer outro pretexto de boa intenção.

Ref. Miq. 6:8; Rom. 12:2; Heb. 13:21; Mat. 15:9; Isa. 29:13; I Ped. 1:18; João 16:2; Rom. 10:2; I Sam. 15:22; Deut. 10:12-13; Col. 2:16, 17, 20-23.

II. Estas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são o fruto e as evidências de uma fé viva e verdadeira; por elas os crentes manifestam a sua gratidão, robustecem a sua confiança, edificam os seus irmãos, adornam a profissão do Evangelho, tapam a boca aos adversários e glorificam a Deus, cuja feitura são, criados em Jesus Cristo para isso mesmo, a fim de que, tendo o seu fruto em santificação, tenham no fim a vida eterna.

Ref. Tiago 2:18, 22; Sal. 116-12-13; I Ped. 2:9; I João 2:3,5; II Ped. 1:5-10; II Cor. 9:2; Mat. 5:16; I Tim. 4:12; Tito 2:5, 9,12; I Tim. 6:1; I Pedr. 2:12, 15; Fil. 1,11; João 15:8; Ef. 2:10; Rom. 6:22.

III. O poder de fazer boas obras não é de modo algum dos próprios fiéis, mas provém inteiramente do Espírito de Cristo. A fim de que sejam para isso habilitados, é necessário, além da graça que já receberam, uma influência positiva do mesmo Espírito Santo para obrar neles o querer e o perfazer segundo o seu beneplácito; contudo, não devem por isso tornar-se negligentes, como se não fossem obrigados a cumprir qualquer dever senão quando movidos

especialmente pelo Espírito, mas devem esforçar-se por estimular a graça de Deus que há neles.

Ref. João 15:4-6; Luc. 11:13; Fil. 2:13, e 4:13; II Cor. 3:5; Ef. 3:16; Fil. 2:12; Heb. 6:11-12; Isa. 64:7.

IV. Os que alcançam pela sua obediência a maior perfeição possível nesta vida estão tão longe de exceder as suas obrigações e fazer mais do que Deus requer, que são deficientes em muitas coisas que são obrigados a fazer.

Ref. Luc. 17: 10; Gal. 5: 17.

V. Não podemos, pelas nossas melhores obras, merecer da mão de Deus perdão de pecado ou a vida eterna, porque é grande a desproporção que há entre eles e a glória porvir, e infinita a distância que vai de nós a Deus, a quem não podemos ser úteis por meio delas, nem satisfazer pela dívida dos nossos pecados anteriores; e porque, como boas, procedem do Espírito e, como nossas, são impuras e misturadas com tanta fraqueza e imperfeição, que não podem suportar a severidade do juízo de Deus; assim, depois que tivermos feito tudo quanto podemos, temos cumprido tão somente, o nosso dever, e somos servos inúteis.

Ref. Rom. 3:20, e 4:2,4, 6; Éf. 2:8-9; Luc. 17:10; Gal. 5:22-23; Isa. 64-6; Sal. 143, 2, e 130:3.

VI. Não obstante o que havemos dito, sendo aceitas por meio de Cristo as pessoas dos crentes, também são aceitas nele as boas obras deles, não como se fossem, nesta vida, inteiramente puras e irrepreensíveis à vista de Deus, mas porque Deus considerando-as em seu Filho, é servido aceitar e recompensar aquilo que é sincero, embora seja acompanhado de muitas fraquezas e imperfeições.

Ref. Ef. 1:6; I Ped. 2:5; Sal. 143:2; II Cor. 8:12; Heb. 6:10; Mat. 2,5:21, 23.

VII. As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam, quanto à matéria, coisas que Deus ordena, e úteis tanto a si mesmos como aos outros, contudo, porque procedem de corações não purificados pela fé, não são feitas devidamente - segundo a palavra; - nem para um fim justo - a glória de Deus; são pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem preparar o homem para receber a graça de Deus; não obstante, o negligenciá-las é ainda mais pecaminoso e ofensivo a Deus.

Ref. II Reis 10:30, 31; Fil. 1:15-16, 18; Heb. 11:4, 6; Mar. 10:20-21; I Cor. 13:3; Isa. 1:12; Mat. 6:2, 5, 16; Ag. 2:14; Amós 5:21-22; Mar. 7:6-7; Sal. 14:4; e 36:3; Mat. 2,5:41-45, e 23:23.

CAPÍTULO XVII DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

I. Os que Deus aceitou em seu Bem-amado, os que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado da graça, nem total, nem finalmente; mas, com toda a certeza hão de perseverar nesse estado até o fim e serão eternamente salvos.

Ref. Fil. 1: 6; João 10: 28-29; I Ped. 1:5, 9.

II. Esta perseverança dos santos não depende do livre arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai, da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo, da permanência do Espírito e da semente de Deus neles e da natureza do pacto da graça; de todas estas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade.

Ref. II Tim. 2:19; Jer. 31:3; João 17:11, 24; Heb 7:25; Luc. 22:32; Rom. 8:33, 34, 38-39; João 14:16-17; I João 2:27 e 3:9; Jer. 32:40; II Tess. 3:3; I João 2:19; João 10:28.

III. Eles, porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela força da corrupção neles restante e pela negligência dos meios de preservação, podem cair em graves pecados e por algum tempo continuar neles; incorrem assim no desagrado de Deus, entristecem o seu Santo Espírito e de algum modo vêm a ser privados das suas graças e confortos; têm os seus corações endurecidos e as suas consciências feridas; prejudicam e escandalizam os outros e atraem sobre si juízos temporais.

Ref. Sal. 51:14; Mat. 26:70-74; II Sam. 12:9, 13; Isa. 64:7, 9; II Sam. 11:27; Ef. 6:30; Sal. 51:8, 10, 12; Apoc. 2:4; Isa. 63:17; Mar. 6:52; Sal. 32:3-4; II Sam. 12:14; Sal. 89:31-32; I Cor. 11:32.

CAPÍTULO XVIII DA CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

I. Ainda que os hipócritas e os outros não regenerados podem iludir-se vãmente com falsas esperanças e carnal presunção de se acharem no favor de Deus e em estado de Salvação, esperança essa que perecerá, contudo, os que verdadeiramente crêem no Senhor Jesus e o amam com sinceridade, procurando andar diante dele em toda a boa consciência, podem, nesta vida, certificar-se de se acharem em estado de graça e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, nessa esperança que nunca os envergonhará.

Ref. Deut. 29:19; Miq. 3:11; João 5:41; Mat. 8:22-23; I João 2:3 e 5: 13; Rom. 5:2, S; II Tim. 4:7-8.

II. Esta certeza não é uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa falsa esperança, mas uma infalível segurança da fé, fundada na divina verdade das promessas de salvação, na evidência interna daquelas graças a que são feitas essas promessas, no testemunho do Espírito de adoção que testifica com os nossos espíritos sermos nós filhos de Deus, no testemunho desse Espírito que é o penhor de nossa herança e por quem somos selados para o dia da redenção.

Ref. Heb. 6:11, 17-19; I Ped. 1:4-5, 10-11; I João 3:14; Rom.8:15-16; Ef.1: 13-14, e 4:30; II Cor.1:21-22.

III. Esta segurança infalível não pertence de tal modo à essência da fé, que um verdadeiro crente, antes de possuí-la, não tenha de esperar muito e lutar com muitas dificuldades; contudo, sendo pelo Espírito habilitado a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode alcançá-la sem revelação extraordinária, no devido uso dos meios ordinários. É, pois, dever de todo o fiel fazer toda a diligência para tornar certas a sua vocação e eleição, a fim de que por esse modo seja o seu coração no Espírito Santo confirmado em paz e gozo, em amor e gratidão para com Deus, em firmeza e alegria nos deveres da obediência que são

os frutos próprios desta segurança. Este privilégio está, pois, muito longe de predispor os homens à negligência.

Ref. I João 5:13; I Cor. 2:12; I João 4:13; Heb. 6:11-12; II Ped. 1:10; Rom. 5:1-2, 5. 14:17, e 15:13; Sal. 119:32; Rom. 6:1-2; Tito 2:11-12, 14; II Cor. 7: 1; Rom. 8: 1; 12; I João 1:6-7, e 3:2-3.

IV. Por diversos modos podem os crentes ter a sua segurança de salvação abalada, diminuída e interrompida negligenciando a conservação dela, caindo em algum pecado especial que fira a consciência e entristeça o Espírito Santo, cedendo a fortes e repentinas tentações, retirando Deus a luz do seu rosto e permitindo que andem em trevas e não tenham luz mesmo os que temem; contudo, eles nunca ficam inteiramente privados daquela semente de Deus e da vida da fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever; dessas bênçãos a certeza de salvação poderá, no tempo próprio, ser restaurada pela operação do Espírito, e por meio delas eles são, no entanto, suportados para não caírem no desespero absoluto.

Ref. Sal. 51: 8, 12, 14; Ef. 4:30; Sal. 77: 1-10, e 31:32; I João 3:9; Luc. 22:32; Miq. 7:7-9; Jer. 32:40; II Cor. 4:8-10.

CAPÍTULO XIX DA LEI DE DEUS

I. Deus deu a Adão uma lei como um pacto de obras. Por este pacto Deus o obrigou, bem como toda sua posteridade, a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; prometeu-lhe a vida sob a condição dele cumprir com a lei e o ameaçou com a morte no caso dele violá-la; e dotou-o com o poder e capacidade de guardá-la.

Ref. Gen. 1:26, e 2:17; Ef. 4:24; Rom. 2:14-15, e 10:5, e 5:12, 19.

II. Essa lei, depois da queda do homem, continuou a ser uma perfeita regra de justiça. Como tal, foi por Deus entregue no monte Sinai em dez mandamentos e escrita em duas tábuas; os primeiros quatro mandamentos ensinam os nossos deveres para com Deus e os outros seis os nossos deveres para com o homem.

Ref. Tiago 1:25 e 2:8, 10; Deut. 5:32, e 10:4; Mat. 22:37-40.

III. Além dessa lei, geralmente chamada lei moral, foi Deus servido dar ao seu povo de Israel, considerado uma igreja sob a sua tutela, leis cerimoniais que contêm diversas ordenanças típicas. Essas leis, que em parte se referem ao culto e prefiguram Cristo, as suas graças, os seus atos, os seus sofrimentos e os seus benefícios, e em parte representam várias instruções de deveres morais, estão todas abrogadas sob o Novo Testamento.

Ref. Heb.10:1; Gal. 4:1-3; Col. 2:17; Exo. 12:14; I Cor.5:7; II Cor. 6:17; Col. 2:14, 16-17; Ef. 2:15-16.

IV. A esse mesmo povo, considerado como um corpo político, Deus deu leis civis que terminaram com aquela nacionalidade, e que agora não obrigam além do que exige a sua equidade geral.

Ref. Exo. 21, e 22:1-29; Gen. 49:10; Mat. 5:38-39.

V. A lei moral obriga para sempre a todos a prestar-lhe obediência, tanto as pessoas justificadas como as outras, e isto não somente quanto à matéria nela contida, mas também pelo respeito à autoridade de Deus, o Criador, que a deu. Cristo, no Evangelho, não desfaz de modo algum esta obrigação, antes a confirma.

Ref. I João 2:3-4, 7; Rom. 3:31; Tiago, 2:8, 10, 11; Rom- 3:19- Mat. 5:18-19.

VI. Embora os verdadeiros crentes não estejam debaixo da lei como pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados, contudo, ela lhes serve de grande proveito, como aos outros; manifestando-lhes, como regra de vida, a vontade de Deus, e o dever que eles têm, ela os dirige e os obriga a andar segundo a retidão; descobre-lhes também as pecaminosas poluições da sua natureza, dos seus corações e das suas vidas, de maneira que eles, examinando-se por meio dela, alcançam mais profundas convicções do pecado, maior humilhação por causa deles e maior aversão a eles, e ao mesmo tempo lhes dá uma melhor apreciação da necessidade que têm de Cristo e da perfeição da obediência dele. Ela é também de utilidade aos regenerados, a fim de conter a sua corrupção, pois proíbe o pecado; as suas ameaças servem para mostrar o que merecem os seus pecados e quais as aflições que por causa deles devem esperar nesta vida, ainda que sejam livres da maldição ameaçada na lei. Do mesmo modo as suas promessas mostram que Deus aprova a obediência deles e que bênção podem esperar, obedecendo, ainda que essas bênçãos não lhes sejam devidas pela lei considerada como pacto das obras - assim o fazer um homem o bem ou o evitar ele o mal, porque a lei anima aquilo e proíbe isto, não é prova de estar ele debaixo da lei e não debaixo da graça.

Ref. Rom. 6:14,e 8:1; Gal. 3:13; Rom. 7:12, 22, 25; Sal.119:5; I Cor. 7:19; Rom.7:7, e 3:20; Tiago 1:23, 25; Rom. 7:9,14, 24; Gal. 3:24; Rom. 8:3-4; Rom. 7:25; Tiago 2:11; Esdras 9:13-14; Sal. 89:30-34 e 37:11, e 19:11; Gal. 2:16; Luc. 17:10; Rom. 6:12,-14; Heb. 12:28-29; I Ped. 3:8-12; Sal. 34:12, 16.

VII. Os supracitados usos da lei não são contrários à graça do Evangelho, mas suavemente condizem com ela, pois o Espírito de Cristo submete e habilita a vontade do homem a fazer livre e alegremente aquilo que a vontade de Deus, revelada na lei, requer se faça.

Ref. Gal. 3:21; Eze. 36:27; Heb. 5:10.

CAPÍTULO XX

DA LIBERDADE CRISTÃ E DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

I. A liberdade que Cristo, sob o Evangelho, comprou para os crentes consiste em serem eles libertos do delito do pecado, da ira condenatória de Deus, da maldição da lei moral e em serem livres do poder deste mundo. do cativo de Satanás, do domínio do pecado, do mal das aflições, do aguilhão da morte, da vitória da sepultura e da condenação eterna: como também em terem livre acesso a Deus, em lhe prestarem obediência, não movidos de um medo servil, mas de amor filial e espírito voluntário. Todos estes privilégios eram comuns também aos crentes debaixo da lei, mas sob o Evangelho, a liberdade dos cristãos está mais ampliada, achando-se eles isentos do jugo da lei cerimonial a que estava sujeita a Igreja Judaica, e tendo maior confiança de acesso ao trono da graça e mais abundantes

comunicações do Espírito de Deus, do que os crentes debaixo da lei ordinariamente alcançavam.

Ref. Tito 2:14; I Tess. 1: 10; Gal. 3:13; Rom. 8: 1; Gal. 1:4; At. 26:18; Rom. 6:14; I João 1:7; Sal. 119:71; Rom. 8:28; I Cor, 15:54-57; Rom. 5l: 1-2; Ef. 2:18 e 3:12; Heb. 10: 19; Rom. 8:14. 15; Gal. 6:6; I João 6:18; Gal. 3:9, 14, e 5: 1; At. 15: 10; Heb. 4:14, 16, e 10: 19-22; João 7:38-39; Rom. 5:5.

II. Só Deus é senhor da consciência, e ele deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que em qualquer coisa, sejam contrários à sua palavra ou que, em matéria de fé ou de culto estejam fora dela. Assim crer tais doutrinas ou obedecer a tais mandamentos como coisa de consciência é trair a verdadeira liberdade de consciência; e requerer para elas fé implícita e obediência cega e absoluta é destruir a liberdade de consciência e a mesma razão.

Ref. Rom. 14:4, 10; Tiago 4:12; At. 4:19, e 5:29; Mat. 28:8-10; Col. 2:20-23; Gal. 1: 10, e 2:4-5, e 4:9-10, e 5: 1;. Rom, 14:23; At. 17:11; João 4:22; Jer. 8:9; I Ped. 3: 15.

III. Aqueles que, sob o pretexto de liberdade cristã, cometem qualquer pecado ou toleram qualquer concupiscência, destroem por isso mesmo o fim da liberdade cristã; o fim da liberdade é que, sendo livres das mãos dos nossos inimigos, sem medo sirvamos ao Senhor em santidade e justiça, diante dele todos os dias da nossa vida.

Ref. Luc. 1:74-75; Rom. 6:15; Gal. 5:13; I Ped. 2:16; II Ped. 3: 15.

IV. Visto que os poderes que Deus ordenou, e a liberdade que Cristo comprou, não foram por Deus designados para destruir, mas para que mutuamente nos apoiemos e preservemos uns aos outros, resistem à ordenança de Deus os que, sob pretexto de liberdade cristã, se opõem a qualquer poder legítimo, civil ou religioso, ou ao exercício dele. Se publicarem opiniões ou mantiverem práticas contrárias à luz da natureza ou aos reconhecidos princípios do Cristianismo concernentes à fé, ao culto ou ao procedimento; se publicarem opiniões, ou mantiverem práticas contrárias ao poder da piedade ou que, por sua própria natureza ou pelo modo de publicá-las e mantê-las, são destrutivas da paz externa da Igreja e da ordem que Cristo estabeleceu nela, podem, de justiça ser processados e visitados com as censuras eclesiásticas.

Ref. I Ped. 2:13-16; Heb. 13:17; Mat. 18:15-17; II Tess.3:14; Tito3:10; I Cor. 5:11-13; Rom. 16:17; II Tess. 3:6.

CAPÍTULO XXI DO CULTO RELIGIOSO E DO DOMINGO

I. A luz da natureza mostra que há um Deus que tem domínio e soberania sobre tudo, que é bom e faz bem a todos, e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido de todo o coração, de toda a alma e de toda a força; mas o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo e tão limitado pela sua vontade revelada, que não deve ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás nem sob qualquer representação visível ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras.

Ref. Rom. 1:20; Sal. 119:68, e 31:33; At. 14:17; Deut. 12:32; Mat. 15:9, e 4:9, 10; João 4:3, 24; Exo. 20:4-6.

II. O culto religioso deve ser prestado a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo - e só a ele; não deve ser prestado nem aos anjos, nem aos santos, nem a qualquer outra criatura; nem, depois da queda, deve ser prestado a Deus pela mediação de qualquer outro senão Cristo.

Ref. João 5:23; Mat. 28:19; II Cor. 13:14; Col. 2:18; Apoc 19:10; Rom. 1:25; João 14:6; I Tim. 2:5; Ef. 2:18; Col. 3:17.

III. A oração com ações de graças, sendo uma parte especial do culto religioso, é por Deus exigida de todos os homens; e, para que seja aceita, deve ser feita em o nome do Filho, pelo auxílio do seu Espírito, segundo a sua vontade, e isto com inteligência, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança. Se for vocal, deve ser proferida em uma língua conhecida dos circunstantes.

Ref. Fil. 4:6; I Tim. 2:1; Col. 4:2; Sal. 65:2, e 67:3; I Tess. 5:17-18; João 14:13-14; I Ped. 2:5; Rom. 8:26; Ef. 6:8; João 5:14; Sal. 47:7; Heb. 12:28; Gen. 18:27; Tiago 5:16; Ef. 6:18; I Cor. 14:14.

IV. A oração deve ser feita por coisas lícitas e por todas as classes de homens que existem atualmente ou que existirão no futuro; mas não pelos mortos, nem por aqueles que se saiba terem cometido o pecado para a morte.

Ref. Mat. 26:42; I Tim. 2:1-2; João 17:20; II Sam. 7:29, e 12:21-23; Luc. 16:25-26; I João 5:16.

V. A leitura das Escrituras com o temor divino, a sã pregação da palavra e a consciente atenção a ela em obediência a Deus, com inteligência, fé e reverência; o cantar salmos com graças no coração, bem como a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo - são partes do ordinário culto de Deus, além dos juramentos religiosos; votos, jejuns solenes e ações de graças em ocasiões especiais, tudo o que, em seus vários tempos e ocasiões próprias, deve ser usado de um modo santo e religioso.

Ref. At. 15:21; Apoc. 1:3; II Tim. 4:2; Tiago 1:22; At. 10:33; Heb. 4:2; Col. 3:16; Ef. 5:19; Tiago 5:13; At. 16:25; Mat. 28:19; At. 2:42; Deut. 6:13; Ne. 10:29; Ec. 5:4-5; Joel 2:12; Mat. 9:15.

VI. Agora, sob o Evangelho, nem a oração, nem qualquer outro ato do culto religioso é restrito a um certo lugar, nem se torna mais aceito por causa do lugar em que se ofereça ou para o qual se dirija, mas, Deus deve ser adorado em todo o lugar, em espírito e verdade - tanto em famílias diariamente e em secreto, estando cada um sozinho, como também mais solenemente em assembléias públicas, que não devem ser descuidosas, nem voluntariamente desprezadas nem abandonadas, sempre que Deus, pela sua providência, proporciona ocasião.

Ref. João 5:21; Mal. 1:11; I Tim. 2:8; João 4:23-24; Jer. 10: 25; Jó 1:5; II Sam. 6:18-20; Deut. 6:6-7; Mat. 6: 11, e 6:6; Isa. 56:7; Heb. 10:25; Prov. 5:34; At. 2:42.

VII. Como é lei da natureza que, em geral, uma devida proporção do tempo seja destinada ao culto de Deus, assim também em sua palavra, por um preceito positivo, moral e perpétuo,

preceito que obriga a todos os homens em todos os séculos, Deus designou particularmente um dia em sete para ser um sábado (descanso) santificado por Ele; desde o princípio do mundo, até a ressurreição de Cristo, esse dia foi o último da semana; e desde a ressurreição de Cristo foi mudado para o primeiro dia da semana, dia que na Escritura é chamado Domingo, ou dia do Senhor, e que há de continuar até ao fim do mundo como o sábado cristão.

Ref. Exo. 20:8-11; Gen. 2:3; I Cor. 16:1-2; At. 20:7; Apoc.1:10; Mat. 5: 17-18.

VIII. Este sábado é santificado ao Senhor quando os homens, tendo devidamente preparado os seus corações e de antemão ordenado os seus negócios ordinários, não só guardam, durante todo o dia, um santo descanso das suas próprias obras, palavras e pensamentos a respeito dos seus empregos seculares e das suas recreações, mas também ocupam todo o tempo em exercícios públicos e particulares de culto e nos deveres de necessidade e misericórdia.

Ref. Exo. 16:23-26,29:30, e 31:15-16; Isa.58:13.

CAPÍTULO XXII DOS JURAMENTOS LEGAIS E DOS VOTOS

I. O Juramento, quando lícito, é uma parte do culto religioso pelo qual o crente, em ocasiões necessárias e com toda a solenidade, chama a Deus por testemunha do que assevera ou promete; pelo juramento ele invoca a Deus para julgá-lo segundo a verdade ou falsidade do que jura.

Ref. Deut. 10:20; Exo..20:7; Lev. 19:12; II Cor. 1:23; II Cron. 6:22-23.

II. O único nome pelo qual se deve jurar é o nome de Deus, nome que se pronunciará com todo o santo temor e reverência; jurar, pois, falsa ou temerariamente por este glorioso e tremendo nome ou jurar por qualquer outra coisa é pecaminoso e abominável, contudo, como em assuntos de gravidade e importância o juramento é autorizado pela palavra de Deus, tanto sob o Novo Testamento como sob o Velho, o juramento, sendo exigido pela autoridade legal, deve ser prestado com referência a tais assuntos.

Ref. Deut. 6:13; Jer. 5:7; Mat. 5:34,.37; Tiago 5:12; Heb. 6:16; I Reis 5:31; Esdras 10:5.

III. Quem vai prestar um juramento deve considerar refletidamente a gravidade de ato tão solene e nada afirmar de cuja verdade não esteja plenamente persuadido, obrigando-se tão somente por aquilo que é justo e bom e que tem como tal, e por aquilo que pode e está resolvido a cumprir. É, porém, pecado recusar prestar juramento concernente a qualquer coisa justa e boa, sendo ele exigido pela autoridade legal.

Ref. Jer. 4:2; Gen. 24:2-3; 9; Ne.5: 12.

IV. O juramento deve ser prestado conforme o sentido claro e óbvio das palavras, sem equívoco ou restrição mental. Não pode obrigar a pecar, mas sendo prestado com referência a qualquer coisa não pecaminosa, obriga ao cumprimento, mesmo com prejuízo de quem jura. Não deve ser violado, ainda que feito a hereges ou infiéis.

Ref. Sal. 24:4, e 15:4; Eze. 17:16, 18.

V. O voto é da mesma natureza que o juramento promissório; deve ser feito com o mesmo cuidado religioso e cumprindo com igual fidelidade.

Ref. Isa. 19:21; Ec. 5:4-6; Sal. 66:13-14.

VI. O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas somente a Deus; para que seja aceitável, deve ser feito voluntariamente, com fé e consciência de dever, em reconhecimento de misericórdias recebidas ou para obter o que desejamos. Pelo voto obrigamo-nos mais restritamente aos deveres necessários ou a outras coisas, até onde ou quando elas conduzirem a esses deveres.

Ref. Sal. 76:1 1; Deut. 23:21, 23; Sal. 50:14.

VII. Ninguém deve prometer fazer coisa alguma que seja proibida na palavra de Deus ou que embarace o cumprimento de qualquer dever nela ordenado, nem o que não está em seu poder cumprir e para cuja execução não tenha promessa ou poder de Deus; por isso os votos monásticos que os papistas fazem do celibato perpétuo, pobreza voluntária e obediência regular, em vez de serem graus de maior perfeição, não passam de laços supersticiosos e iníquos com os quais nenhum cristão deve embarçar-se.

Ref. At. 23:12; Mar. 6:26; I Cor. 2:9; Ef. 4:28; I Tess. 4:11-12; I Cor. 7:23.

CAPÍTULO XXIII DO MAGISTRADO CIVIL

I. Deus, o Senhor Supremo e Rei de todo o mundo, para a sua glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis que lhe são sujeitos, e a este fim, os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores.

Ref. Rom. 13:1-4; I Ped. 2:13-14.

II. Aos cristãos é lícito aceitar e exercer o ofício de magistrado, sendo para ele chamado; e em sua administração, como devem especialmente manter a piedade, a justiça, e a paz segundo as leis salutaras de cada Estado, eles, sob a dispensação do Novo Testamento e para conseguir esse fim, podem lícitamente fazer guerra, havendo ocasiões justas e necessárias.

Ref. Prov. 8:15-16; Sal. 82:3-4; II Sam. 23:3; Luc. 3:14; Mat. 8:9-10; Rom. 13:4.

III. Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da palavra e dos sacramentos ou o poder das chaves do Reino do Céu, nem de modo algum intervir em matéria de fé; contudo, como pais solícitos, devem proteger a Igreja do nosso comum Senhor, sem dar preferência a qualquer denominação cristã sobre as outras, para que todos os eclesiásticos sem distinção gozem plena, livre e indisputada liberdade de cumprir todas as partes das suas sagradas funções, sem violência ou perigo. Como Jesus Cristo constituiu em sua Igreja um governo regular e uma disciplina, nenhuma lei de qualquer Estado deve proibir, impedir ou embarçar o seu devido exercício entre os membros voluntários de qualquer denominação cristã, segundo a profissão e crença de cada uma. E é dever dos magistrados civis proteger a pessoa e o bom nome de cada um

dos seus jurisdicionados, de modo que a ninguém seja permitido, sob pretexto de religião ou de incredulidade, ofender, perseguir, maltratar ou injuriar qualquer outra pessoa; e bem assim providenciar para que todas as assembleias religiosas e eclesiásticas possam reunir-se sem ser perturbadas ou molestadas.

Ref. Heb. 5:4; II Cron. 26:18; Mat. 16:19; I Cor. 4:1-2; João 15:36; At. 5:29; Ef. 4:11-12; Isa. 49:23; Sal. 105:15; 11 Sam.23:3.

IV. É dever do povo orar pelos magistrados, honrar as suas pessoas, pagar-lhes tributos e outros impostos, obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se à sua autoridade, e tudo isto por amor da consciência. Incredulidade ou indiferença de religião não anula a justa e legal autoridade do magistrado, nem absolve o povo da obediência que lhe deve, obediência de que não estão isentos os eclesiásticos. O papa não tem nenhum poder ou jurisdição sobre os magistrados dentro dos domínios deles ou sobre qualquer um do seu povo; e muito menos tem o poder de privá-los dos seus domínios ou vidas, por julgá-los hereges ou sob qualquer outro pretexto.

Ref. I Tim. 2:1-3; II Ped. 2:17; Mat. 22:21; Rom. 13:2-7, e 13:5; Tito 3:1; I Ped. 2:13-14, 16; Rom. 13:1; At. 25:10-11; II Tim. 2:24; I Ped. 5:3.

CAPÍTULO XXIV DO MATRIMÔNIO E DO DIVÓRCIO

I. O casamento deve ser entre um homem e uma mulher; ao homem não é lícito ter mais de uma mulher nem à mulher mais de um marido, ao mesmo tempo.

Ref. Gen. 2:24; Mat. 19:4-6; Rom. 7:3.

II. O matrimônio foi ordenado para o mútuo auxílio de marido e mulher, para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima e da Igreja por uma semente santa, e para impedir a impureza.

Ref. Gen. 2:18, e 9:1; Mal.2:15; I Cor. 7:2,9.

III. A todos os que são capazes de dar um consentimento ajuizado, é lícito casar; mas é dever dos cristãos casar somente no Senhor; portanto, os que professam a verdadeira religião reformada não devem casar-se com infiéis, papistas ou outros idólatras; nem devem os piedosos prender-se desigualmente pelo jugo do casamento aos que são notoriamente ímpios em suas vidas ou que mantêm heresias perniciosas.

Ref. Heb. 13:4; I Tim. 4:3; Gen.24:57-58; I Cor. 7:39; II Cor. 6:14.

IV. Não devem casar-se as pessoas entre as quais existem os graus de consangüinidade ou afinidade proibidos na palavra de Deus, tais casamentos incestuosos jamais poderão tornar-se lícitos pelas leis humanas ou consentimento das partes, de modo a poderem coabitar como marido e mulher.

Ref. I Cor. 5:1; Mar. 6:18; Lev. 18:24, 28.

V. O adultério ou fornicação cometida depois de um contrato, sendo descoberto antes do casamento, dá à parte inocente justo motivo de dissolver o contrato; no caso de adultério

depois do casamento, à parte inocente é lícito propor divórcio, e depois de obter o divórcio casar com outrem, como se a parte infiel fosse morta.

Ref. Mat, 1: 18-20, e 5:31-32, e 19:9.

VI. Posto que a corrupção do homem seja tal que o incline a procurar argumentos a fim de indevidamente separar aqueles que Deus uniu em matrimônio, contudo só é causa suficiente para dissolver os laços do matrimônio o adultério ou uma deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela Igreja nem pelo magistrado civil; para a dissolução do matrimônio é necessário haver um processo público e regular, não se devendo deixar ao arbítrio e discricção das partes o decidirem seu próprio caso.

Ref. Mat. 19:6-8; I Cor. 7:15; Deut. 24:1-4; Esdras 10:3.

CAPÍTULO XXV DA IGREJA

I. A Igreja Católica ou Universal, que é invisível, consta do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só corpo sob Cristo, seu cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todas as coisas.

Ref. Ef. 1: 10, 22-23; Col. 1: 18.

II. A Igreja Visível, que também é católica ou universal sob o Evangelho (não sendo restrita a uma nação, como antes sob a Lei) consta de todos aqueles que pelo mundo inteiro professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos; é o Reino do Senhor Jesus, a casa e família de Deus, fora da qual não há possibilidade ordinária de salvação.

Ref. I Cor. 1:2, e 12:12-13,; Sal .2:8; I Cor. 7 :14; At. 2:39; Gen. 17:7; Rom. 9:16; Mat. 13:3 Col. 1:13; Ef. 2:19, e 3:15; Mat. 10:32-33; At. 2:47.

III. A esta Igreja Católica Visível Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus, para congregamento e aperfeiçoamento dos santos nesta vida, até o fim do mundo, e pela sua própria presença e pelo seu Espírito, os torna eficazes para esse fim, segundo a sua promessa.

Ref. Éf. 4:11-13; Isa. 59:21; Mat. 28:19-20.

IV. Esta Igreja Católica tem sido ora mais, ora menos visível. As igrejas particulares, que são membros dela, são mais ou menos puras conforme neles é, com mais ou menos pureza, ensinado e abraçado o Evangelho, administradas as ordenanças e celebrado o culto público.

Ref. Rom. 11:3-4; At. 2:41-42; I Cor. 5:6-7.

V. AS igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas à mistura e ao erro; algumas têm degenerado ao ponto de não serem mais igrejas de Cristo, mas sinagogas de Satanás; não obstante, haverá sempre sobre a terra uma igreja para adorar a Deus segundo a vontade dele mesmo.

Ref. I Cor. 1:2, e 13:12; Mat. 13:24-30, 47; Rom. 11.20-22; Apoc. 2:9; Mat. 16:18.

VI. Não há outro Cabeça da Igreja senão o Senhor Jesus Cristo; em sentido algum pode ser o Papa de Roma o cabeça dela, mas ele é aquele anticristo, aquele homem do pecado e filho da perdição que se exalta na Igreja contra Cristo e contra tudo o que se chama Deus.

Ref. Col. 1:18; Ef. 1:22; Mat. 23:8-10; I Ped. 5:2-4; II Tess. 2:3-4.

CAPÍTULO XXVI DA COMUNHÃO DOS SANTOS

I. Todos os santos que pelo seu Espírito e pela fé estão unidos a Jesus Cristo, seu Cabeça, têm com Ele comunhão nas suas graças, nos seus sofrimentos, na sua morte, na sua ressurreição e na sua glória, e, estando unidos uns aos outros no amor, participam dos mesmos dons e graças e estão obrigados ao cumprimento dos deveres públicos e particulares que contribuem para o seu mútuo proveito, tanto no homem interior como no exterior.

Ref. I João 1:3; Ef. 3:16-17; João 1:16; Fil. 3:10; Rom. 6:56, e8:17; Ef. 4:15-16; I Tess.5:11, 14; Gal. 6:10.

II. Os santos são, pela sua profissão, obrigados a manter uma santa sociedade e comunhão no culto de Deus e na observância de outros serviços espirituais que tendam à sua mútua edificação, bem como a socorrer uns aos outros em coisas materiais, segundo as suas respectivas necessidades e meios; esta comunhão, conforme Deus oferecer ocasião, deve estender-se a todos aqueles que em qualquer lugar, invocam o nome do Senhor Jesus.

Ref. Heb.10:24-25; At.2:42,46; I João3:17; At. 11:29-30.

III. Esta comunhão que os santos têm com Cristo não os torna de modo algum participantes da substância da sua Divindade, nem iguais a Cristo em qualquer respeito; afirmar uma ou outra coisa, é ímpio e blasfemo. A sua comunhão de uns com os outros não destrói, nem de modo algum enfraquece o título ou domínio que cada homem tem sobre os seus bens e possessões.

Ref. Col. 1:18; I Cor. 8:6; I Tim. 6:15-16; At. 5:4.

CAPÍTULO XXVII DOS SACRAMENTOS

I. Os sacramentos são santos sinais e selos do pacto da graça, imediatamente instituídos por Deus para representar Cristo e os seus benefícios e confirmar o nosso interesse nele, bem como para fazer uma diferença visível entre os que pertencem à Igreja e o resto do mundo, e solenemente obrigá-los ao serviço de Deus em Cristo, segundo a sua palavra.

Ref. Ron. 6:11; Gen. 17:7-10; Mat. 28:19; I Cor. 11:23, e 10:16, e 11:25-26; Exo. 12:48; I Cor. 10:21; Rom. 6:3-4; I Cor. 10:2-16.

II. Em todo o sacramento há uma relação espiritual ou união sacramental entre o sinal e a coisa significada, e por isso os nomes e efeitos de um são atribuídos ao outro.

Ref. Gen. 17:10; Mat. 26:27-28; Tito 3:5.

III. A graça significada nos sacramentos ou por meio deles, quando devidamente usados, não é conferida por qualquer, poder neles existentes; nem a eficácia deles depende da piedade ou intenção de quem os administra, mas da obra do Espírito e da palavra da instituição, a qual, juntamente com o preceito que autoriza o uso deles, contém uma promessa de benefício aos que dignamente o recebem.

Ref. Rom. 2:28-29; I Ped. 3:21; Mat. 3:11; I Cor. 12:13; Luc. 22:19-20; I Cor. 11:26.

IV. Há só dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho - O Batismo e a Santa Ceia; nenhum destes sacramentos deve ser administrado senão pelos ministros da palavra legalmente ordenados.

Ref. Mat. 28:19; I Cor. 11: 20, 23-34; Heb. 5:4.

V . Os sacramentos do Velho Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significados e representados, eram em substância os mesmos que do Novo Testamento.

Ref. I Cor. 10: 1-4.

CAPÍTULO XXVIII DO BATISMO

I. O batismo é um sacramento do Novo Testamento, instituído por Jesus Cristo, não só para solenemente admitir na Igreja a pessoa batizada, mas também para servir-lhe de sinal e selo do pacto da graça, de sua união com Cristo, da regeneração, da remissão dos pecados e também da sua consagração a Deus por Jesus Cristo a fim de andar em novidade de vida. Este sacramento, segundo a ordenação de Cristo, há de continuar em sua Igreja até ao fim do mundo.

Ref. Mat. 28:19; I,Cor. 12:13; Rom. 4:11; Col. 2:11-12; Gal. 3:27; Tito 3:5; Mar. 1:4; At. 2:38; Rom. 6:3-4; Mat. 28:19-20.

II. O elemento exterior usado neste sacramento, é água com a qual um ministro do Evangelho, legalmente ordenado, deve batizar o candidato em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

Ref. At. 10-47, e 8:36-38; Mat. 28:19.

III. Não é necessário imergir na água o candidato, mas o batismo é devidamente administrado por efusão ou aspersão.

Ref. At. 2:41, e 10:46-47, e 16:33; I Cor. 10:2.

IV. Não só os que professam a sua fé em Cristo e obediência a Ele, mas os filhos de pais crentes (embora só um deles o seja) devem ser batizados.

Ref. At. 9:18; Gen. 17:7, 9; Gal. 3:9, 14; Rom. 4:11-12; At. 2:38-39.

V. Posto que seja grande pecado desprezar ou negligenciar esta ordenança, contudo, a graça e a salvação não se acham tão inseparavelmente ligadas com ela, que sem ela ninguém possa ser regenerado e salvo os que sejam indubitavelmente regenerados todos os que são batizados.

Ref. Luc.7:30; Exo. 4:24-26; Deut. 28:9; Rom. 4:11; At. 8:13, 23.

VI. A eficácia do batismo não se limita ao momento em que é administrado; contudo, pelo devido uso desta ordenança, a graça prometida é não somente oferecida, mas realmente manifestada e conferida pelo Espírito Santo àqueles a quem ele pertence, adultos ou crianças, segundo o conselho da vontade de Deus, em seu tempo apropriado.

Ref. João 3:5, 8; Gal. 3:27; Ef. 5:25-26.

VII. O sacramento do batismo deve ser administrado uma só vez a uma mesma pessoa.

Ref. Tito 3:5.

CAPÍTULO XXIX DA CEIA DO SENHOR

I . Na noite em que foi traído, nosso Senhor Jesus instituiu o sacramento do seu corpo e sangue, chamado Ceia do Senhor, para ser observado em sua Igreja até ao Fim do mundo, a fim de lembrar perpetuamente o sacrifício que em sua morte Ele fez de si mesmo; selar aos verdadeiros crentes os benefícios provenientes. desse sacrifício para o seu nutrimento espiritual e crescimento nele e a sua obrigação de cumprir todos os seus deveres para com Ele; e ser um vínculo e penhor da sua comunhão com Ele e de uns com os outros, como membros do seu corpo místico.

Ref. I Cor. 11:23-26, e 10: 16-17, 21, e 12:13.

II. Neste sacramento não se oferece Cristo a seu Pai, nem de modo algum se faz um sacrifício pela remissão dos pecados dos vivos ou dos mortos, mas se faz uma comemoração daquele único sacrifício que Ele fez de si mesmo na cruz, uma só vez, e por meio dele uma oblação de todo o louvor a Deus; assim o chamado sacrifício papal da missa é sobremodo ofensivo ao único sacrifício de Cristo, o qual é a única propiciação por todos os pecados dos eleitos.

Ref. Heb. 9:22, 25-26, 28; Mat. 26:26-27; Luc. 22:19-20; Heb. 7:23-24, 27, e 10:11-12, 14, 18.

III. Nesta ordenança o Senhor Jesus constituiu seus ministros para declarar ao povo a sua palavra de instituição, orar, abençoar os elementos, pão e vinho, e assim separá-los do comum para um uso sagrado, tomar e partir o pão, tomar o cálice dele participando também e dar ambos os elementos aos comungantes e tão somente aos que se acharem presentes na congregação.

Ref. Mar. 14:22-24; At. 20:7; I Cor. 11:20.

IV. A missa ou recepção do sacramento por um só sacerdote ou por uma só pessoa, bem como a negação do cálice ao povo, a adoração dos elementos, a elevação ou procissão deles para

serem adorados e a sua conservação para qualquer uso religioso, são coisas contrárias à natureza deste sacramento e à instituição de Cristo.

Ref. I Tim.1:3-4; I Cor. 11:25-29; Mat. 15:9.

V. Os elementos exteriores deste sacramento, devidamente consagrados aos usos ordenados por Cristo, têm tal relação com Cristo Crucificado, que verdadeira, mas só sacramentalmente, são às vezes chamados pelos nomes das coisas que representam, a saber, o corpo e o sangue de Cristo; porém em substância e natureza conservam-se verdadeira e somente pão e vinho, como eram antes.

Ref. Mat. 26:26-28; I Cor. 11:26-28.

VI. A doutrina geralmente chamada transsubstanciação, que ensina a mudança da substância do pão e do vinho na substância do corpo e do sangue de Cristo, mediante a consagração de um sacerdote ou por qualquer outro meio, é contrária, não só às Escrituras, mas também ao senso comum e à razão, destrói a natureza do sacramento e tem sido a causa de muitas superstições e até de crassa idolatria.

Ref. At. 3:21; I Cor. 11:24-26; Luc. 24:6, 39.

VII. Os que comungam dignamente, participando exteriormente dos elementos visíveis deste sacramento, também recebem intimamente, pela fé, a Cristo Crucificado e todos os benefícios da sua morte, e nele se alimentam, não carnal ou corporalmente, mas real, verdadeira e espiritualmente, não estando o corpo e o sangue de Cristo, corporal ou carnalmente nos elementos pão e vinho, nem com eles ou sob eles, mas espiritual e realmente presentes à fé dos crentes nessa ordenança, como estão os próprios elementos aos seus sentidos corporais.

Ref. I Cor. 11:28, e 10:16.

VIII. Ainda que os ignorantes e os ímpios recebam os elementos visíveis deste sacramento, não recebem a coisa por eles significada, mas, pela sua indigna participação, tornam-se réus do corpo e do sangue do Senhor para a sua própria condenação; portanto eles como são indignos de gozar comunhão com o Senhor, são também indignos da sua mesa, e não podem, sem grande pecado contra Cristo, participar destes santos mistérios nem a eles ser admitidos, enquanto permanecerem nesse estado.

Ref. I Cor. 11:27, 29, e 10:21; II Cor. 6:14-16; I Cor. 5:6-7, 13; II Tess. 3:6, 14-15; Mat. 7:6.

CAPÍTULO XXX DAS CENSURAS ECLESIASTICAS

I. O Senhor Jesus, como Rei e Cabeça da sua Igreja, nela instituiu um governo nas mãos dos oficiais dela; governo distinto da magistratura civil.

Ref. Isa. 9:6-7; I Tim. 5:17; I Tess. 5:12; At. 20:17, 28; I Cor. 12:28.

II. A esses oficiais estão entregues as chaves do Reino do Céu. Em virtude disso eles têm respectivamente o poder de reter ou remitir pecados; fechar esse reino a impenitentes, tanto

pela palavra como pelas censuras; abri-lo aos pecadores penitentes, pelo ministério do Evangelho e pela absolvição das censuras, quando as circunstâncias o exigirem.

Ref. Mat. 16:19, e 18:17-18; João 20:21-23; II Cor.2:6-8.

III. As censuras eclesiásticas são necessárias para chamar e ganhar para Cristo os irmãos ofensores para impedir que outros pratiquem ofensas semelhantes, para purgar o velho fermento que poderia corromper a massa inteira, para vindicar a honra de Cristo e a santa profissão do Evangelho e para evitar a ira de Deus, a qual com justiça poderia cair sobre a Igreja, se ela permitisse que o pacto divino e os seios dele fossem profanados por ofensores notórios e obstinados.

Ref. I Cor. 5; I Tim. 5:20; e 1:20; Judas 23.

IV. Para melhor conseguir estes fins, os oficiais da Igreja devem proceder na seguinte ordem, segundo a natureza do crime e demérito da pessoa: repreensão, suspensão do sacramento da Ceia do Senhor e exclusão da Igreja.

Ref. Mat. 18:17; ITess. 5:12; II Tess. 3:6,14-15; I Cor. 5:4-5;13.

CAPÍTULO XXXI DOS SÍNODOS E CONCÍLIOS

I. Para melhor governo e maior edificação da Igreja, deverá haver as assembléias comumente chamadas sínodos ou concílios. Em virtude do seu cargo e do poder que Cristo lhes deu para edificação e não para destruição, pertence aos pastores e outros presbíteros das igrejas particulares criar tais assembléias e reunir-se nelas quantas vezes julgarem útil para o bem da Igreja.

Ref. At.15:2, 4, 6 e 20:17, 28; Apoc. 2:1-6.

II. Aos sínodos e concílios compete decidir ministerialmente controvérsias quanto à fé e casos de consciência, determinar regras e disposições para a melhor direção do culto público de Deus e governo da sua Igreja, receber queixas em caso de má administração e autoritativamente decidi-las. Os seus decretos e decisões, sendo consoantes com a palavra de Deus, devem ser recebidas com reverência e submissão, não só pelo seu acordo com a palavra, mas também pela autoridade pela qual são feitos, visto que essa autoridade é uma ordenação de Deus, designada para isso em sua palavra.

Ref. At. 16:4, e 15:27-31.

III. Todos os sínodos e concílios, desde os tempos dos apóstolos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado; eles, portanto, não devem constituir regra de fé e prática, mas podem ser usados como auxílio em uma e outra coisa.

Ref. At. 17:11; I Cor. 2:5; II Cor. 1:24.

IV. Os sínodos e concílios não devem discutir, nem determinar coisa alguma que não seja eclesiástica; não devem imiscuir-se nos negócios civis do Estado, a não ser por humilde

petição em casos extraordinários ou por conselhos em satisfação de consciência, se o magistrado civil os convidar a fazê-lo.

Ref. Luc. 12:13-14; João 18:36; Mat. 11:21.

CAPÍTULO XXXII

DO ESTADO DO HOMEM DEPOIS DA MORTE E DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

I. Os corpos dos homens, depois da morte, convertem-se em pó e vêm a corrupção; mas as suas almas (que nem morrem nem dormem), tendo uma substância imortal, voltam imediatamente para Deus que as deu. As almas dos justos, sendo então aperfeiçoadas na santidade, são recebidas no mais alto dos céus onde vêm a face de Deus em luz e glória, esperando a plena redenção dos seus corpos; e as almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde ficarão, em tormentos e em trevas espessas, reservadas para o juízo do grande dia final. Além destes dois lugares destinados às almas separadas de seus respectivos corpos as Escrituras não reconhecem nenhum outro lugar.

Ref. Gen. 3:19; At. 13:36; Luc. 23:43; Ec. 12:7; Apoc. 7:4, 15; II Cor. 5: 1, 8; Fil. 1:23; At. 3:21; Ef. 4:10; Rom. 5:23; Luc. 16:25-24.

II. No último dia, os que estiverem vivos não morrerão, mas serão mudados; todos os mortos serão ressuscitados com os seus mesmos corpos e não outros, posto que com qualidades diferentes, e ficarão reunidos às suas almas para sempre.

Ref. I Tess. 4:17; I Cor. 15:51-52, e 15:42-44.

III. Os corpos dos injustos serão pelo poder de Cristo ressuscitados para a desonra, os corpos dos justos serão pelo seu Espírito ressuscitados para a honra e para serem semelhantes ao próprio corpo glorioso dele.

Ref. At. 24:15; João 5:28-29; Fil. 3:21.

CAPÍTULO XXXIII

DO JUÍZO FINAL

I. Deus já determinou um dia em que, segundo a justiça, há de julgar o mundo por Jesus Cristo, a quem foram pelo Pai entregues o poder e o juízo. Nesse dia não somente serão julgados os anjos apóstatas, mas também todas as pessoas que tiverem vivido sobre a terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de darem conta dos seus pensamentos, palavras e obras, e receberem o galardão segundo o que tiverem feito, bom ou mau, estando no corpo.

Ref. At. 17:31 ; João 5:22, 27; Judas 6; II Ped. 2:4; II Cor. 5:10; Ec. 12:14; Rom. 2:16, e 14:10, 12; Mat. 12:36-37.

II. O fim que Deus tem em vista, determinando esse dia, é manifestar a sua glória - a glória da sua misericórdia na salvação dos eleitos e a glória da sua justiça na condenação dos réprobos, que são injustos e desobedientes. Os justos irão então para a vida eterna e receberão aquela plenitude de gozo e alegria procedente da presença do Senhor; mas os ímpios, que não conhecem a Deus nem obedecem ao Evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos eternos

tormentos e punidos com a destruição eterna proveniente da presença do Senhor e da glória do seu poder.

Ref. Rom. 9:23; Mat. 25:21; Rom. 2:5-6; II Tess. 1:7-8; Mat. 25:31-34; At. 3:19.

III. Assim como Cristo, para afastar os homens do pecado e para maior consolação dos justos nas suas adversidades, quer que estejamos firmemente convencidos de que haverá um dia de juízo, assim também quer que esse dia não seja conhecido dos homens, a fim de que eles se despojem de toda confiança carnal, sejam sempre vigilantes, não sabendo a que hora virá o Senhor, e estejam prontos para dizer - "Vem logo, Senhor Jesus". Amém.

Ref. II Ped. 3:11, 14; II Cor. 5:11; II Tess. 1:5-7; Luc. 21:27-28; Mat. 24:36, 42-44; Mar. 13:35-37; Luc. 12:35-36; Apoc. 22:20.

PREFÁCIO AOS NOVOS CAPÍTULOS

Considerando a conveniência de exprimir claramente a doutrina da Igreja a respeito do Espírito Santo, das Missões e do amor de Deus para com todos os homens, foram acrescentados os seguintes capítulos:

CAPÍTULO XXXIV DO ESPÍRITO SANTO

I. O Espírito Santo é a terceira pessoa da Trindade, procedente do Pai e do Filho, da mesma substância e igual em poder e glória, e deve-se crer nele, amá-Lo, obedecê-Lo e adorá-Lo, juntamente com o Pai e o Filho, por todos os séculos.

Ref. Mt.3:16-17; Mt.28:19; II Cor. 13:13; Jo.15:26 e 16:13,14 e 17:24.

II. É Ele o Senhor e Doador da vida, presente em toda parte na natureza, e é a fonte de todos os pensamentos bons, desejos puros e conselhos santos que se encontram nos homens. Por Ele os Profetas foram levados a falar a Palavra de Deus, e todos os autores da Sagrada Escritura foram inspirados a registrar de um modo infalível a disposição e a vontade de Deus. A dispensação do Evangelho foi-lhe entregue de um modo especial. O Espírito Santo prepara o caminho para o Evangelho, acompanhado com seu poder persuasivo e recomenda a sua mensagem à razão e à consciência dos homens, de maneira que os que rejeitam a oferta misericordiosa, ficam não somente sem desculpa, mas também culpados de terem resistido ao Espírito Santo.

Ref. Rom. 8:2; Gn.1:2; Sl.139:7; Jo.16:13,14; II Pe. 1:19-21; Jo. 14:16 e 16:7-11; At.7:51-53.

III. O Espírito Santo, o qual o Pai prontamente dá a todos os que Lho pedirem, é o único agente eficaz na aplicação da redenção. Ele convence os homens do pecado, leva-os ao arrependimento, regenera-os pela sua graça e persuade-os e habilita-os a abraçar a Jesus Cristo pela fé. Ele une todos os crentes a Cristo, habita neles como seu Consolador e Santificador, dá-lhes o espírito de adoção e de oração, e cumpre neles todos os graciosos ofícios pelos quais eles são santificados e selados até o dia da redenção.

Ref. Lc.11:13; At.1:5; At.5:32; Jo.16:8; At.2:37,38; Tt.3:4-7; At.8:29,37; I Cor.12:13 e 3:16,17; Rom.8:15; Ef.4:30.

IV Pela presença do Espírito Santo nos seus corações, todos os crentes, estando intimamente unidos a Cristo, a Cabeça, estão assim unidos uns aos outros na Igreja, que é o seu corpo. Ele chama e unge os ministros para o seu santo ofício, prepara todos os outros oficiais na Igreja para o seu trabalho especial e concede vários dons e graças aos demais membros. Ele torna eficazes a Palavra e as ordenanças do Evangelho. Por Ele a Igreja será preservada e aumentada até cobrir a face da terra, será purificada e, afinal, tornada perfeitamente santa na presença de Deus.

Ref. Ef.1:22,23; At.20:28; I Cor.12:11; Ef.5:27.

CAPÍTULO XXXV DO AMOR DE DEUS E DAS MISSÕES

I Em seu amor infinito e perfeito - e tendo provido no pacto da graça, pela mediação e sacrifício do Senhor Jesus Cristo, um caminho de vida e salvação suficiente e adaptado a toda a raça humana decaída como está - Deus determinou que a todos os homens esta salvação de graça seja anunciada no Evangelho.

Ref. Jo.3:16; I Tim.4:10; Mc.16:15

II. No Evangelho Deus proclama o seu amor ao mundo, revela clara e plenamente o único caminho da salvação, assegura vida eterna a todos quantos verdadeiramente se arrependem e crêem em Cristo, e ordena que esta salvação seja anunciada a todos os homens, a fim de que conheçam a misericórdia oferecida e, pela ação do Seu Espírito, a aceitem como dádiva da graça.

Ref. Jo.3:16 e 14:6; At.4:12; I Jo.5:12; Mc.16:15; Ef.2:4,8,9.

III. As Escrituras nos asseguram que os que ouvem o Evangelho e aceitam imediatamente os seus misericordiosos oferecimentos, gozam os eternos benefícios da salvação: porém, os que continuam impenitentes e incrédulos agravam a sua falta e são os únicos culpados pela sua perdição.

Ref. Jo.5:24 e 3:18.

IV. Visto não haver outro caminho de salvação a não ser o revelado no Evangelho e visto que, conforme o usual método de graça divinamente estabelecido, a fé vem pelo ouvido que atende à Palavra de Deus, Cristo comissionou a sua Igreja para ir por todo o mundo e ensinar a todas as nações. Todos os crentes, portanto, têm por obrigação sustentar as ordenanças religiosas onde já estiverem estabelecidas e contribuir, por meio de suas orações e ofertas e por seus esforços, para a dilatação do Reino de Cristo por todo o mundo.

Ref. Jo.14:6; At.4:12; Rom.10:17; Mt.28:19,20; I Cor.4:2; II Cor.9:6,7,10.